

# REVISTA DO GEL



Grupo de Estudos Linguísticos  
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos  
do Estado de São Paulo

# REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 15	n. 2	151 p.	Outubro / 2018
----------------	-----------	-------	------	--------	----------------

**DIRETORIA DO GEL / 2017-2019 (FCL ASSIS/UNESP)**

**REVISTA DO GEL**

[revistadogel@gel.org.br](mailto:revistadogel@gel.org.br)  
<http://www.gel.org.br/revistadogel>

Presidente: Luciani Ester Tenani  
Vice-Presidente: Cláudia Zavaglia  
Secretária: Suzi Marques Spatti Cavalari  
Tesoureiro: Edson Rosa Francisco de Souza

**COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA**

Alessandra Del Ré, Fabiana Komesu, Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale,  
Gisele Cássia de Sousa, Matheus Nogueira Schwartzmann,  
Olga Ferreira Coelho e Ruth Lopes

**EDITOR RESPONSÁVEL**

Matheus Nogueira Schwartzmann

**PROJETO GRÁFICO**

Matheus Nogueira Schwartzmann

**REVISÃO, NORMATIZAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E ARTE**

Letraria 

**CONSELHO EDITORIAL**

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (UNICAMP), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC – Rio de Janeiro), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFRJ), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Lourenço Chacon (UNESP – Marília), Marco Antônio de Oliveira (PUC – Minas Gerais), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP – Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica Louvain), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Markezan (UNESP – Araraquara), Roberto Gomes Camacho (UNESP – São José do Rio Preto), Wilmar da Rocha D'Angelis (UNICAMP).

Publicação quadrimestral  
Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1 (2004).  
São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2004-  
Quadrimestral  
ISSN 1984-591X

# SUMÁRIO / CONTENTS

<b>EDITORIAL</b>	6
<b>ARTIGOS</b>	
<b>A TOPONÍMIA DOS ACIDENTES FÍSICOS DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS/SUL GOIANO</b>	8
<i>THE TOPONYMY OF THE PHYSICAL ACCIDENTS OF THE QUIRINÓPOLIS MICROREGION/SOUTH OF GOIÁS</i>	
Renato Rodrigues PEREIRA	
<b>O LÉXICO REAL</b>	33
<i>THE ROYAL LEXICON</i>	
Jean Pierre CHAUVIN	
<b>O GÊNERO GRAMATICAL NA FALA GAY E SUA (MULTI)FUNCIONALIDADE</b>	50
<i>THE GRAMMATICAL GENDER IN THE GAY SPEECH AND ITS (MULTI) FUNCTIONALITY</i>	
Alison Felipe GESSER e Wenderson Phelipe da Silva SANTANA	
<b>POR QUE O PORTUGUÊS NÃO VEIO DO LATIM?: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO</b>	61
<i>WHY DID NOT PORTUGUESE ORIGINATE FROM LATIN? A HISTORIOGRAPHIC ANALYSIS OF "GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO"</i>	
Marcelo Alessandro Limeira dos ANJOS e Meryane Sousa OLIVEIRA	
<b>FONOLOGIA COGNITIVA</b>	85
<i>COGNITIVE PHONOLOGY</i>	
Eliane Nowinski da ROSA	
<b>TEORIA ENUNCIATIVA DE BENVENISTE E SEMIÓTICA DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DE TEXTOS</b>	98
<i>BENVENISTE'S ENUNCIATIVE THEORY AND DISCURSIVE SEMIOTICS: CONTRIBUTIONS FOR THE ANALYSIS OF TEXTS</i>	
Jorge Gabriel SARTINI POPOFF e Arnaldo CORTINA	

<b>NOTAS SOBRE PARATOPIA CRIADORA: O CASO DE JANE AUSTEN PARA ALÉM DE SUA FORTUNA CRÍTICA</b>	117
<i>NOTES ABOUT CREATIVE PARATOPY: THE JANE AUSTEN CASE BEYOND ITS CRITICAL FORTUNE</i>	
Luciana Salazar SALGADO e Amanda Aparecida CHIEREGATTI	
<b>A SEMÂNTICA OPERATÓRIA DE FALSO</b>	132
<i>THE OPERATIVE SEMANTICS OF "FALSO"</i>	
Albano Dalla PRIA	
ÍNDICE DE ASSUNTOS	147
<i>SUBJECT INDEX</i>	149
ÍNDICE DE AUTORES	151

# EDITORIAL

A *Revista do Gel*, desde sua fundação, assumiu o compromisso de fomentar e divulgar o debate entre as diferentes vertentes de pesquisa desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Neste volume, os trabalhos reunidos dão conta da diversidade de abordagens teóricas sobre a língua, sob as mais diferentes perspectivas, desde a fonologia, passando por teorias como a semântica, a sociolinguística, a historiografia, a análise de discurso e a semiótica.

Abrindo o volume, dois trabalhos em Lexicologia, intitulados “A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul goiano” e “O léxico real”. O primeiro, de autoria de Renato Rodrigues Pereira, tendo como base os pressupostos teóricos e metodológicos da Toponímia, apresenta uma reflexão sobre de que modo os elementos sociais, linguísticos, culturais e históricos de um povo que vive ou viveu no período de colonização da região acabam por determinar, por meio da nomeação, aspectos sociais e culturais relacionados às pessoas que passaram a ocupar esses mesmos espaços. No segundo, de Jean Pierre Chauvin, apresenta-se um estudo da carta régia assinada por Dom João de Bragança, na Bahia, em 28 de janeiro de 1808, buscando observar de que modo as escolhas lexicais (como o uso de certos adjetivos, pronomes, o emprego ou não de letra maiúscula, etc.) permitem entender a forma da aliança política e teológica vigente no Reino de Portugal à época.

O terceiro trabalho deste volume, de autoria de Alison Felipe Gesser e Wenderson Phelipe da Silva Santana, traz uma reflexão sobre variação linguística, na perspectiva do funcionalismo norte-americano de Talmy Givón. Sob o título de “O gênero gramatical na fala *gay* e sua (multi)funcionalidade”, os autores apresentam uma reflexão sobre a concordância com os gêneros masculino e feminino, na linguagem predicativa de homens *gays*, buscando identificar a funcionalidade de cada variante. Tendo como corpus entrevistas com acadêmicos do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, os autores indicam, entre outras conclusões, que fatores externos ao interlocutor e a situação interativa condicionam ou restringem os usos, favorecendo a forma masculina em situações de maior formalidade e menor intimidade entre os agentes da interação.

Tendo como ponto de partida a abordagem historiográfica, Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos e Meryane Sousa Oliveira, no trabalho intitulado “Por que o português não veio do latim?: Uma análise historiográfica da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*”, analisam o tratamento dispensado à origem histórica da língua portuguesa na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2011). Os autores têm como objetivo primeiro examinar o tratamento dado por Bagno à origem da língua portuguesa, contrapondo-o à perspectiva adotada por autores da Linguística Histórica e aos dados verificados nas demais produções do autor. Dos Anjos e Oliveira apontam que Bagno, na sua *Gramática pedagógica*, assume uma perspectiva descontinuista em

relação aos estudos histórico-linguísticos tradicionais, diferentemente do que faz em suas outras obras, em que se destaca um discurso continuísta em relação à tradição.

No trabalho intitulado “Fonologia cognitiva”, Eliane Nowinski da Rosa apresenta um debate sobre o desenvolvimento da Fonologia Cognitiva como ramo da Gramática Cognitiva, a partir do modelo de gramática proposto por Langacker. Tendo em vista que o tópico é ainda pouco explorado no Brasil, a autora faz uma apresentação da teoria, mostrando as suas importantes contribuições para os estudos linguísticos, especialmente porque concebe a aprendizagem de um som atrelada ao significado, o qual é construído com base nas experiências do falante com o mundo ao seu redor.

Em “Teoria enunciativa de Benveniste e semiótica discursiva: contribuições para a análise de textos”, Jorge Gabriel Sartini Popoff e Arnaldo Cortina examinam alguns conceitos oriundos da teoria enunciativa de Émile Benveniste, buscando relacioná-los ao desenvolvimento do nível discursivo da proposta do percurso gerativo de sentido em semiótica. Desse modo, os autores pretendem descrever os conceitos propostos por Benveniste, verificando seus desdobramentos para a abordagem da enunciação em semiótica, e a sua aplicabilidade à análise de textos.

Também em perspectiva discursiva, o trabalho de Luciana Salazar Salgado e Amanda Aparecida Chierigatti, intitulado “Notas sobre paratopia criadora: o caso de Jane Austen para além de sua fortuna crítica”, busca compreender a consagração da autora, que publicou sob pseudônimo e é hoje aclamada pela construção do que se poderia chamar de “combativa identidade feminina”. Tendo como base a Análise do Discurso de tradição francesa, em especial as reflexões de Dominique Maingueneau, o trabalho vai focar a construção da autoria, valendo-se de um *cópus* bastante amplo, que incluiu material biográfico e variados estudos que circulam sobre a romancista.

O último trabalho deste volume, de Albano Dalla Pria, é intitulado “Semântica operatória de falso”. Com base na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de Antoine Culioli, o autor propõe observar a contribuição de *falso* para o gesto de construção do atestado de óbito, a partir da expressão linguística ‘atestado de óbito falso’, em que os raciocínios da lógica são colocados em xeque. Assim, indo noutra direção que aquela adotada pela tradição gramatical, o autor demonstra que *falso* é marca da dúvida e do bloqueio à construção do termo *atestado de óbito*.

Este volume da *Revista do Gel* é, como os outros, fruto e amostra do difícil trabalho de delinear o que se faz de mais atual em estudos de língua e literatura no país. Trabalho este que só é possível graças aos inúmeros atores que têm se engajado em torno desse projeto coletivo, sejam articulistas, pareceristas, comissão editorial e equipe da revisores e diagramadores da Letraria, a quem muito agradecemos.

Assis, 26 de outubro de 2018.  
Matheus Nogueira Schwartzmann  
Editor da *Revista do Gel*

# A TOPONÍMIA DOS ACIDENTES FÍSICOS DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS/SUL GOIANO

*The toponymy of the physical accidents of the Quirinópolis microregion/South of Goiás*

Renato Rodrigues PEREIRA<sup>1</sup>

**Resumo** | Com este artigo, apresentamos um recorte da pesquisa que realizamos sobre a toponímia da microrregião de Quirinópolis, no Sul Goiano. Para tanto, orientamo-nos pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia, em especial, as contribuições de Dick (1990, 1992) e os procedimentos metodológicos utilizados no âmbito do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul. Os dados toponímicos possibilitaram-nos desvendar particularidades sociais, linguísticas, culturais e históricas do povo do universo estudado, demonstrando, pois, a influência de aspectos relacionados às pessoas que ocupam ou ocuparam o espaço geográfico.

**Palavras-chave** | Toponímia. Microrregião de Quirinópolis. Sul Goiano. Topônimo.

**Abstract** | Through this article, we present a review of the research that we carried out on the toponymy of the Quirinópolis microregion, in the South of Goiás. To that end, we are guided by the theoretical-methodological principles of Toponymy, especially the Dick's contributions (1990, 1992) and the methodological procedures used in the scope of the ATEMS Project - Toponymic Atlas of the Mato Grosso do Sul State. The toponymic data allowed us to uncover social, linguistic, cultural, historical and geographical particularities of the studied universe, thus demonstrating the influence of aspects related to the environment and the people who occupy or occupied the geographical space.

**Keywords** | Toponymy. Microregion of Quirinópolis. South of Goiás. Toponym.

---

<sup>1</sup> Pereira. UFMS. Endereço eletrônico: [renato.r.pereira@ufms.br](mailto:renato.r.pereira@ufms.br). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9870-3780>



## Introdução

Pelo estudo dos nomes próprios de lugares, descobrimos registros linguísticos, sociais e históricos de um povo. Na designação de um lugar, o homem registra, de forma espontânea ou convencional, as características ambientais circundantes e os sentimentos eufóricos e disfóricos sobre pessoas e lugares, de forma que a crônica dos habitantes de uma região, desde os primeiros rumores de colonização, pode ser evidenciada pela análise do léxico toponímico em decorrência do caráter emblemático que o topônimo possui.

Neste artigo, apresentamos um recorte da pesquisa que realizamos para a Dissertação de Mestrado, quando estudamos a toponímia da microrregião de Quirinópolis no extremo Sul Goiano e também sua relação com estados vizinhos, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (PEREIRA, 2009). Para tanto, orientamo-nos pelos princípios teóricos e metodológicos da Toponímia, da Dialetoлогия e da Geolinguística, assim como de epistemologias da Antropologia, da História, da Geografia, com vistas, primeiro, a dar conta dos objetivos e hipóteses estabelecidas e, segundo, oferecer à academia um trabalho que pudesse servir de parâmetro para os estudos futuros no estado de Goiás, pois, naquele momento, nossa pesquisa configurava-se como um primeiro estudo sistemático da toponímia desse Estado, do ponto de vista linguístico, e representava uma primeira iniciativa em prol de um futuro Atlas toponímico do Estado de Goiás<sup>2</sup>.

Com a pesquisa de mestrado, percebemos o reflexo de aspectos linguísticos, sociais e históricos de Goiás, assim como o transpassar dessas características toponímicas na nomenclatura de estados vizinhos, como Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, assunto esse tratado na segunda parte da dissertação e sobre o qual escrevemos para capítulo do livro *Toponímia. ATEMS: caminhos metodológicos. Volume I*, organizado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aparecida Negri Isquerdo, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a ser publicado em 2018, pela Editora da UFMS.

À época da pesquisa, conduzimos as análises a partir de duas hipóteses: i) a toponímia da microrregião de Quirinópolis incorpora particularidades sócio-linguístico-culturais, históricas e geográficas da região a que pertence; ii) existência de uma possível “isoglossa toponímica”, na região de fronteira de Goiás com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

---

<sup>2</sup> Àquela época, a única notícia a que tivemos acesso sobre trabalhos realizados em Toponímia no Estado foi realizada quando, em homenagem ao aniversário de Goiânia, a Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás promoveu, no dia 21 de outubro de 2006, o evento “Sábados da Toponímia: história dos nomes de Goiânia e de Goiás”, com as palestras “A escolha do nome ‘Goiânia’ para a Nova Capital do estado: história de um concurso” e “O processo de fixação dos nomes dos primeiros setores de Goiânia”.

Neste texto, apresentamos, de forma sucinta, os resultados alcançados com a realização da primeira parte do trabalho, quando estudamos a nomenclatura dos acidentes físicos – rios, córregos, serras, lagos etc. – da microrregião de Quirinópolis.

## Dos objetivos e apresentação dos dados

Com a tentativa de comprovar ou refutar a primeira hipótese mencionada, estabelecemos os seguintes objetivos:

- i. Inventariar os topônimos a partir de mapas oficiais do IBGE, com escala de 1:100,000 e classificá-los de acordo com as taxionomias propostas por Dick (1992);
- ii. Identificar e registrar a língua de origem dos topônimos da região, com vistas a resgatar o(s) estrato(s) linguístico(s) predominante(s) na toponímia da microrregião em estudo;
- iii. Analisar as taxionomias de topônimos mais produtivas com a intenção de recuperar condicionantes de natureza sócio-ambiental que motivaram a origem do topônimo;
- iv. Descrever os topônimos do ponto de vista linguístico, enquanto signo de língua (estrutura formal, motivação semântica, etimologia...);
- v. Contribuir com dados para o projeto ATB<sup>3</sup> por meio de mais um trabalho a respeito da toponímia brasileira.

Para apresentarmos o conjunto dos 932 topônimos extraídos dos mapas consultados, elaboramos um modelo de quadro com base na ficha lexicográfico-toponímica elaborada por Dick (2004) e nos quadros propostos por Dargel (2003) e por Moreira (2006). Organizamos, pois, nove quadros, ou seja, um quadro para cada município<sup>4</sup>.

A título de exemplo, apresentamos, na sequência, parte do quadro com os dados toponímicos do município de Caçu.

---

3 Atlas Toponímico do Brasil.

4 Os nove municípios da microrregião de Quirinópolis são: Caçu, Lagoa Santa, Itajá, Itarumã, São Simão, Paranaiguara, Quirinópolis, Gouvelândia e Cachoeira Alta.

- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano

### **Topônimos dos acidentes físicos do município de Caçu**

**Mesorregião:** Sul Goiano (IBGE, 2010).

**Microrregião:** Quirinópolis (IBGE, 2010).

**Data de instalação:** A notícia do primeiro branco a se instalar na região data do ano de 1858 (CHASTAN, 2001). A data de instalação do município, segundo o IBGE (2008), aconteceu em 01/01/1954.

**Área:** 2.251 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

**Municípios e/ou Estados limítrofes:** Cachoeira Alta, Aparecida do Rio Doce, Paranaiguara, São Simão, Itarumã, Jataí e Minas Gerais (IBGE, 2010).

**Nome(s) anterior (es):** Água Fria (CHASTAN, 2001).

**Histórico do nome do município:** O nome Caçu, por muito tempo, foi dado como originário da planta alcaçuz, encontrada nas proximidades das nascentes do ribeirão Caçu. A propósito do nome dessa planta, há algumas controvérsias: para o naturalista Elvis Nascimento, a referida planta não é o verdadeiro alcaçuz, pois a altitude da região (400m) impossibilita a sua existência, que exige altitude igual ou superior a 1.000m acima do nível do mar. O naturalista informa ter encaminhado o *alcaçuz* caçuense para exames laboratoriais na UFU (Universidade Federal de Uberlândia) e que o laudo assinado pelo doutor em botânica Ivan Schiavini reconheceu a planta como uma espécie da família das Myrtáceas. Já para o jornalista da cidade, José Faria, a origem do nome Caçu veio junto com os primeiros habitantes da região, de Uberaba/MG, local onde há a família Caçu e lugares com esse nome (FARIA, 2001).

Topônimo	Acidente	TA	Língua de Origem	Etimologia	Classificação taxionômica	Estrutura Morfológica/topônimo
Açude, do	Córrego	AF	LP		Hidrotopônimo	Simple
Água Boa, da	Córrego	AF	LP + LP		Hidrotopônimo	Composto
Água Fria, da	Córrego	AF	LP + LP		Hidrotopônimo	Composto
Água Limpa, da	Córrego	AF	LP + LP		Hidrotopônimo	Composto
Alarcão	Córrego	AF	LP		Antropotopônimo	Simple
Alarcão, do	Serra	AF	LP		Antropotopônimo	Simple
Anta, da	Córrego	AF	LP		Zootopônimo	Simple
Areia	Ribeirão	AF	LP		Litotopônimo	Simple
Augustinho	Córrego	AF	LP		Antropotopônimo	Simple
Azul	Córrego	AF	LP		Cromotopônimo	Simple
Azul	Córrego	AF	LP		Cromotopônimo	Simple
Baiano, do	Córrego	AF	LP		Etnotopônimo	Simple
Bálsamo	Córrego	AF	LP		Fitotopônimo	Simple
Bernardo, do	Córrego	AF	LP		Antropotopônimo	Simple

Fonte: Pereira (2009)<sup>5</sup>

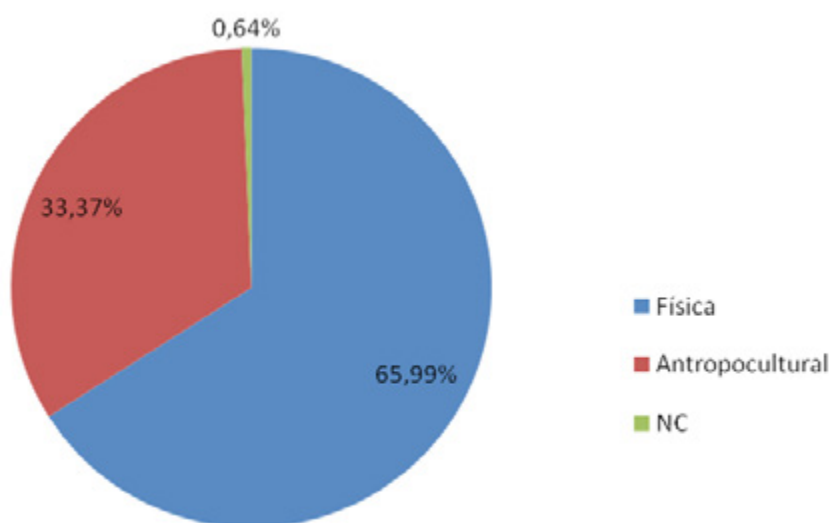
Apresentados os dados nos nove quadros elaborados para esse fim, passamos então para a análise das questões relacionadas à natureza das taxionomias, às ocorrências taxionômicas na microrregião estudada, à língua de origem dos topônimos e à estrutura morfológica desses designativos. Para essas possibilidades de análise, apoiamos-nos nos princípios teóricos e metodológicos da Toponímia, especialmente nos trabalhos da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick e, também, na metodologia adotada pelo ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aparecida Negri Isquerdo.

<sup>5</sup> A coluna *etimologia*, nos nove quadros da pesquisa de Pereira (2009), serviu para registrar informações etimológicas mais detalhadas sobre os topônimos de origem indígena.

## Topônimos de acordo com a natureza das taxionomias

O modelo taxionômico elaborado por Dick (1992), o qual utilizamos neste estudo, foi construído com o objetivo de possibilitar ao pesquisador descobrir a motivação do topônimo sem ter que voltar ao passado histórico. O modelo proposto pela autora subdivide-se em 16 taxes de natureza física e 11 de natureza antropocultural<sup>6</sup>. Nessa perspectiva, pela análise da natureza das taxes toponímicas, é possível descobrir, a partir da nomenclatura de uma determinada região, se o designador recorreu a elementos do ambiente físico ou a fatores socioculturais como motivação no ato da designação.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta em termos percentuais a distribuição dos 932 topônimos, segundo a natureza das taxionomias, física e antropocultural, ao mesmo tempo em que visualiza o percentual de topônimos não classificados numa das 27 taxes concebidas por Dick (1992), por insuficiência de informações linguísticas acerca do item lexical que deu origem ao topônimo.



**Gráfico 1** – Distribuição percentual dos topônimos, segundo a natureza das categorias taxionômicas (veja no modelo)

Fonte: Pereira (2009, p. 139)

6 a) **Taxionomias de natureza física** - Astrotopônimos; Cardinotopônimos; Cromotopônimos; Dimensiotopônimos; Fitotopônimos; Geomorfotopônimos; Hidrotopônimos; Litotopônimos; Meteorotopônimos; Morfotopônimos; Zootopônimos; b) **Taxionomias de natureza antropocultural** - Animotopônimos ou Nootopônimos; Antropotopônimos; Axiotopônimos; Corotopônimos; Cronotopônimos; Ecotopônimos; Ergotopônimos; Etnotopônimos; Dirrematopônimos; Hierotopônimos/hagiotopônimos/mitotopônimos; Historiotopônimos; Hodotopônimos; Numerotopônimos; Poliotopônimos; Sociotopônimos; Somatotopônimos.

Conforme os dados demonstrados no Gráfico I, o *corpus* da pesquisa que deu origem a este artigo confirmou uma tendência da toponímia brasileira como um todo, ou seja, o predomínio de topônimos classificados de acordo com as taxionomias de natureza física, uma vez que, na nomenclatura onomástica dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis, há um percentual de 65,99% (615 topônimos) classificados como taxes de natureza física; 33,37% (311 topônimos) que se enquadram entre as taxes de natureza antropocultural e 0,64% (06 topônimos) não classificados dentre as taxes de Dick (1992).

A grande incidência de taxes de natureza física evidencia a influência de aspectos do ambiente físico no ato de nomeação dos acidentes físicos no universo de designativos aqui focalizados. Percebe-se que os povos tendem a nomear os lugares com nomes dos elementos da natureza circundante, demonstrando, assim, que o meio ambiente exerce grande influência no homem, no ato de batismo de lugares. Essa influência foi constatada também na pesquisa de Francisquini (1998), no Paraná, e nos estudos sobre a toponímia sul-mato-grossense, com as pesquisas de Schneider (2002), de Dargel (2003), de Tavares (2004), de Gonsalves (2004), de Tavares (2005) e de Souza (2006). Isso demonstra que a principal motivação do denominador parece ter sido o próprio ambiente ao seu redor.

Já entre as taxes de natureza antropocultural, destacaram-se os *antropotopônimos*, com 86 topônimos, que homenageiam pessoas importantes na região; os *sociotopônimos*, com 55 ocorrências, que remetem a locais de trabalho, a atividades profissionais, a pontos de encontro de pessoas da comunidade e os *ergotopônimos*, com 39 designações, que recuperam elementos da cultura material do povo da localidade, identificando, assim, a influência do homem no meio em que se encontra.

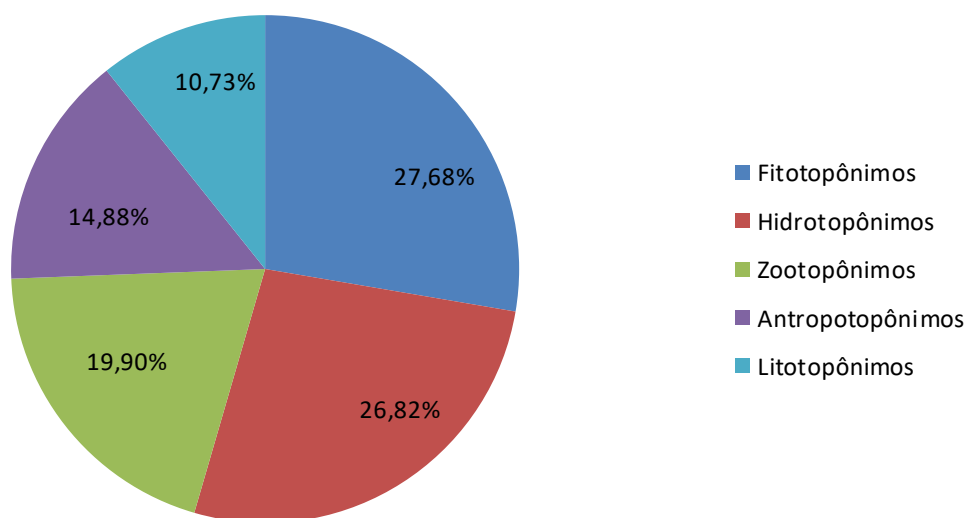
Os 6 topônimos (0,86%) que não foram classificados do ponto de vista taxionômico em virtude de não identificação de informações sobre a natureza linguística desses nomes nas fontes a que tivemos acesso são os seguintes: córrego do *Lirau*; córrego *Tambiacó*; córrego *Imujosa*; córrego da *Nobreza*; riacho do *Queimado*; serra do *Esfolado*. Estudos futuros possivelmente poderão solucionar essa questão, a partir de novas fontes de pesquisa que possibilitem encontrar informações linguísticas e até mesmo extralinguísticas acerca da origem desses nomes.

A maior incidência de taxionomias de natureza física na pesquisa que deu origem a este artigo demonstra a tendência do denominador de nomear os lugares com nomes dos elementos físicos da natureza circundante, numa constatação de que o meio ambiente exerce grande influência sobre o homem, refletindo-se também no processo de nomeação de lugares.

Na sequência, apresentamos a produtividade das diferentes taxes propostas por Dick (1992), na microrregião de Quirinópolis.

## Taxionomias mais produtivas na microrregião de Quirinópolis

Em se tratando da produtividade das taxionomias, optamos por analisar as cinco taxes mais produtivas – *fitotopônimos*, *hidrotopônimos*, *zootopônimos*, *antropotopônimos*, *litotopônimos*. O estudo do *corpus* demonstra, pois, características do ambiente físico, como também a influência que o meio exerce sobre as pessoas no momento de atribuir um nome a um lugar, além de evidenciar a importância do homem no meio em que vive. Seguindo a mesma disposição dos dados do Gráfico 1, o Gráfico 2 na sequência apresenta a distribuição percentual das cinco taxes mais produtivas do universo pesquisado.



**Gráfico 2** – Distribuição percentual das cinco taxes mais produtivas na toponímia da microrregião de Quirinópolis

Fonte: Pereira (2009, p. 142)

Percebe-se pelo Gráfico 2 que, dentre as taxes identificadas na toponímia da microrregião de Quirinópolis, a que atingiu o maior índice de produtividade de ocorrências foi a dos *fitotopônimos* com 160 topônimos, representando um percentual de 27,68% do *corpus* analisado.

Em Pereira (2013, p. 979), discorremos sobre as duas primeiras taxionomias mais produtivas, de forma que pudemos destacar o seguinte em relação aos fitotopônimos,

[...] dentre os topônimos de maior produtividade, situam-se designativos originados de nomes de plantas vinculados a várias áreas da fitologia, como: **madeira de lei** – *jatobá*; **palmeiras** – *buriti*, *guariroba*, *macaúba*, *palmito* (gomo do caule de alguns tipos de palmeiras); **gramínea** – *sapé*; **arbusto/erva pequena** – *bálsamo*; **árvores/arbustos** – *café* (fruto do cafeeiro); termo genérico indicativo de **área coberta de plantas silvestres de portes diversos**.

A esse respeito, ressaltamos a importância das plantas no dia a dia do homem, quando possibilitam alimentos de diferentes naturezas e medicamentos para as distintas enfermidades existentes. Desse modo, justifica-se a considerável produtividade de topônimos de índole vegetal no universo investigado, representada, pois, pela grande preferência do homem por elementos do seu ambiente circundante, em especial os da vegetação, no processo de nomeação dos acidentes geográficos, confirmando, assim, tendências já demonstradas em outros estudos sobre a toponímia brasileira, a exemplo dos realizados no âmbito do projeto Atlas toponímico do estado de Mato Grosso do Sul.

Em se tratando da segunda taxa mais produtiva, os *hidrotopônimos*, em que houve um percentual de 26,82%, correspondendo a 155 (cento e cinquenta e cinco) nomes de lugares, enfatizamos ser a água “a essência da vida e, por isso, a tendência de o denominador/designador, no ato de batismo de um topo, valer-se de nomes relacionados ao elemento água para nomear os lugares” (PEREIRA, 2013, p. 479)<sup>7</sup>.

De acordo com Dick (1990, p. 196), a ocorrência de topônimos, de “natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos de água para as condições de vida”. Tal importância pode ser percebida quando revisitamos a história dos desbravadores no período colonial, em que na maioria das vezes utilizavam rios como caminho para se chegar aos lugares almejados. Em síntese, ressaltamos as palavras de Pereira (2013, p. 980), para quem o

[...] homem, ao procurar conhecer o universo que o cerca, cria oportunidades para desvendar segredos, para construir e encontrar lugares para fixar-se e dar início a comunidades e, com isso, acaba aprendendo com suas descobertas, com seus erros e acertos. Dessa forma, ao transportar o seu conhecimento e importância da água para o topônimo, o designador distingue o acidente geográfico dos demais, facilitando, assim, a orientação do homem no espaço que o cerca. Além disso, proporciona subsídios para o conhecimento prévio do lugar. No universo pesquisado, por exemplo, dois topônimos confirmam isso: o córrego do *Salto* e a cachoeira *Salto do Rio Claro*. Esses dois acidentes geográficos situam-se em uma localidade onde há duas cascatas de águas abundantes, maravilhosas, denominadas pela comunidade local de – Primeiro Salto e – Salto do Marianinho.

Os topônimos relativos a nomes de animais em geral, os *zootopônimos*, representaram 115 (cento e quinze) ocorrências, correspondendo a um percentual de 19,90% do *corpus*, ocupando a terceira colocação em termos de produtividade.

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre os fitotopônimos e os hidrotopônimos da microrregião de Quirinópolis, conferir Pereira (2009, 2013).



- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano

Os dados zootoponímicos apresentados neste texto se opõem aos apresentados por Dauzat (1922), que detectou uma menor ocorrência de topônimos de índole animal em relação a outras categorias na toponímia francesa e, também, à perspectiva de Backheuser (1950) de que, na toponímia brasileira, os nomes de animais são menos recorrentes. Isso demonstra que a realidade toponímica de uma determinada região pode ser bastante diferente de outra, uma vez que as designações acontecem de acordo com a perspectiva do denominador. Sapir (1969, p. 46), ao explicar a influência do ambiente no léxico de uma língua, assinala que “não são especificamente a fauna e os aspectos topográficos da região que uma língua reflete, mas o interesse da nação nesses traços ambientais”. Desse modo, de acordo com o interesse do grupo designador, o traço ambiental que mais lhe interessa é perpetuado como signo toponímico, ou seja, um signo linguístico com função toponímica, marcando a língua com tipologias identificadoras ligadas às suas necessidades e, por extensão, significativas para o grupo que nomeia o meio que o circunda.

A fauna de uma região é nitidamente refletida nos nomes dos acidentes geográficos. Na região pesquisada, a presença de animais é lembrada por meio de topônimos, como córrego do *Barbudo* (barbudo nomeia um peixe abundante na região, conhecido também como barbado), córrego *Jacaré*, córrego do *Cervo*, serra da *Sucuri*, córrego dos *Porcos*, córrego das *Vacas*, córrego dos *Bois*, entre outros.

Stewart (1954), por sua vez, assinala que o animal pode influenciar o designador em decorrência de um encontro casual do homem com um animal na localidade ou perto dela. Já Dick (1990, p. 262-263) destaca que “o animal, porém, não participa apenas utilitariamente de uma comunidade primitiva, na medida em que lhe serve de fonte alimentícia. Sua função, quase sempre, vai mais longe, figurando em um eixo relacionante integrado por ele mesmo e pelo próprio homem que o personifica”.

Moreira (2006, p. 207), ao estudar a toponímia paranaense, agrupa os zootopônimos, segundo a classe dos animais, “considerando o tipo de animal nomeado pela unidade lexical elevada à categoria de topônimo”. Aplicando esse procedimento à zootoponímia da região de Quirinópolis, também identificamos topônimos com nomes de animais relacionados aos cinco grupos estabelecidos pelo autor: **mamíferos**, **répteis**, **aves**, **peixes** e **insetos**. Como exemplos de topônimos com nomes desses tipos de animais, destacamos os seguintes: **mamíferos** – córrego dos *Bois*, córrego *Cavalos*, córrego do *Cervo*, córrego da *Vaca*, córrego da *Mula*, córrego da *Onça*, ilha da *Capivara*, córrego da *Anta*; **répteis** – córrego *Cascavel*, córrego *Sucuri*, córrego da *Cobra*, Serra do *Jacaré*; **aves** – córrego *Macuco*, córrego do *Jaburu*, córrego da *Ema*, córrego *Tucano*; **peixes** – córrego do *Lambari*, serra da *Pirapitinga* e córrego do *Barbudo*; **insetos** – córrego do *Cupim*, córrego *Mosquito*, córrego da *Abelha*, córrego do *Marimbondão*.

A análise dos zootopônimos da localidade pesquisada evidenciou a valorização da fauna local, uma vez que os nomes de animais foram recuperados para nomear lugares

como córregos, serras, municípios. Observamos, nesse contexto, que os animais que motivaram a nomeação dos acidentes geográficos aqui focalizados estão, de alguma forma, vinculados à vida do denominador, por isso exercem um importante papel no processo onomástico toponímico do universo pesquisado.

Os *antropotopônimos*, por sua vez, à medida que homenageiam pessoas em geral, principalmente as da localidade, costumam ser bastante recorrentes na toponímia brasileira, em especial na nomenclatura de acidentes humanos. Na microrregião de Quirinópolis, 86 (oitenta e sete) topônimos de acidentes físico-geográficos foram agrupados a essa taxa, correspondendo a um percentual de 14,88% do total dos nomes analisados e ocupando a 4ª posição na ordem de ocorrências. Ao tratar da importância dos nomes próprios na nomeação de lugares, Dick (1990, p. 293) assinala que

[...] a diversidade da motivação na escolha dos nomes próprios denota, portanto, em última análise, um reflexo da natureza psico-social do homem, das tendências e costumes dominantes em sua época e em seu meio. A identificação individual, através de apelativos é, ainda, pelo menos no estágio atual de desenvolvimento da civilização, a melhor maneira de se designar os elementos de um grupo humano qualquer.

Segundo Dargel (2003, p. 156), “às vezes, os *antropotopônimos* são designativos espontâneos, em outras, são impostos por autoridades políticas, por atos voluntários e até por oportunismo”. Muitas vezes a nomeação de bairros, de rodovias, de córregos, de serras, só para citar alguns tipos de acidentes, resulta da ação individual da região, normalmente um político influente que, por interesse material ou como solicitação de apoio político, propõe o nome de um habitante da sua ou de outra região, para nomear o acidente, muitas vezes como forma de obtenção de benefícios próprios.

De acordo com Dick (1990), a denominação espontânea acontece com os acidentes identificados simplesmente pelo nome de um morador, revelando, assim, uma característica denominativa de um pequeno horizonte geográfico, distinto daquela imposta por autoridades ou eventuais detentores do poder de mando e que, muitas vezes, se distinguem pelo distanciamento da realidade ambiental ou do gosto popular. Nesse caso, a razão de ser de uma nomeação anônima não extrapola as cercanias da localidade que lhe deu origem, por não possuir a força e o prestígio dos nomes históricos ou de projeção nacional.

No universo pesquisado, verificamos que os *antropotopônimos* homenageiam pessoas que tiveram importância regional, mais especificamente local, como é o caso de córrego do *Lucas*, serra do *Rosilho*, córrego *Augustinho*, córrego do *Miranda*, córrego *José Brás* – proprietários de fazendas próximas aos acidentes nomeados.

- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano

Por último, denotando topônimos de índole mineral, os *litotopônimos*, neste artigo, nomearam 62 (sessenta e dois) acidentes, atingindo um percentual de 10,73% do total de topônimos analisados. Desde o descobrimento do Brasil, o principal motivo dos colonizados na conquista do Novo Mundo era “a cobiça do ouro, e o amor às riquezas do mundo” (DANIEL, 1975 apud DICK, 1990, p. 131). Essa cobiça se dá justamente pela influência das condições ambientais, refletindo-se nos topônimos dos acidentes físicos de uma região. Sapir (1968, p. 44), por exemplo, demonstra a maneira pela qual as condições ambientais se refletem na língua de um determinado grupo social, estruturando-se em classes conceituais de ampla significação:

Não obstante, tratando-se de língua que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo “ambiente” tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora, os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1968, p. 44).

Notamos que a litotoponímia na microrregião de Quirinópolis não difere do restante do Brasil. Geralmente os *litotopônimos* revelam algumas das características minerais da região pesquisada, como é o caso dos topônimos a seguir mencionados, representantes emblemáticos da região aqui estudada: córrego do *Lajeado*, córrego do *Barro Preto*, córrego das *Pedras*, morro do *Cal*, córrego da *Pedra Branda*, córrego *Pedra Vermelha*, entre outros. Dick (1986, p. 65) esclarece que os

[...] aliados aos que refletem, em sua manifestação mórfica, a natureza constitutiva dos solos ou dos terrenos, estão relacionados diretamente a dois fatos: um, de índole genérica, física, ambiental, específico às regiões de terra, em sua constituição (areia, barro, lama, terra, por exemplo); outro, mais restrito, porque diz respeito, de perto, a alguns dos momentos mais significativos da história de um povo.

No caso da pesquisa realizada, constatamos que parte dos topônimos de índole mineral da região pesquisada corresponde ao primeiro caso assinalado por Dick, “índole genérica”, como já exemplificado alhures, e outra parte ao segundo caso que a autora considera mais restrito, uma vez que pode fazer referência a momentos significativos da história de um povo. Acreditamos que os córregos *Pedra Branca* e *Pedra Vermelha* podem

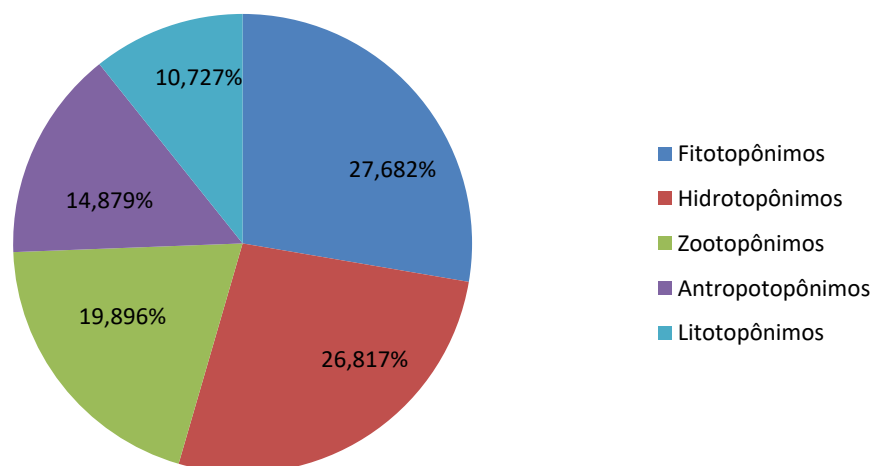
ter recebido tais designações por caracterizarem as pedras preciosas encontradas na região na época da colonização do sertão goiano.

A análise das taxionomias mais produtivas da microrregião de Quirinópolis foi um dos objetivos da pesquisa que deu origem a este artigo. Para tanto, nos propusemos, por uma questão metodológica, a analisar as cinco taxionomias de maior ocorrência, como já explicitado anteriormente. A análise apresentada procurou evidenciar aspectos da relação existente entre o homem e o ambiente que o cerca. O denominador/designador, ao nomear os acidentes físico-geográficos da microrregião de Quirinópolis, optou, na maioria das vezes, por retratar os aspectos do espaço geográfico circundante.

Concluída a análise dos topônimos referentes às cinco taxionomias mais produtivas do *corpus*, na sequência, examinamos a questão da língua de origem dos topônimos, destacando estratos linguísticos predominantes na formação do português brasileiro e, por consequência, da toponímia brasileira.

### Língua de origem dos topônimos

O estudo das camadas étnicas presentes na toponímia da região aqui estudada revela importantes relatos da história, da cultura, da língua do povo da localidade. O Gráfico 3 a seguir fornece uma visão geral das línguas de origem dos topônimos da microrregião de Quirinópolis.



**Gráfico 3** – Distribuição dos topônimos rurais da microrregião de Quirinópolis, segundo a língua de origem

Fonte: Pereira (2009, p. 152)

- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano

Os dados percentuais evidenciados no Gráfico 3 demonstram que, na toponímia da microrregião de Quirinópolis, a exemplo da toponímia brasileira em geral, ocorre a predominância de topônimos de origem portuguesa, com 84,66%, seguidos dos de base indígena com 14,06% e dos de origem africana com 1,07%.

Sabe-se que, quando os portugueses chegaram ao território brasileiro, no século XVI, encontraram os povos autóctones com cultura, línguas e hábitos específicos já solidificados. Embora os índios fossem, por direito, os donos da nova terra descoberta, os portugueses aqui se instalaram e fizeram-se donos dela. Em decorrência do processo de colonização e, por consequência, da necessidade de mão de obra, grupos africanos também foram trazidos como escravos para o Brasil, no período que ficou conhecido como tráfico negreiro. A história do Brasil mostra que os portugueses fizeram dos negros e de muitos índios seus escravos, submetendo-os a maus tratos de diferentes tipos.

Por meio do estudo da toponímia de uma região, é possível perceber, claramente, a importância dos diferentes grupos étnicos na formação linguística de um país. No período correspondente ao descobrimento do Brasil, por exemplo, o colonizador lusitano quis impor suas regras de nomeação, por considerar-se o novo dono da terra descoberta. No entanto, teve que se adaptar ao meio, por uma questão de sobrevivência, pois os índios eram guerreiros e defendiam seu clã e seu território. Assim, o colonizador teve que aprender as línguas faladas pelos autóctones que foram chamadas, pelos portugueses, de línguas gerais (BEARZOTI FILHO, 2002). Tratando da toponímia, Dick (1988, p. 84) esclarece que,

[...] desde que para o Brasil vieram os portugueses, começou a se instalar entre nós uma nomenclatura geográfica que, nos seus primórdios, ou melhor dizendo, nos primeiros acidentes reconhecidos, trazia a visão personalíssima do elemento lusitano, com sua psicologia religiosa e espiritualista aflorando na geografia que, palmo a palmo, ia percorrendo. Parece que para ele não importava a nomeação particular e legítima dos autóctones. Primeiro, porque isto não deveria fazer parte de suas preocupações, depois porque ele estava diante de um povo que desconhecia, em suas reações e sentimentos, a quem ele, o conquistador, viera para dominar. Não apenas pela superioridade numérica, mas pela força de suas tradições e pelo poder de seu verbo.

Embora na toponímia brasileira predominem os de base portuguesa, pode ser considerado significativo o montante de ocorrências de nomes indígenas, uma vez que, em relação à herança indígena na toponímia brasileira, há uma média de 10.000 topônimos atribuídos a acidentes geográficos de diversas ordens, já inventariados por Dick (1986).

O predomínio de topônimos de origem portuguesa na microrregião em estudo é explicável, se considerarmos o fato de os primeiros desbravadores do estado de Goiás terem sido os bandeirantes paulistas e os mineiros que possuíam a língua portuguesa como oficial. Esses dominadores/colonizadores, falantes da língua portuguesa, impuseram aos povos indígenas a sua soberania, sua cultura e, claro, sua língua, tanto que, não só nessa microrregião, mas em todo o Brasil, é constatada a superioridade de topônimos de origem portuguesa. No universo aqui pesquisado, dos 932 topônimos estudados, 84,66% são de origem portuguesa e apresentam uma enorme riqueza de aspectos que merecem reflexão, o que corrobora a posição de Dick (1976, p. 317), de que “a Toponímia de origem portuguesa (ou brasileira propriamente dita), pela multiplicidade de traços ambientais” dispõe ao toponimista um significativo espaço para estudos e, nesse contexto, é preciso considerar “as condições mesológicas”, uma vez que

[...] os primeiros topônimos funcionavam, portanto, como verdadeiros “sign-posts”, ou marcas semióticas de identificação dos lugares, usadas com a finalidade de distinguir as características de espaços semelhantes: uma forma, uma silhueta, o perfil de uma paisagem se apresentando como recortes de uma corografia maior a ser detalhada (DICK, 1995, p. 60).

Nesse sentido, percebemos que o colonizador nomeava os lugares por onde passava com designativos que caracterizavam o ambiente. Nota-se nessa situação a função emblemática do topônimo no lugar em que ele foi designado, comprovando, assim, a influência exercida pelo ambiente no léxico da língua (SAPIR, 1969, p. 45). Sobre o assunto, Dick (1976, p. 318) assinala que “os princípios geográficos e históricos do país” condicionam um determinado tipo de atividade material por causa do momento histórico em que se encontram, chegando ao estabelecimento da correspondência entre o nome do lugar “e a condição terminológica determinativa”. Com isso, entende-se,

[...] claramente, a passagem de um designativo comum de língua à categoria de topônimo, fruto de mecanismo espontâneo de nomeação, embora motivado externamente pelas conjunções do meio. Mais ainda, as “áreas culturais” podem sugerir a formação de “áreas toponímicas”, em virtude de maior concentração de nome de uma mesma camada significativa, em sua região (DICK, 1976, p. 318).

Essas constatações de Dick têm sido validadas em trabalhos sobre a toponímia brasileira de diferentes regiões do Brasil. Na região aqui pesquisada, diversos topônimos de origem portuguesa são resultantes da ligação do homem com a terra, com o ambiente. Essa ligação ora acontece motivada por elementos da cultura material, ora pela importância da fauna e da flora para o grupo, dentre outros fatores. Recuperando elementos da cultura material, notamos, dentre outras, ocorrências como córrego *do Tanque* (AF/Itajá), Córrego

- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano

*da Buzina* (AF/Itarumã), *córrego do Carro* (AF/Itarumã), *córrego do Fogão* (AF/Itarumã), *córrego do Monjolo* (AF/Itarumã). Já no tocante a elementos da flora, temos o *córrego da Abelha* (AF/São Simão), *córrego do Alecrim* (AF/São Simão), *córrego Jenipapo* (AF/São Simão), *córrego dos Bois* (AF/Paranaiguara), só para citar alguns exemplos. É possível notar que muitos são os fatores influenciadores no ato do batismo de um topo em determinado espaço geográfico. Nesse processo, o signo da língua é transformado em signo toponímico, passando, desse modo, a designar um espaço real do universo a que ele pertence. Isso acontece não só com topônimos oriundos da língua portuguesa, como também com os procedentes de outras línguas naturais encontradas no universo pesquisado, como é o caso de topônimos de origem indígena e africana.

Em relação à língua indígena, na toponímia pesquisada, nota-se claramente a predominância da língua tupi, manifestada num montante de 130 ocorrências (14,04%), resultado significativo, já que a região de Quirinópolis não registra a presença de grupos étnicos do tronco tupi, uma vez que era terra do tronco Macro-Jê. Na microrregião de Quirinópolis, só registramos um (01) topônimo pertencente a esse tronco, mais especificamente, o *córrego Caiapó* (AF/Caçu). Acreditamos que a significativa ocorrência de nomes de origem tupi no universo pesquisado se deu por alguns motivos, a saber: i) os colonizadores que vieram para Goiás já possuíam nomes de origem tupi internalizados na sua língua; ii) a presença de índios dessa etnia nas bandeiras na época da colonização do interior do Brasil e, conseqüentemente, do sertão goiano; iii) incorporação do léxico tupi no acervo vocabular do português brasileiro. Tais motivos, provavelmente, contribuíram para a disseminação do léxico de base tupi em todo o território brasileiro. Nesse particular, Sampaio (1928, p. 2) esclarece que

[...] ao europeu, porém, ou aos seus descendentes cruzados, que realizaram as conquistas dos sertões, é que se deve a maior expansão do *tupi*, como *língua geral*, dentro das raias atuais do Brasil. As levas, que partiam do litoral, a fazerem descobrimentos, falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam os novos descobertos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo.

Bearzoti Filho (2002, p. 43), por sua vez, ao tratar das designações de origem tupi, assinala que “em grande parte, trata-se de topônimos atribuídos não por índios, mas por bandeirantes, que, como já vimos, utilizavam a língua geral como idioma de comunicação ordinária em suas expedições”.

Percebe-se, pois, que os índios tupi acabaram contribuindo, e muito, com o léxico do português brasileiro, o que resultou numa riqueza de possibilidades nomenclaturais, já que enriqueceram sobremaneira o patrimônio lexical do português brasileiro e, por conseqüência, da toponímia. Segundo Dick (1992, p. 120),

[...] o sistema lexical tupi, como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na toponímia, que se vale deles como uma fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas.

Na região aqui pesquisada, constatamos, claramente, a presença do léxico de base tupi na toponímia regional. Ilustram isso topônimos como *Guariroba*, *Jacaré*, *Jatobá*, *Paranaíba*, *Pindaíba*, *Sapé*, *Sucuri*, *Taboca*, *Tapera*, *Jaborandi*, *Aporé*, *Bacuri*, dentre outros, documentados na onomástica da microrregião de Quirinópolis.

Nesse contexto, merece registro o fato de a história dos índios tupi na América ter começado bem antes do contato com os europeus. Por volta de 1000 a.C. “os povos indígenas que hoje chamamos de tupis-guaranis e arauaques – variação de *arawak* – já habitavam o sudoeste da Amazônia” (BEARZOTI FILHO, 2002, p. 67). Segundo esse mesmo pesquisador, talvez por questões de alterações climáticas, parte desses povos tenham empreendido grandes movimentos migratórios em direção a outras regiões da América, durante muitos séculos. Já no século XVI, os contatos entre portugueses e índios tupis do litoral se intensificaram e, com isso, instaurou-se a necessidade de comunicação entre esses grupos. Como naquela época os portugueses eram em menor quantidade, eles precisaram aprender, parcialmente, o tupi, pela necessidade de comunicação com os nativos. Em decorrência do contato com lusitanos, os índios perderam muito de sua cultura devido à “esperteza” dos portugueses que, interessados nas riquezas brasileiras, e também na mão de obra dos índios para a construção da nova pátria, aproveitavam-se não só da inocência dos povos primitivos que ali viviam, mas também da riqueza cultural e material transmitida por eles. Essa forte relação entre índios e brancos reflete-se nas denominações geográficas brasileiras, como demonstramos neste texto e pudemos observar em outros trabalhos da área a que tivemos acesso.

Quanto aos topônimos de origem africana, poucos foram os registros toponímicos na região pesquisada – 10 ocorrências, com um percentual de 1,07% do *corpus*. Identificamos os seguintes topônimos de base africana: *Moleque*, *Monjolo*, *Congo*, *Cangalha*, *Macaco*, *Bananas* e *Marimondo*. Acreditamos que um dos motivos da pouca ocorrência de topônimos de origem africana relaciona-se à própria questão do baixo número de empréstimos das línguas africanas incorporados ao léxico do português do Brasil, se considerado o grande contingente de povos africanos que veio para o Brasil no período colonial. Isso se explica pela própria história da escravidão no Brasil, dadas as circunstâncias em que o negro passou a integrar a população brasileira (século XVI).



- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano

Na condição de escravo, ocupavam posição desprivilegiada na organização social do espaço, tendo inclusive limitações quanto ao uso da língua e à manifestação da cultura. É certo que os índios também serviram como escravos no processo de colonização, mas numa condição diferente em termos de dependência, pois os portugueses precisavam deles para conseguir conquistar o novo território, uma vez que só o índio conhecia a terra descoberta. Já os negros vieram para o Brasil unicamente como mão-de-obra escrava. Ao tratar do convívio entre as etnias africanas, indígenas e portuguesas, no território brasileiro, Dick (1985) esclarece que, nos primórdios do século XVI, três diferentes grupos étnicos viveram no Brasil: o indígena que aqui já se encontrava quando o colonizador chegou ao Novo Mundo e o negro que veio a partir da necessidade de outros colaboradores talvez mais pacíficos em relação aos indígenas. Com a chegada do negro houve uma alteração considerável no “primitivo conjunto racial heterogêneo”, já que novos hábitos se instalaram, outras línguas passaram a ser faladas no novo território. A autora supracitada assinala ainda que

Línguas gerais ou de comunicação se impuseram para reunir os falantes dos grupos não-brancos: do lado americano, o tupi, a mais falada na costa do Brasil, transmitindo ao vocabulário brasileiro cerca de 10.000 palavras; do lado africano, duas outras concorreram entre si: o nagô ou iorubá, na Bahia, do grupo sudanês, e o quimbundo, no Nordeste e mais ao Sul, a partir de Minas Gerais até o Rio de Janeiro e São Paulo, aproximadamente representando os povos bantus. Se os topônimos indígenas são mais significativos em extensão, na proporção direta do próprio vocabulário transmitido, os africanos configuram-se menores, extensivamente, porque o próprio contingente vocabular legado ao português é pequeno, cerca de trezentos termos mais ou menos, numa desproporção clara com o total de negros imigrados (DICK, 1985, p. 24).

Os registros de Dick justificam a desproporção inexistente entre a produtividade de topônimos de origem indígena e a de origem africana, pois esse fato se deu, primeiramente, na língua. A toponímia da microrregião de Quirinópolis ratifica essa tendência nacional do processo designativo.

No universo dos topônimos estudados, não foi possível identificar a língua de origem de 02 topônimos: córregos *Tambiacó* e *Imujosa*. A elucidação desses nomes será objeto de estudos futuros a partir de novas fontes a serem buscadas.

Em síntese, a presença de diferentes estratos linguísticos é claramente notória na estrutura morfológica dos topônimos, devido às influências da linguagem falada. Sobre o assunto, Dick (1996, p. 35) assinala que

[...] as camadas portuguesas, a indígena (especialmente a de origem tupi) e a africana, além de uma combinatória das duas primeiras (nomes portugueses + nomes tupis e nomes tupis + nomes portugueses), caracterizando as formações mistas ou híbridas que alteram a posição sintagmática dos elementos constituintes na sequência dos conjuntos.

Nesse contexto, apresentamos na continuação de nosso estudo o tratamento que damos para os constituintes estruturais dos topônimos.

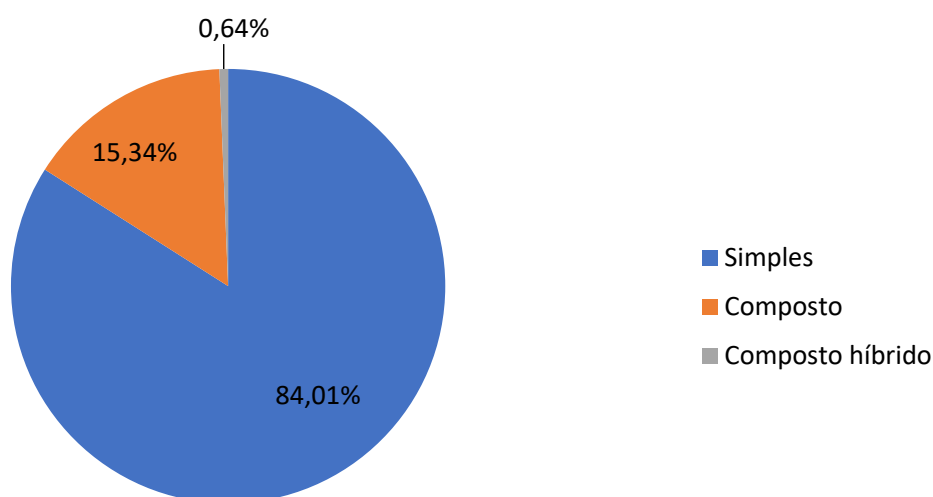
Seguindo os parâmetros teórico-metodológicos adotados para este artigo, consideramos o elemento específico do sintagma toponímico como fonte de investigação. Segundo Dick (1992), o topônimo pode ser classificado em sua estrutura morfológica, como simples, composto e composto híbrido.

### **Estrutura morfológica dos topônimos**

Do total de signos toponímicos catalogados na pesquisa que deu origem a este artigo, 783, ou seja, 84,01% são de estrutura simples, ou seja, constituídos por um formante, uma vez que, no processo de nomeação, o designador/enunciador utiliza, na maioria das vezes, apenas um elemento designativo. Daí a predominância de topônimos de estrutura simples no *corpus* desta pesquisa. Os sintagmas toponímicos – possuidores de mais de um formante lexical – somaram um total de 143 nomes, representando um percentual de 15,34%. Já os casos de hibridismos apareceram em seis topônimos compostos (0,64%), estruturados a partir de duas bases linguísticas – tupi + português: córrego *Buriti Comprido* AF/GO, córrego *Buriti Fechado* AF/GO, córrego do *Buriti Triste* AF/GO, córrego *Capim Podre* AF/GO, córrego do *Buriti Grande* AF/GO e córrego do *Capão Grande* AF/GO.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta a produtividade dos topônimos da microrregião de Quirinópolis, segundo a estrutura morfológica.

- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano



**Gráfico 4** – Distribuição percentual dos topônimos da microrregião de Quirinópolis em termos de estrutura morfológica  
Fonte: Pereira (2009, p. 158)

Os dados da pesquisa que originou este artigo revelaram que o processo de nomeação segue tendências universais. Nesse sentido, retomamos a posição de Stewart (1954, p. 2), para quem um dos mecanismos mais produtivos utilizados no batizo de um nome é a recorrência aos nomes descritivos, nos quais uma “qualidade permanente ou semipermanente do lugar em si” torna-se a motivação do nome a ser escolhido para o acidente. Assim, valendo-se de um adjetivo ou de um substantivo, o designador batiza um espaço com um nome cuja motivação pode ser facilmente percebida por qualquer pessoa. Como exemplo dessa característica descritiva do topônimo, citemos o córrego da *Sucuri* que evoca a possível existência dessa cobra no local onde se localiza o córrego, daí a motivação para a escolha desse nome.

Destacamos aqui, novamente, as palavras de Dick (1995, p. 60) que, ao discorrer sobre o processo de nomeação dos acidentes, atesta que “os primeiros topônimos funcionavam [...] como verdadeiros ‘sign-posts’, ou marcas semióticas de identificação dos lugares, usadas com a finalidade de distinguir características de espaços semelhantes [...]”. A pesquisadora esclarece ainda que esse fato explica a “quase-monotonia” apresentada na “primeira camada da nomenclatura geográfica” e demonstra que, com a adoção de nomes descritivos, houve, em princípio, uma tendência de o designador recorrer aos “arquétipos toponímicos” ou “universais denominativos”. Desse modo, o substantivo é utilizado como forma de retratar o acidente de maneira concreta e o adjetivo para demonstrar a subjetividade do enunciador (DICK, 1995, p. 60-61).

Dependendo da necessidade do grupo em um momento específico, as manifestações onomásticas descritivas acontecem de forma espontânea e em diferentes

regiões do planeta, como assinalam Stewart e Dick. Nessa linha de raciocínio, Dargel (2003, p. 233) destaca que o topônimo *Aporé* (AF) motivou vários outros signos toponímicos relacionados ao rio Aporé no espaço por ele banhado. A autora esclarece ainda que “esse fato se dá não só no BSM<sup>8</sup> como também em Goiás, na área em que o rio *Aporé* limita-se com o Mato Grosso do Sul”. Topônimos como serra do *Aporé* (AF/Goiás e Mato Grosso do Sul) e o município de Aporé (AH – Goiás) confirmam o exposto.

Esse mecanismo de nomeação é, pois, um dos mais recorrentes na toponímia dos acidentes físico-geográficos, já que o designador utiliza, na maioria das vezes, apenas um elemento descritivo e, assim, a estrutura morfológica predominante em uma área toponímica tende a ser a do topônimo simples, como constatado tanto na microrregião de Quirinópolis, como na do Bolsão Sul-mato-grossense (DARGEL, 2003) e na toponímia de municípios do Triângulo Mineiro (ATEMIG), por exemplo.

## Considerações finais

Pelo estudo aqui apresentado, destacamos a evidência de aspectos da relação entre o homem e o ambiente que o cerca. Verifica-se, assim, que a preferência por nomes de categorias de natureza física é recorrente na toponímia de um modo geral, principalmente quando se trata de um estudo da toponímia rural de um espaço geográfico. O homem, por meio da ação denominativa, procura evidenciar o que tem de mais valioso no local nomeado, como a vegetação, os rios e os animais. Em meio a esse processo denominativo, o designador deixa registrado nos topônimos aspectos sócio-linguístico-culturais do povo que ali vive ou viveu no período de colonização da região.

Como já assinalado no decorrer deste texto, o recorte aqui apresentado é resultado da pesquisa que realizamos (PEREIRA, 2009). Desde então, outros trabalhos têm sido realizados, a exemplo de Pereira (2011, 2012, 2016), Lima e Pereira (2016), Lima (2011), Franco (2012) e Brandão (2012); e as investigações toponímicas no âmbito do Projeto ATEGO – Atlas Toponímico de Goiás, sob a coordenação da Prof. Dr<sup>a</sup> Kênia Siqueira, da Universidade Estadual de Goiás, que desde 2011 muito tem contribuído para o avanço dos estudos toponímicos do Estado.

## Referências

ATAÍDES, J. M. de. A Chegada do Colonizador e os Kaiapó do Sul. In: MOURA, M. C. O. de. (Coord.). **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural**. Goiânia: Editora da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006. p. 51-88.

---

<sup>8</sup> Bolsão Sul-mato-grossense.

- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano

BACKHEUSER, E. Toponímia. Suas regras, sua evolução. **Revista geográfica**, Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, v. IX, X, n. 25, p. 163-195, 1940 a 1950.

BEARZOTI FILHO, P. **Formação lingüística do Brasil**. Curitiba: Nova Didática, 2002.

BRANDÃO, J. P. **A toponímia urbana de Itajá – GO**. 2012. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Português e Inglês) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Cassilândia, 2012.

CHASTAN, L.; FARIA, J.; NASCIMENTO, E. Goiás – **Extremo Sudoeste – III**: os precursores e o cerrado, no limiar do III milênio. Goiânia: Gráfica O Popular, 2001.

DARGEL, A. P. T. P. Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2003.

DAUZAT, A. Les noms de lieux. Origine et évolution. Paris: Librairie Delagrave, 1922.

DICK, M. V. de P. do A. Tradição e Modernidade na Toponímia. **Arquivo Boletim Histórico e Informativo Arquivo do Estado**, São Paulo, p. 99-102, 1986.

DICK, M. V. de P. do A. A Litotoponímia no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: editora da USP, n. 26, p. 65-72, 1986.

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico: um estudo de caso. **Acta Semiotica et Lingvistica. SBPL**. São Paulo: Plêiade, v. 6, p. 27-44, 1996a.

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. **Actas Del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología e la América Latina**. Tomo III. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Librería Nogal, 1996b. p. 2389-2396.

DICK, M. V. de P. do A. O léxico toponímico: marcadores e recorrências lingüísticas. (Um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). **Revista Brasileira de Lingüística**, São Paulo: editora Plêiade, v. 8, n. 1, p. 59-68, 1995.

DICK, M. V. de P. do A. O sistema toponímico brasileiro. **Separata da Revista Língua e Literatura**, São Paulo: ed. da USP, n. 5, p. 311-320, 1976.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e Campo lexical: hidrônimos e hidrotônimos na Onomástica Brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. v. II. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A. Toponímia africana no Brasil. **D. O. de Leitura**, São Paulo: USP, n. 4, p. 22-24, 1985.

DICK, M. V. de P. do A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

FARIA, J. Água Fria do Rio Claro: a saga de um povo. In: CHASTAN, L. **Goiás – Extremo Sudoeste – III: os precursores e o cerrado, no limiar do III milênio**. Goiânia: Gráfica O Popular, 2001. p. 30-42.

FRANCISQUINI, I. de A. **O Nome e o Lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí**. 1998. 255 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1998.

FRANCO, C. de F. **Os topônimos de origem indígena de Serranópolis (GO)**. 2012. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Português e Inglês) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Cassilândia, 2012.

Goiás – Hidrografia. Disponível em: <[http://www.ambientebrasil.com.br/images/estadual/goias/go\\_rios.gif](http://www.ambientebrasil.com.br/images/estadual/goias/go_rios.gif)>. Acesso em: 21 jul. 2008.

GONSALVES, D. da L. **Um estudo da toponímia da porção Sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos**. 2004. 188 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2004.

LIMA, R. N. R. de. **Toponímia Urbana do Município de Aporé-GO**. 2011. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras com habilitação em Português e Inglês) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Cassilândia, 2011.

LIMA, R. N. R. de. **Toponímia Urbana do Município de Aporé-GO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras com habilitação em Português e Inglês) – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Cassilândia, 2011.

- | A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano

LIMA, R. N. R. de.; PEREIRA, R. R. A toponímia urbana de Aporé-GO: a designação como reflexo de um povo. **Artefactum**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-15, 2016.

MOREIRA, H. C. **A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: caminho das Missões e Estrada de Palmas**. 2006. 269 f. Dissertação (Mestrado Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

PEREIRA, R. R. **A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano**. 2009. 2004 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

PEREIRA, R. R. A toponímia rural da microrregião de quirinópolis/sul goiano – o nome dos acidentes físicos. In: **Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**, 2013, Goiânia/GO. Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas. Goiânia: FUNAPE, 2013. p. 953-961.

PEREIRA, R. R. Os diminutivos na toponímia da região de fronteira entre Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais – marcas de um povo. In: XX Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná, 2011, Londrina. **Anais do Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná**, 2011.

SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SAPIR, E. **A lingüística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SCHNEIDER, M. **Um olhar sobre os caminhos do Pantanal sul-mato-grossense: a Toponímia dos acidentes físicos**. 2002. 173 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2002.

SOUZA, C. R. **Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna**. 2006. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2006.

SOUZA, C. de; CARVALHO, S. **Paisagens e História de Goiás**. São Paulo: Harbra Ltda, 2002.

STEWART, G. R. A classification of place names. **Names**, Beckerley, v. II, n. 1, p. 01-13 mar. 1954. (Tradução de Erasmo de Almeida Magalhães).

TAVARES, M. **Toponímia sul-mato-grossense**: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina. 2004. 188 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade Letras, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2004.

TAVARES, M. C. **Estudo toponímico da região centro-norte de Mato Grosso do Sul**: o desvendar de uma história. 2005. 239 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2005.

TIBIRIÇA, L. C. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi**. Significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço Editora, 1985.

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:** PEREIRA, Renato Rodrigues. A toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis/sul goiano. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 8-32, 2018. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v15i2.1846>

**Submetido em:** 19/06/2017 | **Aceito em:** 25/06/2018.

---



# O LÉXICO REAL

## *The Royal Lexicon*

Jean Pierre CHAUVIN<sup>9</sup>

**Resumo** | Neste artigo, examinam-se pressupostos, teor e objetivos da carta régia assinada por Dom João de Bragança, na Bahia, em 28 de janeiro de 1808, à luz da aliança política e teológica vigente no Reino de Portugal, sob o viés da intrincada administração reinol e a antiga relação comercial da Coroa portuguesa com a Inglaterra. Na análise dos textos, mediante resgate de sua legibilidade original, examina-se o léxico utilizado pelos remetentes, de modo a averiguar sua relação com a mentalidade reinol e reforça a autoridade real, em convergência com os pressupostos da Igreja Católica.

**Palavras-chave** | Abertura dos Portos. Carta Régia. Léxico. Representação.

**Abstract** | In this article, we examine the assumptions, the content and the objectives of Dom João de Bragança's royal charter, which was written in Bahia on January 28, 1808, in the light of the political and theological alliance in the Kingdom of Portugal, under the intricate royal administration and the old trade relationship between the Portuguese Crown and England. In the analysis of the texts, we intend to rescue their original readability in a way to demonstrate if the lexicon used by senders was related to the royal mentality. This reinforces the king's authority, in convergence with the premises of the Catholic Church.

**Keywords** | Ports Opening. Royal Charter. Lexicon. Representation.

---

<sup>9</sup> Chauvin. USP. Endereço eletrônico: [tupiano@usp.br](mailto:tupiano@usp.br). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9514-109X>

*“[...] no príncipe nada brilha com fulgor mais intenso que a fé reta”* (Doutor Frei Serafim de Freitas, 1625).

*“Nenhuma pessoa poderá vestir-se de pano que não seja fabricado neste Reino”* (Pragmática de 1677).

*“[...] para a Inglaterra, o direito de estabelecer com o Brasil relações de soberano e de vassalo”* (Lord Strangford, em 1807).

## Motivação

A carta régia enviada pelo príncipe regente<sup>10</sup> Dom João de Bragança<sup>11</sup> ao Conde da Ponte, quando um e outro se encontravam na Capitania da Bahia, em 28 de janeiro de 1808, tem sido objeto de cuidadosa discussão por parte de historiadores, que veem no documento a confirmação oficial (ou “real”) de que o jugo da Inglaterra, mais evidente a partir do século XVIII, chegara ao ápice. Em 1925, Max Fleuiss (1925, p. 66) supusera que:

A abertura dos portos foi uma consequência lógica dos fatos: emigrada a Corte para o Brasil em 1808, não mais se faria possível ficarem os portos brasileiros trancados ao livre-câmbio pela simples razão de que, encontrando-se Portugal em poder da França, seria estulto conservar privilégios e monopólios, de que só haveria de auferir lucros o inimigo invasor; e precisando a Monarquia, mais do que nunca, de avolumar suas fontes de receita, já que o ouro das minas escasseava cada vez mais e paralisado o comércio de navegação com os portos do Reino, fechados pelo inimigo a Portugal, o único expediente indicado era mesmo a livre franquia dos portos, a exploração da indústria e comércio livres com as nações amigas

Em que pese algum ufanismo do historiador – que enxergava o Brasil como nação, antes mesmo da transferência político-administrativa da Coroa portuguesa para o território<sup>12</sup> –, a forma como seleciona e historiciza os eventos induz-nos a estabelecer relações diretas entre o esgotamento das minas auríferas e a decisão real de migrar para a sua gigantesca possessão americana.

---

10 “D. João, embora administrando o Reino desde fevereiro de 1792, só tomou o título de *Príncipe Regente* em julho de 1799” (MARTINS FILHO, 1968, p. 21, grifo do autor).

11 “Segundo filho de d. Maria I, foi d. João, por falecimento de d. José I, em 1788, com 21 anos completos, reconhecido herdeiro presuntivo do trono, sob o título de príncipe do Brasil” (FLEUISS, 1925, p. 62).

12 Esse nó conceitual já foi desfeito por diversos historiadores, a exemplo de Evaldo Cabral de Mello: “O brasileiro dos estratos superiores percebia-se como o súdito de um Estado que não pretendia encarnar uma nação inexistente, mas o velho sonho luso-brasileiro de ‘um grande Império’ na América, projeto que já se esboça nos primeiros cronistas e que D. João VI viera declaradamente estabelecer. Àquela altura, os nacionalistas não éramos nós, mas os portugueses de Portugal que, dentro e fora das Cortes de Lisboa, clamavam contra o que lhes parecia a escandalosa inversão de papéis pela qual o Brasil transformara-se no centro da monarquia lusitana, relegando a própria metrópole à condição de colônia” (MELLO, 2002, p. 15).

Fator levado em maior conta era a antiga aliança entre Portugal e Inglaterra<sup>13</sup>, que foi decisiva na grandiosa operação preparada com meses de antecedência – antes do embarque da Corte em 29 de novembro de 1807. Como anota Rodrigo Ricupero (2011, p. 116):

A situação de Portugal como aliado e protegido da Inglaterra é que tornou possível e quase imperativa a causa decisiva da singularidade do processo brasileiro de independência: a transferência da Corte ao Brasil sob a proteção da esquadra inglesa, viabilizando um futuro e eventual processo controlado de transição à independência.

Do ponto de vista econômico, a abertura dos portos “às nações amigas” representou, quase de imediato, o câmbio comercial mais favorável aos estrangeiros do que ao reino português. As implicações políticas eram evidentes. A carta também constituía sinal de gratidão (e compromisso), firmado entre Portugal e Inglaterra, antes mesmo da partida da esquadra lusitana, rumo à Bahia, em novembro de 1807.<sup>14</sup>

Esse comprometimento do Reino português com a Inglaterra teria sido firmado, oficialmente, com um mês de antecedência à viagem realizada em direção ao Estado do Brasil. Ressalte-se, porém, que a carta – datada de 22 de outubro de 1807 –, não havia brotado espontaneamente. Fora precedida pelo diálogo secreto entre as cortes, afinado em 27 e 30 de agosto daquele ano.<sup>15</sup>

No artigo VII do documento, assinalado como “Convenção Secreta entre o Príncipe Dom João e Jorge III, Rei da Grã-Bretanha”, lê-se o seguinte: “Quando o Governo Português estiver estabelecido no Brasil proceder-se-á a negociação de um Tratado de auxílio e de comércio entre o Governo Português e a Grã-Bretanha” (MENDONÇA, 1984, p. 23).

Antes de o conselheiro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho ter se pronunciado a respeito do fechamento dos portos e transferência da Corte para o Brasil, “O representante diplomático inglês em Lisboa, Strangford, comunicava a Canning, a 20 de agosto de 1807,

13 “[...] durante a maior parte do período até 1770, [...] a importância de Portugal e do Brasil para o comércio inglês e para a economia inglesa em geral foi não apenas marcante, mas cada vez mais considerável” (FISHER, 1984, p. 24-25).

14 “Mais tarde o almirante da esquadra britânica, *sir* Sidney Smith e o cônsul inglês *sir* James Gambier obtiveram uma sobretaxa de trânsito de 4% à taxa única que era indistintamente cobrada, quer se destinassem às mercadorias a consumo no próprio local, quer à reexportação, extinguindo-se assim a uniformidade de taxa” (FLEUISS, 1925, p. 67).

15 Em 27 de agosto de 1807, Dom Rodrigo de Sousa, Conde de Linhares, observa ao Príncipe Regente as consequências relativas ao fechamento dos portos. Na carta seguinte, de 30 de agosto, o Conselho de Estado português delibera sobre a necessidade de que a Corte seja transferida para o Brasil (Cf. MENDONÇA, 1984, p. 10-17).

um plano segundo o qual Portugal concederia aos ingleses o direito de estabelecerem casas comerciais no Brasil e mesmo de exportarem tecidos de algodão para os domínios portugueses” (SILVA, 2010, p. 298).

Alan Manchester (1973, p. 75) observou, com razão, que “A abertura dos portos ao comércio mundial significava na realidade que, em relação à Europa, os portos estavam abertos apenas ao comércio da Inglaterra, enquanto durasse a guerra no continente”. Cumpre lembrar que, muito antes de assinado o *Tratado de Methuen* (1703)<sup>16</sup>, a parceria entre os reinos de Portugal e Inglaterra havia sido acionada em termos mais explícitos. Por ocasião do centenário da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, Manuel de Oliveira Lima (1980, p. 7-8) assinalou que:

Também a influência britânica em Portugal constituía uma feição adquirida e já peculiar da política peninsular, datando o seu início no tempo das pelejas continentais dos reis de Inglaterra pelos tronos de França, quando Dom João, o Mestre de Aviz, desposou Dona Filipa de Lancastre. É muito sabido que sob os Braganças, durante o reinado de Dom Pedro II, essa influência, que tomara vigor com o enlace de Dona Catarina, filha de Dom João IV, com Carlos II de Inglaterra e a conseqüente cessão de Tanger e Bombaim, revelou-se decisivamente no tratado comercial chamado de Methuen.

De acordo com José Hermano Saraiva (2005, p. 273):

O primeiro ato de descolonização econômica foi o decreto de 28 de janeiro de 1808, que abriu os portos brasileiros aos navios estrangeiros em condições de igualdade com os portugueses e permitiu a importação de mercadorias de todas as procedências. Esta medida foi tomada a pedido dos comerciantes da Bahia, quando o príncipe regente ali passou, a caminho do Rio, mas representava o cumprimento de compromissos assumidos para com a Inglaterra, que havia feito essa exigência durante as negociações de 1807.

A maior parte dos acordos comerciais previam a troca de conveniências, em que a proteção externa das águas e fronteiras territoriais de Portugal tinha como contraparte

---

<sup>16</sup> “O interesse da Inglaterra no país foi maior no período de 1654 – quando os interesses dos mercadores e da frota comercial britânicos transformaram Portugal praticamente num vassalo comercial da Inglaterra – até 1825 [data de reconhecimento por parte de Portugal], quando a colônia do Brasil conquistou sua independência” (MANCHESTER, 1973, p. 17). Conforme argumenta Carlos Guilherme Mota, “Pelo Tratado de Methuen de 1703 com a Inglaterra, Portugal enredara-se nas malhas do nascente imperialismo britânico, processo que tanto dom Luís da Cunha quanto o futuro marquês de Pombal perceberam quando embaixadores em Londres. De fato, o Tratado de Methuen foi celebrado na sequência dos tratados de 1654 e 1660 e no bojo da Guerra de Sucessão espanhola (1701-1713), guerra mundial com repercussões no mundo colonial, inclusive no Brasil, com o ataque de franceses ao Rio de Janeiro (Duguay-Trouin à frente), inimigos que eram da Inglaterra” (MOTA, 2007, p. 76).

o favorecimento comercial inglês<sup>17</sup>. A esse respeito, Fernando Novais (1989, p. 19-20) assinalou que:

A aliança inglesa tinha raízes antigas, em Portugal, remontando mesmo à primeira dinastia. Com a ascensão de Aviz, o tratado de Windsor (1386) consolidou as boas relações, prevendo favores comerciais recíprocos e dispondo sobre a mútua defesa. Mas é sobretudo no quadro de tensões que se seguem à Restauração de 1640, com a prolongada guerra para manter a independência recobrada, que a presença inglesa assume a forma característica que domina no século seguinte: a troca de aliança e mesmo proteção política por vantagens comerciais crescentes.<sup>18</sup>

A vinda da extensa Corte portuguesa para o Estado do Brasil, em fuga às tropas comandadas por Junot, reafirmou, de um lado, o comportamento ambivalente dos lusitanos que, simultaneamente, despistaram os franceses e protelaram, ao máximo, a decisão de solicitar apoio aos ingleses (de maneira a escapar em direção a sua maior possessão ultramarina). A viagem, sob proteção inglesa, ratificou a dependência econômica, política e naval daquele reino em relação aos britânicos. Veja-se, por exemplo, o parecer do Marquês de Belas, assinado em 2 de novembro de 1807:

Tudo o mais são consequências destes princípios: é necessário tratar com sinceridade com os amigos e inimigos, declarados ou encobertos, principalmente quando são superiores em forças. Uma certa franqueza, sendo discreta, vale mais nestes casos, que a política mais refinada, se acaso não o é esta, que consiste enganar com a verdade (MARTINS FILHO, 1968, p. 56).

No mesmo dia, o Visconde de Anadia evidencia o caráter ambivalente das ações adotadas pelos portugueses, com o intuito de retardar o avanço das tropas francesas:

---

17 “A Corte inglesa exigiu a entrega da ilha da Madeira para servir de base naval, compensando a perda dos portos lusos, o que foi concedido às pressas. Em fins de setembro, finalmente, foram delegados poderes ao representante luso em Londres, Sousa Coutinho, para negociar a convenção secreta que presidiria as relações entre Inglaterra e Portugal, até assinatura de tratado efetivo. A convenção foi firmada a 22 de outubro de 1807: é a origem dos acordos de 1810” (SODRÉ, 1969, p. 122-123).

18 De acordo com Nelson Werneck Sodré, “Portugal encontrava-se, depois da Restauração, na dependência quase absoluta dos fornecimentos externos. Não só comprava utilidades como alimentos. Da Holanda, Inglaterra, França e Itália recebia manufaturas; e mandava-lhes açúcar, tabaco, madeiras tintoriais, mais tarde ouro e pedras preciosas, produtos coloniais; do Reino, quase tão somente sal e vinhos. Devia, por isso mesmo, empregar todos os esforços no sentido de produzir uma parte pelo menos daquilo de que necessitava para a subsistência de sua gente. As primeiras manifestações nesse sentido traduziram-se nas *pragmáticas*. Eram estas leis reais destinadas a coibir o luxo” (SODRÉ, 1969, p. 24-25).

[...] é necessário, e urgente fazer suspender por todos os modos que ainda restam a entrada do exército combinado em Portugal, fazendo logo sair do Reino a agentes ingleses que ainda aqui se comprovam, suspender a partida de navios nacionais para os portos da Grã-Bretanha, declarar prisioneiros de guerra os ingleses que ainda aqui se acham, nas circunstâncias de poder sobre eles recair, segundo o novo direito atual da guerra, este comisso, e *mandar pôr em depósito*<sup>19</sup> os seus bens, e se fazer logo partir tanto D. Lourenço, como o Embaixador Extraordinário com estas participações. Isto se deverá preterir *com todas as formalidades, que façam rumor*, declarando entretanto ao Ministro e Ministério inglês, que a dura lei da necessidade e de suprema reforma e salvação do Estado nos obrigou a este penoso procedimento público, mas que *na realidade será restituído ocultamente* e que se deixará o porto aberto aos indivíduos para que *possam retirar-se com a aparência de fuga*, a qual se lhes facilitará por todos os meios indiretos que se oferecerem (MARTINS FILHO, 1968, p. 64, grifos meus).

Evidentemente, a mudança na relação com o Estado do Brasil não seria pequena. Daí a razão de os conselheiros do Estado terem sido consultados com frequência muito maior, nos meses que antecederam a viagem da realeza. De acordo com Fernando Novais (1989, p. 298): “[...] a vinda da Corte para o Brasil marca a primeira ruptura definitiva do Antigo sistema. A abertura dos portos do Brasil, imposta pelas circunstâncias e decretada como provisória, seria na realidade irreversível”. Por sua vez, Alan Manchester (1973, p. 78) apontava que:

Embora a imigração inglesa não tenha se materializado no Brasil, o comércio inglês com o país ganhou vida nova depois de 1808. Uma ordem publicada nos jornais de Londres, pelo Ministro português, exortava todos os comerciantes daquela cidade que pretendiam fazer negócios com o Brasil a se reunirem em 25 de junho para considerar os meios de melhorar seus lucros. Cento e treze comerciantes londrinos uniram-se à associação que foi organizada naquela data .

Cumprindo com o que fora acordado com os ingleses, em reuniões transcorridas meses antes do embarque da Corte, chegando a Salvador, o primeiro ato oficial do príncipe regente – o futuro Dom João VI de Portugal – foi expedir a carta endereçada ao Conde da Ponte, dias após a sua chegada na Bahia. O documento é sobretudo objetivo, mas as consequências foram enormes e nada tinham de provisório, como sugeria a carta.

---

19 Ou seja, sequestrar os bens em benefício do Estado português.

## Palavra

No exame da documentação a seguir, proceder-se-á ao levantamento do léxico empregado pelos signatários, tendo em vista reconstituir, dentro do possível, a legibilidade dos documentos (HANSEN, 1989), levando-se em conta as circunstâncias e o momento em que foram escritos.

A ideia é resgatar os protocolos de leitura com que as cartas e congêneres foram redigidas, tendo em vista os fins pretendidos pelo reino de Portugal, em sua dúbia relação com os ingleses e franceses. Para isso, foram transcritos excertos da intensa correspondência que circulou nas cortes europeias, no início do século XIX.

Como se disse, a carta régia não é o único registro da decisão adotada pela coroa portuguesa. Em parecer relativo a uma reunião promovida pelo reino, em agosto de 1807, o douto João de Almeida de Melo de Castro refere-se ao rei em termos condizentes com a posição do relator e o gênero de que se vale – o parecer – para refletir sobre a reunião conduzida dias antes pela Alteza Real:

Estas altas qualidades e virtudes que resplandecem e se admiram tanto na Augusta Pessoa de V. A. R. brilham com um novo esplendor na resolução verdadeiramente grande que V. A. R. tomou, certificando com a segurança das pessoas e bens dos vassalos britânicos que residem nos Estados que o Onipotente confiou a direção eu domínio de V. A. R. (MARTINS FILHO, 1968, p. 25).

O parecer não se referia exclusivamente às decisões tomadas em Conselho. Àquela altura, Napoleão aliara-se à Rússia, com o objetivo de impedir o comércio inglês por mar.<sup>20</sup> Como observou Nelson Werneck Sodré (1969, p. 115):

Mal começara o ano de 1807 quando Napoleão, em poderosas e rápidas manobras, forçou os russos a aceitarem, com a derrota de Friedland, a sua política, de que era peça fundamental o bloqueio da Europa ao comércio inglês. Para concretizá-la, era necessário impedir o acesso dos ingleses aos portos continentais. E a área mais vulnerável à penetração britânica estava na península ibérica e particularmente no reino de Portugal, tradicional aliado inglês e país submetido à expansão comercial comandada de Londres (SODRÉ, 1969, p. 115).

---

20 Para uma perfeita compreensão do bloqueio francês em relação ao Brasil, convém lembrar que a Inglaterra mantinha então, não apenas a liderança da produção industrial, mas também a do fornecimento dos produtos coloniais de seu império; e desejava controlar a redistribuição da produção dos territórios ultramarinos portugueses, parte dela concorrente com a dos seus. Ora, metade das exportações lusas para o exterior era constituída de produtos brasileiros reexportados e 80% das exportações (em grande parte constituída de mercadorias inglesas) de Portugal para as Colônias, destinava-se ao Brasil (AGUIAR, 1960, p. 28).

Na tentativa de prolongar a relação ambígua com a Inglaterra<sup>21</sup> – o mais antigo aliado do Reino – Portugal protelava a tomada de decisões. Eis que no dia 24 de novembro<sup>22</sup>, às vésperas da viagem, o Conselho de Estado é convocado em caráter de urgência, para que os membros tomassem ciência dos termos apresentados pelos ingleses, como estes do Contra-Almirante:<sup>23</sup>

*Sir Sidney Smith, Comandante da esquadra inglesa que bloqueia o porto desta Capital [...] anuncia o tratamento hostil que praticaria se as disposições de Portugal não fossem amigáveis, ameaçando com o estrito bloqueio, requisição dos navios de guerra portugueses e dos marcantes que navegam para o Brasil (MARTINS FILHO, 1968, p. 70).*

A recomendação dos conselheiros é explícita: “se não devia perder um só instante em acelerar o embarque de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor e de toda a Real Família para o Brasil” (MARTINS FILHO, 1968, p. 71).<sup>24</sup> De todo modo, a fuga da Corte não constituiu mero atropelo que impedisse a consecução do plano mirabolante, mentalizado havia séculos, embora tivesse ganhado forma com a pressão, tanto dos franceses quanto dos ingleses.<sup>25</sup>

---

21 “Formalmente, Portugal passou a ficar em estado de guerra com duas potências inimigas entre si, a França e a Grã-Bretanha. Para o governo português, tratava-se de uma situação transitória, que teria como saída um rápido apaziguamento com a França, sustando a invasão iminente, dado que já se havia cedido a todas as exigências de Napoleão” (ALEXANDRE, 2007, p. 107).

22 “A 24 de Novembro, cinco dias após ter atravessado a fronteira, [Junot] atinge Abrantes. Parece que só no dia seguinte a notícia chega a Lisboa, trazida pelo tenente-coronel Leor, que se lança a cavalo, num galope doido, para comunicar a chegada iminente dos invasores. Que deve fazer o Príncipe Regente? Até aí, enquanto pôde, negociou e cedeu. Perante o atentado da partilha de Fontainebleau, que o general de Napoleão trata de efetivar, em marcha veloz pelo país afora – convoca o Conselho de Estado e unanimemente se resolve transferir a Corte para o Rio de Janeiro, capital do Portugal americano (AMEAL, 1942, p. 561).

23 “O tempo da diplomacia havia passado. As operações militares tiveram início no mesmo dia, 24 de novembro de 1807, quando os ingleses decretaram oficialmente o bloqueio do porto de Lisboa e as tropas francesas cruzaram a fronteira do Alentejo. Finalmente, no dia 29 de novembro, o Príncipe Regente embarcou rumo ao Brasil, levando consigo os 36 navios ambicionados por Napoleão, 18 de guerra e 25 mercantes, e neles a elite portuguesa, com todos os seus pertences, de valor e de estima” (ARRUDA, 2008, p. 37).

24 “Fracassadas as desesperadoras manobras para aplacar ou enganar Napoleão, inclusive a inacreditável proposta aos ingleses de uma guerra simulada, os governantes portugueses são obrigados a enfrentar dilacerante dilema: escolher entre a invasão do território ou a perda das colônias” (RICUPERO, 2011, p. 119).

25 “Se a saída de D. João VI para a América do Sul teve, em dado momento, a exclusiva aparência dum pânico liberativo, e se a atitude da Corte, embarcando numa esquadra, em trígosa debandada, dava ao quadro aspectos de fuga, de naufrágio ou de qualquer outra catástrofe, nem por isso é lícito concluir que se tratava de um ato impensado, indecoroso, pois é certo que o embarque da família real fora previsto com antecedência de muitos anos e refletido em todas as suas consequências” (NORTON, 2008, p. 24). A ressalva de Luís Norton, apoiada no volumoso estudo de Oliveira Lima (1908), foi corroborada por Érika Dias recentemente: “Pode-se dizer que muitas foram as vezes em que se pensou nesta retirada para o Brasil: sempre que a monarquia corria perigo, o Brasil era lembrado como refúgio ideal para o rei ou para membros da família real” (DIAS, 2010, p. 554).



No que se refere à carta régia de Dom João de Bragança, afora os antigos protocolos de Cortesia<sup>26</sup>, respeitados em sua redação, o texto assinado manda que se executem as suas reais vontades, em cumprimento ao que estabelecera nas poucas linhas seguintes. Começamos por lembrar que o documento trocado entre padres, militares, diplomatas, administradores e políticos recebia grande influxo da tradição.

Parece haver correspondências entre o teor e formalismo da documentação político-administrativa e o ambiente em que circulavam os Cortesãos, desde o século XVII. É o que sugere Eduardo d'Oliveira França (1997, p. 53):

O século XVII é por excelência o século do teatro. Do grande teatro. Se o teatro encontra uma apaixonada receptividade é porque ele corresponde à vaidade do tempo. Nele os homens se encontravam retratados ou caricaturados. [...] Esse amor pelo teatro [literário] era signo de uma peça teatral em que cada um representava o seu papel. Às vezes, depois de estudá-lo previamente. Época de tipos. Tipos que se standardizavam. No vestuário. Nos gestos e atitudes e até na linguagem.<sup>27</sup>

De um lado, o aspecto formal a espelhar a rígida hierarquia portuguesa, lastreado por numerosas leis<sup>28</sup>:

Com as adaptações necessárias, na América Portuguesa prevaleceu parte da legislação vigente no Reino. Desde 1603, o Código Filipino era a lei básica e geral implantada e a “legislação extravagante” visava legislar e dar suporte jurídico a realidades específicas que surgiam da expansão do Império. Despachava-se uma série de leis do centro político para outras áreas dos domínios portugueses; alvarás, cartas e ordens-régias tinham o objetivo de resolver impasses entre os interesses da política metropolitana e as demandas dos locais a que se dirigiam (SOUZA, 2016, p. 53).

---

26 O regimento “trazido por [Tomé de] Sousa, escrito em 1548, ainda do reinado de D. João III, representava o começo da construção de uma administração mais normatizada nas então ainda partes do Brasil. A opção de denominar os domínios portugueses na América de partes e não de Estado, nos dois primeiros regimentos [dos Governadores-Gerais] refletia o processo de construção de uma unidade política, ainda em fase inicial” (SANTOS, 2009, p. 119-120).

27 Um estudo mais detalhado das condições econômicas do Brasil nos fins do século XVIII, parece indicar, por exemplo, que a mineração, cujo ciclo histórico se encerrava naquela centúria pelo quase esgotamento das catas dos *placers* aluviônicos, criara, com as concentrações urbanas cuja formação estimulava, condições para a construção de uma estrutura de economia do mercado. (AGUIAR, 1960, p. 24).

28 “Por todo o século XVII era tão vasto e complexo o corpo de leis extravagantes, cartas régias, alvarás e provisões do Reino, cujos preceitos colidiam e se anulavam por vezes, que, ao ser enviado ao Brasil como governador, Roque da Costa Barreto, foi necessário escolher e condensar as melhores práticas no novo Regimento Geral, que lhe foi dado a 25 de Janeiro de 1677” (FLEUISS, 1925, p. 46).

A seleção de palavras e o modo como elas eram dispostas no documento sugere que a carta assinada por Dom João de Bragança não admitiria espontaneidade ou arroubo de sentimentos. Homóloga, em relação aos procedimentos formais praticados na Corte, vários códigos se sobrepõem no universo Cortesão:

A “racionalidade” da Corte, se podemos chamar assim, não recebe o seu caráter específico, como a racionalidade científica, nem em função do esforço pelo conhecimento e controle de fenômenos naturais exteriores ao humano, nem em função do planejamento calculado da estratégia na concorrência pelo poder econômico, como a racionalidade burguesa. [...] seu caráter específico deriva, em primeiro lugar, do planejamento calculado da estratégia de comportamento em relação a possíveis perdas e ganhos de status e prestígio sob a pressão de uma competição contínua pelo poder (ELIAS, 2001, p. 110).

A carta sujeitava-se a regras estritas de composição, protocolos de endereçamento e publicização, também como sintoma de que, desde o tempo dos Filipes, “a escrita passou a ser muito utilizada como forma de dominar um império tão vasto” (SANTOS, 2009, p. 127). No que se refere especialmente à linguagem e estruturação do documento, tratava-se de gênero discursivo com séculos de existência. Ramo da arte Retórica, a *Ars Dictaminis* prescrevia – pelo menos desde o final da Idade Média – modos de datar, endereçar, narrar, solicitar e concluir.

Essas partes constam do breve documento assinado por Dom João. No manuscrito de 28 de janeiro de 1808, as primeiras quatro linhas compreendem a identificação e saudação do destinatário, Conde da Ponte, membro do “meu Conselho” e “Capitão General da Capitania da Bahia”, “Amigo”, “aquele que Amo”.

A seguir, o príncipe alude às “críticas e públicas circunstâncias da Europa”, para, finalmente, expor a sua real decisão, que encerra com a prescrição do que antes havia sido ordenado no reino, “ficando [...] em suspenso e sem vigor, todas as leis, cartas régias, ou outras ordens que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros”.

Nas linhas finais, antes de antepor a sua assinatura, Dom João delega para o Conde da Ponte a implementação de seu “desejo”, certo de que será excetuado com máximo “zelo”, por seu subordinado local. Recorde-se que o Capitão Geral representava o poder máximo, na ausência do Rei. Sob esse aspecto, a carta régia de 28 de janeiro de 1808 também formaliza o que ordenava o reino, quando do fatiamento do território brasileiro, bem como a eleição e atribuições dos primeiros capitães donatários, em 1532.

Àquela altura, a intenção da Coroa era registrar a real vontade do Príncipe Regente em reverter as ações constantes dos alvarás lavrados em 1591 e 1605, que versavam sobre a proibição do comércio estrangeiro nas colônias portuguesas, salvo mediante autorização concedida pelo rei: “Sou servido ordenar interina, e provisoriamente, [...] que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os Portos [o] que bem lhes parecer a benefício do comércio, e agricultura, que tanto desejo promover” (DOM JOÃO, 1808, p. 1).

No que se refere ao teor da carta, bem como aos termos e modo como que foi escrita, patenteia-se que, embora as consequências para Portugal fossem as mais severas, tratava-se de um documento escrito não sob o calor da hora, ou mediante inspiração divina, mas em atendimento ao acordo firmado com os ingleses, no ano precedente. Por isso, era destinada às “Potências, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real coroa, ou em navios dos meus vassallos”.

Porventura haja interesse em discutir o léxico empregado no documento. Ao proceder a análise, leve-se em conta o emprego recorrente de alguns vocábulos, por parte do príncipe regente, dentre os quais os pronomes possessivos (“meu”, “minha”), o adjetivo “Real” e os substantivos “vassallo” e “vontade”.

## Corpo

Uma leitura de nosso tempo, pós-cartesiano, pós-saussureano e pós-moderno, sugeriria que a repetição dos pronomes pudesse ilustrar o caráter personalista de um jovem autoritário e que o uso de “real”, com letra maiúscula, guardasse relação com a ideia de “verdade”. Advirta-se, no entanto, que o uso desses e outros termos, nas correspondências régias, eram previstos e integravam a expectativa dos leitores. A repetição dos pronomes possessivos não se restringiria ao caráter supostamente individualizante de Dom João: o conceito de indivíduo sequer existia, na forma como o conhecemos e utilizamos hoje. Em verdade, a ênfase nos possessivos relembra uma das principais lições que o reino herdou da igreja católica.

Como mostrou Ernst Kantorowicz (1997), deve-se a Paulo de Tarso a tese de que a igreja era formada pela cabeça e pelos membros da instituição, em analogia com o corpo humano:

Essa fisionomia corporativa, característica dos primeiros séculos do Período Moderno português, começou a se configurar na segunda metade do século XV, durante o reinado de D. João II. A reunião de poderes em torno dos monarcas portugueses fez com que eles passassem a personificar o reino na concepção própria do ordenamento corporativo. Assim, a tarefa de governar

pertencia ao monarca e aos seus auxiliares, ministros, tribunais e conselhos. O rei era a cabeça do reino e comandava os membros e órgãos restantes (ministros, tribunais, conselhos) tidos como extensões do seu corpo, “órgãos”, “ouvidos” e “mãos” (COSENTINO, 2009, p. 43).

Por ampliação semântica, dois corpos teria o reino: o temporal, representado pelo próprio rei; o espiritual, representado pelo papa – relacionado aos dogmas e questões que transcendiam o plano terreno. Institucionalmente, reino e papado atribuíam-se o papel de contrapartes de um mesmo organismo, a sugerir a poderosa analogia entre os membros constitutivos (“vassalos”), tendo por cabeça a coroa do reino (poder terreal) e a mitra (poder celestial). Daí a síntese de João Adolfo Hansen (1989, p. 68):

Unidade do corpo, pluralidade dos membros e diversidade das funções das várias partes são as três articulações com que Santo Tomás propõe o corpo, de modo que a integração de suas partes num todo harmônico é ordem: o pé é instrumento do olho, pois o leva de lugar a lugar; o olho, instrumento do pé, porque o guia em sua marcha [SANTO TOMÁS, 1957a, p. 210 e segs.]. Por analogia, *o corpus hominis naturale* é termo de comparação com o *corpus Ecclesiae mysticum*: é o termo *caput* (cabeça) que, basicamente, efetua a relação. Analogicamente, assim, as metáforas da cabeça e do corpo humano podem nomear as partes superior e inferior de outros corpos analógicos: referem-se à Igreja como *corpus Christi*, à sociedade como *ordinata multitudo* e, ao homem, ser natural, como *corpus naturale* [SANTO TOMÁS, 1952]..<sup>29</sup>

Sob essa perspectiva, seria mais adequado considerarmos que a vontade do rei (ou do príncipe regente) simbolizava e encarnava o gesto de um estado, por sua vez atrelado aos desígnios supostamente transcendentais que aportavam do Vaticano. A referência à primeira pessoa (“meu”, “minha”) diz mais sobre a premissa teológica e política do que à vontade do sujeito que não pode ser súdito de si mesmo: a decisão do Príncipe Regente nasce do “seu desejo”, mas incorpora a sede de ambas as dimensões (física e espiritual) do reino.<sup>30</sup>

---

29 [O autor se refere a:] SANTO TOMÁS. Summa theolog. III, 9, VIII, a.1. In: *The summa theologica of Saint Thomas Aquinas*. Translated by fathers of the English Dominican Province. London, Encyclopaedia Britannica, Inc. 2v, 1952; \_\_\_\_\_. Lectio 2 ad Rom. XII. In: FERROL, F. M. *Saavedra Fajardo y la política del Barroco*. Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1957a.

30 O estudo de Francisco Carlos Cosentino sugere relativizar a “dicotomia” na relação entre a metrópole e a colônia: “é necessário desconstruir a natureza polarizada do relacionamento metrópole/colônia [...]. Não concebemos que o relacionamento entre o Brasil e Portugal ou qualquer outra parte constitutiva do império português possa ser caracterizado de forma simplista como sendo de exploração” (COSENTINO, 2009, p. 25-26).

Na carta, a palavra assume conotação tanto física quanto etérea; tanto é expressão de um, quanto lei para todos; tanto é decisão de cunho administrativo, quanto sabedoria inspirada por Deus. Portanto, no âmbito terreno não haveria vontades acima daquelas comunicadas pelo representante maior da coroa. Diante da carta régia, breve em extensão, e abrangente nas intenções, a linguagem cumpre vários papéis para além do significante.

Desse modo, o documento sedimentava três intenções: 1. lembrar aos súditos (ou “vassalos”) o seu lugar e procedimento (“vassalagem”) na hierarquia reinol; 2. reforçar o poder real, que se submete às leis divinas e a uma legislação secular (que só a coroa seria capaz de aprovar ou revogar); 3. registrar, formalmente, que Portugal cumpria a sua parte no acordo comercial com a Inglaterra, firmado por ocasião da vinda da Coroa para o Estado do Brasil. A “tutela britânica” ganhava maior ascendência:

Ao longo do século XVIII, excluída a Holanda, a pugna pela hegemonia política e comercial desenrolou-se entre a Inglaterra e a França; os tratados de Utrecht já configuravam uma posição vantajosa para os ingleses, e os confrontos do meado do século consolidaram sua hegemonia. Através dos Tratados com Portugal (Methuen), da obtenção do *asiento espanhol*, e sobretudo através do intenso contrabando – o comércio *interlope* como era chamado – a Inglaterra penetrou fundo nos mercados coloniais ibéricos. Completava-se, assim, a tutela britânica (NOVAIS, 1989, p. 52).

Quanto ao adjetivo “real”, ele aparece três vezes no documento, uma delas grafado em minúscula (“real presença”); duas, iniciado por maiúscula (“Real Fazenda”; “Real Coroa”). Teria havido um lapso, por parte de Dom João de Bragança, ao grafar a palavra pela primeira vez? Ou a diferenciação entre minúscula e maiúscula, longe de ser acidental ou arbitrária, guardaria relação com o termo lexical seguinte?

Na maneira como o documento foi escrito, percebe-se que o adjetivo “real” foi iniciado por minúscula, na passagem em que o termo posterior foi iniciado da mesma forma. A despeito dos poderes – temporal e espiritual; político e teológico – assinalados na pena empunhada pelo príncipe regente, repare-se que a sua “presença” foi registrada em minúsculo, enquanto as partes constitutivas do reino português, em maiúsculas (“Fazenda” e “Coroa”).

A forma como a carta foi redigida faculta estabelecer homologias com a postura teatral do império, já transplantado para o Estado do Brasil, especialmente quando o Rio de Janeiro receber os milhares de Cortesãos, expulsando muitos dentre aqueles que moravam em residências do centro da cidade. Como salientou Alberto da Costa e Silva (2011, p. 25-26):

Em 1808, de um dia para outro, o Rio de Janeiro transformou-se na capital portuguesa. Na cabeça do Império. Tiveram de ser recriadas, no lado americano do Atlântico, as instituições estatais metropolitanas. Ou melhor, foi necessário remontar o Estado, que tinha vindo nos navios, incompleto e aos pedaços. Transplantou-se para o Brasil o Antigo Regime, no qual só aos poucos foi abrindo brechas o pensamento antiaristocrático e liberal. E não faltou sequer que se redesenhassem no Rio de Janeiro, com o concurso de artistas franceses imigrados, as representações do teatro do poder, na aclamação de d. João VI e na aclamação e coração de d. Pedro I.

Outra palavra recorrente é “vontade”. Dentre as eventuais especulações que possamos fazer, parece que a “vontade real” – misto de desejo humano e desígnio celestial, sujeitava-se, antes de tudo, ao paralelismo ordenado pela ortografia e gramática de outrora. Por aí também se repara que o poder do soberano, a chancela da mitra e os acordos comerciais submetiam-se à forma escrita. Não deixava de ser uma espécie de vassalagem do poder real e das instituições da Coroa ao providencial manto da linguagem.

## Recapitulação

Realizada na manhã de 29 de novembro de 1807, a “transferência”, “transmigração” ou “fuga” da Corte portuguesa para o Brasil foi precedida por uma série de acordos desvantajosos, comercial, política e economicamente para Portugal, em que o reino de Bragança era considerado um aliado comercial para os ingleses; e um entreposto inimigo, por parte dos franceses.

Como se sabe, o “episódio” começou bem antes. Provavelmente possa se considerar os eventos de fevereiro de 1793, quando a França declarou guerra à Inglaterra. Sete meses depois, os britânicos assinariam novo acordo com os portugueses, em que estes se comprometeriam a colaborar com os ingleses contra os franceses.

Desde então, embora firmasse o tratado decisivo com os britânicos, Portugal “hesitou em obedecer ao tratado inglês de 1793” (MANCHESTER, 1973, p. 61). O reino nunca esteve tão instável, daí parecer simbólica a demência de Dona Maria e o caráter tergiversador de seu filho, o Príncipe Regente Dom João.

Apesar das medidas, adotadas para francês ver, implementadas em 1796 (os portos foram considerados livres e a neutralidade portuguesa reafirmada), o acordo oficial entre Dom Antônio d’Araújo e Azevedo com o francês Tayllerand – que pressupunha o fechamento dos portos aos ingleses, não foi implementado. As peças se moviam. Do lado inglês, Lorde Greenville se interpôs e forçou o reino de Bragança a cancelar a negociação com a França.

A situação de Portugal era comparável à de uma peteca, atirada entre dois jogadores poderosos e que, em um lance mais potente, poderia não só vencer a partida, mas sacrificar o reino de Bragança na jogada. Em 1801, a saúde do comércio inglês, somada à posição comercialmente estratégica de Portugal levaram a novas ingerências da França.

Dois anos depois, o então Príncipe Regente, Dom João de Bragança, reafirmava a posição de neutralidade do reino, em meio às disputas entre França e Inglaterra. Em 1806, Tayllerand comunicou aos ingleses que o império napoleônico se aproximava, nada amistosamente, de Portugal.

Àquela altura, dois grupos alternavam estratégias no Conselho de Estado de Dom João: um, tendente à França, liderado por Antonio d'Araújo Azevedo; outro, sob a condução de Rodrigo de Sousa Coutinho, a defender o (re)alinhamento com os ingleses. A “neutralidade”, irradiada em reuniões e documentos da época, era uma palavra vazia de sentido, para dizê-lo de modo elegante. Na carta de 28 de janeiro de 1808, a ênfase na “real vontade” de Dom João de Bragança leva a suspeitar justamente do contrário.

## Referências

AGUIAR, P. de. **A Abertura dos Portos do Brasil**: Cairu e os ingleses. Salvador: Câmara Municipal, 1960.

ALEXANDRE, V. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810. In: OLIVEIRA, L. V. de; RICUPERO, R. (Orgs.). **A Abertura dos Portos**. São Paulo: Senac, 2007. p. 100-121.

AMEAL, J. **História de Portugal**. 2. ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1942.

ARRUDA, J. J. de. **Uma colônia entre dois impérios**: a abertura dos portos brasileiros (1800 – 1808). Bauru: Edusc, 2008.

COSENTINO, F. C. C. **Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI – XVII)**: ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

COSTA E SILVA, A. da. As marcas do período. In: COSTA E SILVA, A. da. (Coord.). **Crise Colonial e Independência (1808 – 1830)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 23-33.

DIAS, E. S. de A. C. A ida da corte para o Brasil nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. In: CARDOSO, J. L.; MONTEIRO, N. G.; SERRÃO, J. V. (Orgs.). **Portugal, Brasil e a Europa napoleônica**. Lisboa: ICS, 2010. p. 553-568.

DOM João [Príncipe Regente]. Carta ao Conde da Ponte. Província da Bahia, 1808. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1157496/mss1157496.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1157496/mss1157496.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ELIAS, N. **A sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FISHER, H. E. **De Methuen a Pombal**. Tradução de Joaquim Duarte Peixoto. Lisboa: Gradiva, 1984.

FLEUISS, M. **História administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

FRANÇA, E. D. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.

HANSEN, J. A. Positivo/natural: sátira barroca e anatomia política. **Revista Estudos Avançados** [online], USP, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 64-88, 1989.

KANTOROWICZ, E. **The king's two bodies**: a study in mediaval political theology. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MANCHESTER, A. K. **Preeminência inglesa no Brasil**. Tradução de Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTINS FILHO, E. **O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807**. Rio de Janeiro: GB/Ministério da Justiça, 1968.

MELLO, E. C. de. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

MENDONÇA, M. C. de. **D. João VI e o Império no Brasil**: a independência e a missão Rio Maior. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1984.

MOTA, C. G. Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da Abertura dos Portos (1808). In: OLIVEIRA, L. V. de; RICUPERO, R. (Orgs.). **A Abertura dos Portos**. São Paulo: Senac, 2007. p. 60-99.

NORTON, L. **A Corte de Portugal no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 2008.



NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA LIMA. **Dom João VI no Brasil**. 1º volume. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio, 1908.

RICUPERO, R. O Brasil no mundo. In: COSTA E SILVA, A. da. (Coord.). **Crise colonial e independência – 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 115-159.

SANTOS, M. N. dos. O império na ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil. **Revista Tempo** (UFF), Rio de Janeiro, n. 27, p. 117-133, 2009.

SARAIVA, J. H. **História concisa de Portugal**. 23. ed. Mem Martins: Europa-América, 2005.

SILVA, M. B. N. da. “A Corte no Rio de Janeiro: o perigo francês, o perigo espanhol e o poderio inglês”. In: CARDOSO, J. L.; MONTEIRO, N. G.; SERRÃO, J. V. (Orgs.). **Portugal, Brasil e a Europa napoleônica**. Lisboa: ICS, 2010. p. 297-322.

SODRÉ, N. W. **As razões da independência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SOUZA, M. E. de C. **Ouvidores de Comarcas de Minas no século XVIII**. São Paulo: Alameda, 2016.

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:** CHAUVIN, Jean Pierre. O léxico real. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 33-49, 2018. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v15i2.2108>

**Submetido em:** 10/04/2018 | **Aceito em:** 07/09/2018

---

# O GÊNERO GRAMATICAL NA FALA GAY E SUA (MULTI) FUNCIONALIDADE

*The grammatical gender in the gay speech and its (multi) functionality*

Alison Felipe GESSER<sup>31</sup>

Wenderson Phelipe da Silva SANTANA<sup>32</sup>

**Resumo** | Este trabalho aborda a variação entre o uso de adjetivos em concordância com os gêneros masculino e feminino em predicções realizadas por homens gays, acadêmicos do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a perspectiva do funcionalismo norte-americano de Talmy Givón. Foram realizadas entrevistas orais com seis indivíduos dessa comunidade, separadamente, e a análise dos dados coletados verificou que esses sujeitos fazem uso variado de ambos os gêneros gramaticais em suas construções predicativas, podendo produzir, por exemplo, sentenças como “estou cansada” e “estou cansado” ao se referirem a si próprios. As entrevistas foram divididas em blocos temáticos e o instrumento de coleta buscou, primeiramente, verificar se os sujeitos fariam uso do gênero feminino durante a entrevista, através de perguntas que impunham uma resposta predicativa e, num segundo momento, indagá-los diretamente sobre a realização do fenômeno. Segundo os dados, fatores externos como (i) o grau de formalidade da situação comunicativa e (ii) o grau de intimidade com o interlocutor condicionam ou restringem ambos os usos, favorecendo a forma masculina em situações de maior formalidade e menor intimidade. Acerca da funcionalidade de cada variante, foram identificadas três funções desempenhadas pela forma feminina, compreendida como multifuncional: (i) função semântica representacional, cujo uso é compartilhado com a predicação masculina; (ii) funções de superlativo (+ e ++); e (iii) funções interativas (expressar ironia, brincadeira e intimidade).

**Palavras-chave** | Gênero gramatical. Predicação. Fala gay. Funcionalismo linguístico.

**Abstract** | This study approaches the variation between the use of adjectives in agreement with the masculine and feminine gender in predications made by gay men, academics of the Communication and Expression Center of the Federal University of Santa Catarina, from the perspective of the North American functionalism of Talmy Givón. Oral interviews with six individuals of this community were carried out separately, and the analysis of the collected data showed that these individuals make varied use of both grammatical genders in their predicative constructions, being able to produce, for example, sentences such as “estou cansada (I am tired with feminine gender agreement)” and “estou cansado (I am tired with masculine gender agreement)”, referring to themselves. The interviews were divided into thematic blocks and the collection instrument sought first to verify if the individuals would use the female gender during the interview, through questions that required a predicative response and, secondly, to inquire directly about the phenomenon. According to the data, external factors such as (i) the degree of formality of the communicative situation and (ii) the degree of intimacy with the interlocutor can give condition or restrict both uses, favoring the masculine form in situations of greater formality and less intimacy. Regarding the functionality of each variant, three functions performed by the feminine form, seen thus as multifunctional, were identified: (i) representational semantic function, the use that is shared with male predication; (ii) superlative functions (+ and ++); and (iii) interactive functions (to express irony, joke, and intimacy).

**Keywords** | Grammatical gender. Predication. Gay speech. Linguistic functionalism.

31 Gesser. UFSC. Endereço eletrônico: [felipegesser@gmail.com](mailto:felipegesser@gmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1970-9813>

32 Santana. UFSC. Endereço eletrônico: [wendersonphelipe@ymail.com](mailto:wendersonphelipe@ymail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0411-5000>

## Introdução

Sob a ótica teórico-metodológica do funcionalismo de Talmy Givón (1995, 2001), com ênfase no seu *The Functional Approach to Language and the Typological Approach to Grammar*, este trabalho propõe-se a abordar um fenômeno linguístico no nível pragmático da linguagem.

O fenômeno em análise será a variação entre o uso de adjetivos flexionados nos gêneros masculino e feminino em predicções realizadas por homens gays estudantes do CCE/UFSC, sobre o qual se discorre na seção seguinte, juntamente com a contextualização dos antecedentes da pesquisa. Posteriormente, em seção à parte, o fenômeno linguístico é examinado a partir da perspectiva teórica já mencionada. Por fim, nas considerações finais, são expostos os pontos teóricos de maior relevância durante as análises, bem como a conclusão acerca do fenômeno investigado.

## O fenômeno e antecedentes

O uso de adjetivos flexionados em ambos os gêneros nas predicções da fala de indivíduos gays foi anteriormente analisado pelos autores deste artigo, juntamente com outros pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC, numa investigação sociolinguística (GESSER *et al.*, 2016) cujo objetivo principal era determinar se tal fenômeno constituía traço linguístico identitário do grupo observado.

Foram entrevistados, na condição de informantes anônimos, seis homens gays dentre estudantes de graduação e pós-graduação da área de Letras do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da UFSC. Cabe destacar, então, que a conclusão a que chegou aquela análise é considerável apenas para caracterizar a comunidade homoafetiva restrita àquele ambiente, uma vez que não seria estatisticamente aceitável tomar seis sujeitos com perfis sócio-culturais muito parecidos como representantes de um grupo social muito mais amplo.

Os informantes foram ouvidos individualmente, respondendo a perguntas, primeiramente de uma entrevista tipicamente sociolinguística, em que se iniciava com temas gerais, como política e educação, e terminava em narrativas pessoais. Numa segunda etapa, foi feito um conjunto de perguntas diretas sobre o fenômeno analisado, denominado *teste de avaliação*, através do qual se pôde verificar a atitude dos falantes diante do fenômeno e a confirmação de algumas hipóteses prévias.

Durante a entrevista, apenas três dos seis informantes predicaram, naturalmente, com adjetivos no gênero feminino, usando expressões como: *eu sou aberta ao diálogo; eu posso ser muito calma; [estou] solteiríssima; eu estava montada* etc. No entanto, todos

os seis admitiram, no teste de avaliação, que fazem ou pelo menos já fizeram uso de predicação com concordância feminina, o que levou à conclusão de que, considerando aqueles sujeitos como representantes da comunidade homoafetiva masculina dos cursos de Letras no CCE, o uso do gênero feminino em predicação faz parte da identidade linguística daquela comunidade e pode ser analisado, em investigações futuras, como um fato linguístico relevante a estes indivíduos em maior âmbito.

A diferença entre o número de informantes que predicaram com flexão feminina e aqueles que não o fizeram na entrevista, mas afirmaram fazê-lo em outras ocasiões, evidencia o fato de que, apesar das duas variantes, ou seja, adjetivos flexionados no gênero masculino e adjetivos flexionados no feminino, coexistirem nas predicções desses sujeitos, elas possuem, muito provavelmente, funções semântico-pragmáticas distintas em determinadas situações comunicativas.

Variáveis independentes externas como o grau de intimidade com o interlocutor e o nível de formalidade do contexto de uso foram consideradas pelos informantes como fundamentais para a flexão feminina que ficaria, geralmente, restrita a conversas informais com pessoas próximas, preferencialmente, ligadas à comunidade LGBT.

Fica evidente, portanto, a relevância deste fato linguístico para a identidade desse grupo social e a conseqüente necessidade de estudá-lo e abordá-lo sob diferentes perspectivas. Assim, deslocando-se das limitações impostas pela ótica da sociolinguística variacionista, em que se baseou a investigação aqui mencionada, esta investigação se propõe a observar o fenômeno ora descrito sob outro olhar teórico: o funcionalismo norte-americano, como segue na próxima seção.

## O fenômeno segundo Givón

Tendo-se contextualizado o fato linguístico em análise, na seção anterior, cabe localizá-lo, dentre os níveis linguísticos, essencialmente na pragmática, uma vez que ao se desconsiderar que a concordância com o feminino é realizada por um falante homoafetivo do sexo masculino – informação do nível pragmático, aparentemente indisponível na estrutura<sup>33</sup> –, perde-se, basicamente, a essência do fenômeno, restando, nesse sentido, apreciações sobre a morfologia atrelada ao gênero gramatical.

Nesse sentido, o funcionalismo linguístico contempla questões estruturais tanto quanto questões que estão para além da forma, levando em consideração aquilo que está em torno do uso. Em outras palavras, a abordagem funcionalista da linguagem trata

---

33 Tendo apenas a estrutura como parâmetro (isto é, levando-se em consideração a desinência de gênero gramatical feminino *-a* tão somente), sem maiores informações – pragmáticas – sobre o emissor da predicação, o leitor provavelmente seria levado à conclusão equivocada de que as concordâncias foram realizadas por falantes mulheres, o que seria canonicamente esperado.

- | O gênero gramatical na fala *gay* e sua (multi)funcionalidade

da relação existente entre forma(s) e função(ões), observada no uso linguístico real. Nessa direção, para os adeptos de tal perspectiva teórica, a linguagem é concebida como um instrumento de interação social; de modo que, para explicar a língua, o pesquisador deve procurar nos interlocutores, nos propósitos destes e no discurso – na situação comunicativa, propriamente –, a motivação para esclarecer os “fatos da língua” (CUNHA, 2008, p. 157).

Cabe trazer à luz as premissas que sintetizam a abordagem funcionalista elegida para esta reflexão, a partir de Givón (1995), considerado o principal nome da vertente norte-americana do funcionalismo linguístico, cujos trabalhos se caracterizam por investigar a gramática das línguas através da busca de parâmetros motivados comunicativa e cognitivamente:

- A linguagem é uma atividade sociocultural.
- A estrutura está a serviço da função cognitiva e comunicativa.
- A estrutura é maleável, motivada e não-arbitrária.
- Mudança e variação estão sempre presentes.
- O sentido é dependente do contexto.
- Gramáticas são emergentes<sup>34</sup> (GIVÓN, 1995, p. 9, tradução nossa).

Entre as etapas de um exame linguístico sob essa ótica funcionalista estão: (a) descrever as funções que estão sendo desempenhadas pelas formas linguísticas em estudo; e (b) identificar os domínios funcionais codificados pela gramática, o que pode ter como ponto de partida as formas/estruturas linguísticas em questão, tal como propõe-se a seguir.

No que tange às funções desempenhadas pelos predicados masculino e feminino, identifica-se, no emprego das predicções realizadas pelos informantes, a (i) função semântica representacional, associada ao plano da *semântica proposicional* (GIVÓN, 2001), em que a predicação feminina co-ocorre com a masculina, conforme dados extraídos do *corpus* investigado:

1. Eu me identifico como aberto ao diálogo, assim... (João<sup>35</sup>, 28 anos).
2. Eu sou aberta ao diálogo, mas às vezes eu tenho um limite (João, 28 anos).

---

34 “Language is a social-cultural activity; structure serves cognitive or communicative function; structure is non-arbitrary, motivated, iconic; change and variation are ever-present; meaning is context-dependent and non-atomic; categories are less-than-discrete; structure is malleable, not rigid; grammars are emergent; rules of grammar allow some leakage”.

35 Os nomes apresentados ao longo da análise são fictícios e foram fornecidos pelos próprios informantes em sua *ficha social*, recurso utilizado para identificação dos falantes ao longo da pesquisa e constituição da base de dados, cf. Gesser *et al.* (2016).

3. Eu posso ser muito calma, mas eu não posso ser calmo comigo mesmo (Pierre Renoir, 23 anos).
4. Ah, eu tenho que ser loira, magra,  fina (Pierre Renoir, 23 anos).
5. Eu sou inseguro, mas aí eu transpareço o contrário (Perversloup, 23 anos).
6. Eu estava montada (Perversloup, 23 anos/*Corpus* analisado).

Para Givón (2001), uma das funções primárias da linguagem humana é a representação de conhecimento/experiência. Embora seja considerada uma função básica, ela não foi ignorada durante a reflexão, pois, levando-se em consideração os dados disponíveis, sugere-se que esta é a única função comunicativa compartilhada integralmente pelas duas variantes linguísticas em estudo.

Assim, no plano da *pragmática do discurso* (GIVÓN, 2001) funções desempenhadas pela predicação feminina não foram identificadas nos predicados masculinos analisados, a saber: (ii) funções de superlativo e (iii) funções interativas. Em outras palavras, há expansão do uso de predicados femininos para outros domínios funcionais, passando a inexistir, assim, a concorrência entre as duas formas nesses contextos comunicativos, especificamente.

O quadro contrastivo a seguir sintetiza as funções identificadas no *corpus* examinado, enfatizando a expansão da predicação feminina para novos contextos de uso, comparada à masculina:

Predicação com gênero gramatical masculino: <i>estou cansado</i>	Predicação com gênero gramatical feminino: <i>estou cansada</i>
(i) Função semântica representacional	(i) Função semântica representacional
-	(ii) Funções de superlativo (+ e ++)
-	(iii) Funções interativas (ironia, brincadeira e intimidade)

**Quadro 1** - Funções identificadas nas predicações da amostra

Fonte: Elaboração própria

Concernente ao item (ii), cujos usos foram interpretados como “funções de superlativo”, o emprego da concordância feminina por parte dos falantes homoafetivos do sexo masculino está associado a situações comunicativas em que o emissor deseja expressar maior intensidade. Nessa lógica, as predicações *estou cansada* (feminino) e *estou cansado* (masculino), por exemplo, exprimiriam níveis distintos de intensidade: mais e menos, respectivamente, noção reforçada pela percepção de um dos falantes entrevistados ao explicitar seu uso da concordância com o gênero gramatical feminino:

7. E eu acho que a palavra flexionada no gênero feminino tem **mais impacto**. Tipo. Você fala: “eu tô cansado” [tom sem emoção], “eu tô cansada” [tom mais expressivo]. O masculino vai ser uma coisa mais contida. Agora se eu digo “eu tô cansada”, “eu tô chateada”... Eu uso muito, muito superlativo. Também adoro falar o “íssimo”. Tenho paixão pelo “íssimo” (Pierre Renoir, 23 anos/*Corpus* analisado).

Ademais, identifica-se, nesse contexto comunicativo, a possibilidade de um superlativo “duplo” ou reforçado (++), observado em casos como o de *estou solteiríssima* – dado em (8), abaixo –, no qual o significado é ainda mais intensificado com o emprego de: morfema -íssim- + desinência de gênero feminino -a. Logo, em vez de existir concorrência entre o superlativo canônico masculino com -íssim- (*estou solteiríssimo*) e a predicação feminina (*estou solteira*), o que poderia ser esperado, parece haver um nível maior de intensidade – “duplo”, reforçado – expresso pelo superlativo feminino *estou solteiríssima* quando utilizado por um falante gay do sexo masculino:

8. A: Tem algum romance pra contar? Como está o seu coração?

B: [risos] Solteiríssima. Tô na pista... não tô procurando nada, tô bem de boas. UFSC, casa... casa, UFSC. Hoje em dia o meu foco não é procurar pessoas (Pierre Renoir, 23 anos/*Corpus* analisado).

Importa abrir um parêntese para aclarar o porquê de tal função, que tem sua manifestação no nível morfossintático, ser tratada como dependente da pragmática do discurso, retomando, em certa medida, uma das limitações do estruturalismo saussuriano já mencionada: a predicação feminina somente adquire a significação (função) de superlativo quando ocorre na interação entre os falantes – no “desempenho real”, segundo Givón (2001) – e, especificamente, se realizada por um falante homoafetivo do sexo masculino. É justamente no desempenho real que a forma se ajusta a novas funções e amplia seus significados.

No que diz respeito ao rótulo “funções interativas” – item em (iii) –, que corresponde ao agrupamento das demais funções identificadas na amostra, tal escolha se justifica pela dificuldade encontrada em nomear (e classificar) determinados usos linguísticos observados no *corpus*. Nesse sentido, o rótulo elegido – que coincide com a denominação do próprio domínio funcional –, tem inspiração no trabalho realizado por Valle (2014, p. 104, grifo da autora), no qual a autora chama a atenção para a complexidade dessa tarefa por parte do pesquisador:

Nem sempre é simples recortar um domínio funcional. Quando adentramos no campo nebuloso das funções pragmático-discursivas, é necessária a identificação de novos domínios. Um dos principais grandes domínios

funcionais ligados à pragmática-discursiva [...] é o *domínio das funções interativas*.

Ademais, conforme explica Givón (2001, p. 25-26, tradução nossa):

Muitos domínios codificados pela gramática são complexos e multidimensionais; e as dimensões subjacentes são, em princípio, escalares. Mas a codificação gramatical geralmente é escassa e categorial, pegando apenas porções ou pontos selecionados em um domínio funcional escalar, deixando outras porções sem codificação<sup>36</sup>.

Isso posto, considera-se que a conclusão a que chegaram Gesser *et al.* (2016) a respeito da predicação feminina – isto é, que tal uso linguístico está relacionado a uma marca de identidade da comunidade homoafetiva do CCE/UFSC –, somada à percepção dos falantes sobre seus usos linguísticos, sinaliza a possibilidade de essa forma/estrutura linguística estar desempenhando uma determinada função comunicativa (discursivo-pragmática): expressar ironias, brincadeiras e intimidade entre os participantes da interação. Essas significações são expostas nos seguintes trechos extraídos das entrevistas que compõem o *corpus* em análise:

9. A: Você acha que tem alguma diferença entre falar uma forma ou outra? Por quê?

B: Não, acho que não. Às vezes, **brincando**, com um amigo... (Arthur AC, 31 anos).

10. Eu quando tô próximo dos meus amigos e uso o feminino, no WhatsApp ou **brincando**, a gente usa o feminino. Mas nas situações do dia a dia a gente usa o masculino (Sam, 28 anos).

11. A: Prefere “cansado” ou “cansada”? Por quê?

B: Depende da situação. Se o assunto não for tão... for **um pouco mais séria**<sup>37</sup>, eu vou usar o masculino; mas se for uma **conversa casual**... tipo eu cheguei e digo “eu tô cansada, esse semestre tá...”, o feminino (Perversloup, 23 anos).

---

36 “Many grammar-coded domains are complex and multi-dimensional, with the underlying dimensions being, at least in principle, scalar. But grammatical coding is usually sparse and categorial, picking up only portions, or selected points, on a scalar functional domain, while leaving other portions un-coded”.

37 Nesse trecho, o informante não se refere à brincadeira, propriamente, mas diz que emprega a forma masculina para expressar seriedade. Retomando a perspectiva saussuriana, recorde-se que aquilo que constitui um signo é a sua diferença em relação a outros signos (SAUSSURE, 2007 [1916]).



12. A: Você percebe o uso de adjetivos flexionados no feminino (como “cansada”) como uma marca da identidade *gay*?

B: Ela acontece, mas às vezes eu fico em dúvida se ela não acontece porque... pela explosão que esse fenômeno teve, de concordar com o feminino. Eu não sei se ele partiu realmente de fora, se as pessoas falando foi pela internet. Mas acho que pela internet influenciou muito. **Virou meme**<sup>38</sup> e coisas como “queria estar morta”, e aí foi e passou pra fala cotidiana (Perversloup, 23 anos/*Corpus* analisado).

Além disso, pode-se refletir sobre o uso da predicação com concordância com ambos os gêneros gramaticais estar associado à noção de marcação, fenômeno dependente de contexto (GIVÓN, 2001). Para os falantes homoafetivos que empregam as duas formas linguísticas, entende-se que a predicação com o masculino seria a forma menos marcada e a predicação com o feminino, a mais marcada. Em contrapartida, quando a forma feminina é empregada por uma falante mulher, respeitando-se o cânone do português brasileiro, entende-se que essa estrutura já não é marcada.

Acerca dessa dependência de contexto, Givón (2001, p. 39, tradução nossa) considera que as “explicações substantivas sobre a marcação precisam ter um domínio específico, isto é, os correlatos cognitivo, comunicativo, sociocultural e biológico da marcação podem variar de um domínio a outro<sup>39</sup>”. Logo, é importante não perder de vista que os usos linguísticos – e, assim, as funções comunicativas – expressos pelas predicações estão relacionados também aos domínios comunicativo e sociocultural, especialmente no que tange à forma feminina.

O quadro contrastivo a seguir atualiza as funções e os planos/domínios identificados no emprego das predicações masculina e feminina, considerando a amostra investigada:

---

38 Definição de *meme*: “Imagem, informação ou ideia que se espalha rapidamente através da internet, correspondendo geralmente à reutilização ou alteração **humorística ou satírica** de uma imagem”. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/meme>>. Acesso em: 12 jan. 17.

39 “Substantive explanations of markedness must be domain-specific. That is, the cognitive, communicative, socio-cultural or biological correlates of markedness may vary from one domain to the next”.

Planos ou domínios funcionais	Formas linguísticas	
	Predicação com gênero gramatical masculino: <i>estou cansado</i>	Predicação com gênero gramatical feminino: <i>estou cansada</i>
Semântica proposicional <sup>l</sup>	(i) Função semântica representacional	(i) Função semântica representacional
Domínio da superlativação	-	(ii) Funções de superlativo: a. Superlativo + b. Superlativo ++ (reforçado)
Domínio das funções interativas	-	(iii) Funções interativas a. Ironia e brincadeira b. Intimidade

**Quadro 2** – Funções<sup>40</sup> e planos/domínios funcionais identificados nas predicções  
Fonte: Elaboração própria

Em suma, observa-se que os predicados com o gênero feminino abarcam um leque maior de funções, comparados à forma masculina. Nesse contraste, a predicação feminina seria considerada multifuncional, em termos funcionalistas. Sobre a multifuncionalidade da forma/estrutura linguística em questão, foram identificadas três possibilidades de uso: (i) *função semântica representacional*, em que há co-ocorrência das duas formas de predicado (masculino e feminino); (ii) *funções de superlativo*, com dois níveis de intensidade: + e ++, esta última correspondendo ao superlativo “duplo” ou reforçado; e, finalmente, (iii) *funções interativas*, com duas subfunções identificadas: “ironia e brincadeira” e “intimidade”.

40 Entende-se que, na verdade, as funções e domínios funcionais fazem parte dos planos maiores da linguagem, a semântica proposicional e a pragmática do discurso (GIVÓN, 2001), de maneira interligada. No entanto, a classificação da função (i) semântica representacional como mais fortemente associada à semântica proposicional parece pertinente, metodologicamente falando.

- | O gênero gramatical na fala *gay* e sua (multi)funcionalidade

## Considerações finais

A reflexão concernente aos resultados obtidos a partir da análise de cunho funcionalista constatou a multifuncionalidade da predicação com concordância feminina (*estou cansada*), compreendida como a forma mais marcada, em comparação com a forma masculina (*estou cansado*), a menos marcada morfológicamente. Partindo do *corpus* analisado, constituído de transcrições de entrevistas orais com falantes homoafetivos do sexo masculino acadêmicos do CCE/UFSC, foram identificadas as seguintes funções desempenhadas pelas formas/estruturas linguísticas analisadas: (i) *função semântica representacional*, na qual há co-ocorrência das formas masculina e feminina; (ii) *funções de superlativo* (com dois níveis de intensidade: + e ++); e (iii) *funções interativas* (expressar ironia, brincadeira e intimidade entre os falantes da situação comunicativa).

No que tange às funções mencionadas em (ii) e (iii), especificamente, tais usos linguísticos se mostraram restritos à forma feminina tão somente, não sendo observados em predicados masculinos presentes na amostra analisada. Nesse sentido, considera-se que há um espraiamento da forma feminina para novos contextos de uso. Em outras palavras, observa-se uma expansão da predicação com gênero gramatical feminino para outros domínios funcionais não codificados, igualmente, pela forma masculina: o *domínio da superlativação* e o *domínio das funções interativas*.

Como sequência da pesquisa, prevê-se a ampliação da amostra contemplando um número maior de falantes com vistas a um *corpus* mais representativo da comunidade homoafetiva, não se limitando ao contexto acadêmico do CCE/UFSC. Sugere-se, ainda, que o fenômeno da variação entre os predicados masculino e feminino presente na fala de homens gays possa ser investigado a partir de outras variáveis linguísticas, bem como à luz de outras perspectivas teóricas da Linguística.

## Referências

CUNHA, M. A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.

GESSER, A. F.; LUNARDI, G. R.; BADARACCO, L. M. D.; SANTANA, W. P. da S. **Identidade homossexual em estudantes de Letras da UFSC: um estudo sobre o uso do gênero gramatical feminino em predicções**. 2016. 41 f. Relatório de pesquisa da disciplina de Sociolinguística e Dialetoлогия, Programa de Pós-graduação em Linguística (CCE/UFSC), Florianópolis, 2016.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax**: an introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

SAUSSURE, F de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2007 [1916].

VALLE, C. R. M. **Multifuncionalidade, mudança e variação de marcadores discursivos derivados de verbos cognitivos**: forças semântico-pragmáticas, estilísticas e identitárias em competição. 2014. 415 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/130926/332872.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 jan. 17.

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:** GESSER, Alison Felipe; SANTANA, Wenderson Phelipe da Silva. O gênero gramatical na fala *gay* e sua (multi)funcionalidade. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 50-60, 2018. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v15i2.2055>

**Submetido em:** 27/09/2016 | **Aceito em:** 21/02/2017

---

# POR QUE O PORTUGUÊS NÃO VEIO DO LATIM?: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

*Why did not portuguese originate from latin? A historiographic analysis of "Gramática pedagógica do português brasileiro"*

Marcelo Alessandro Limeira dos ANJOS<sup>41</sup>  
Meryane Sousa OLIVEIRA<sup>42</sup>

**Resumo** | Este trabalho visa analisar o tratamento dispensado à origem histórica da língua portuguesa na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (doravante *GPPB*), de autoria de Marcos Bagno (2011). O objetivo geral é averiguar, na obra, o tratamento dado pelo autor à origem da língua portuguesa, contrapondo-o à perspectiva adotada por autores brasileiros que fizeram algum tipo de Linguística Histórica e aos dados verificados nas demais produções do autor. Para tanto, foram analisadas informações trazidas nos materiais que serviram de fontes para a pesquisa, sobretudo quanto à retórica do autor, a fim de perceber as prováveis razões para o afastamento ou aproximação dele à tese da origem latina do português. Para a análise, utilizou-se a proposta teórico-metodológica de Koerner (2014) e a proposta desenvolvida por Bastos e Palma (2008) sobre a investigação de objetos contemporâneos relacionados a uma perspectiva historiográfica. As análises apontam para *continuidades* e *descontinuidades* no tratamento da história da língua portuguesa que podem ser consideradas a partir da retórica adotada pelo autor em diferentes obras. É possível, pois, destacar que Bagno, na *GPPB*, apresenta uma retórica aparentemente *descontinuista* com relação aos estudos histórico-linguísticos tradicionais, uma vez que, no restante de suas obras, inclusive nas posteriores à *GPPB*, sobressai-se um discurso *continuista* em relação à tradição.

**Abstract** | This paper proposes to analyze the treatment given to the historical origin of the Portuguese language in the *Gramática pedagógica do português brasileiro*, by Marcos Bagno (2011). The general objective is to verify the treatment given by the author to the origin of the Portuguese language, in the referred grammar, opposing it to the perspective adopted by Brazilian authors who addressed some type of Historical Linguistics and to the verified data in the other author's productions. For this purpose, we analyzed the information presented in the materials that served as sources for the research, especially in relation to the author's rhetoric, in order to perceive the probable reasons for the author's distance or his approach to the thesis about the Latin origin of Portuguese. For the analysis, it was taken into account the theoretical-methodological proposal of Koerner (2014) and the proposal developed by Bastos and Palma (2008) on the investigation of contemporary objects related to a historiographical perspective. The analyses point to continuities and discontinuities in the treatment of the Portuguese language history that can be considered from the rhetoric adopted by the author in different works. It is possible, therefore, to emphasize that Bagno, in the *GPPB*, presents an apparently discontinuous rhetoric in relation to the traditional historical-linguistic studies, while in his remaining works, a continuous discourse in relation to tradition stands out.

**Palavras-chave** | Historiografia Linguística. Gramática brasileira. Origem do português.

**Keywords** | Linguistic Historiography. Brazilian grammar. Origin of Portuguese.

41 Anjos. UFPI. Endereço eletrônico: [marcelodosanjos@ufpi.edu.br](mailto:marcelodosanjos@ufpi.edu.br). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4626-053X>

42 Oliveira. UFPI. Endereço eletrônico: [meryaneoliveira@yahoo.com.br](mailto:meryaneoliveira@yahoo.com.br). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8267-1646>

## Introdução

O século XXI está sendo bastante produtivo quando se trata da elaboração e publicação de gramáticas de língua portuguesa que, de algum modo, se afastam do que Vieira (2015) denominou de *Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG)*. Faraco e Vieira (2016) apresentam boa parte dessas obras, ressaltando suas principais características e discutindo o panorama contemporâneo dessas produções. As gramáticas contemporâneas, como comprovam os autores, são bastante heterogêneas e tais características podem estar ligadas ao conteúdo das obras, ao público ao qual se destinam e às diversas diretrizes teóricas e metodológicas às quais as correntes de pensamento estão filiadas.

Desse modo, tem-se acesso, hoje, a uma quantidade representativa não só de gramáticas, mas de dissertações, teses, artigos etc. sobre especificidades da língua portuguesa, materiais que promovem um campo profícuo para a discussão de variados aspectos, tais como: *nomenclaturas, classificação, história sociopolítica*, só para citar alguns. Vieira (2015) denomina alguns desses compêndios de *Gramáticas Contemporâneas do Português Brasileiro (GCPB)* e, dentre as várias obras que ganham representatividade nesse segmento, destaca-se, para os fins deste artigo, a *GPPB*, de autoria de Marcos Bagno, publicada no ano de 2011<sup>43</sup>, especificamente no que diz respeito aos aspectos sócio-históricos e linguísticos que envolvem a questão da origem histórica do português, pontualmente discutida na respectiva obra.

A *GPPB* é uma recente publicação que descreve diversas tendências hoje presentes no cenário brasileiro, dentre elas: a realidade linguística do Brasil; aspectos epistemológicos; históricos; gramaticais etc. Com isso, a história da origem da língua portuguesa adquire representatividade na *GPPB* por seu papel revelador de determinada perspectiva assumida pelo autor da gramática, além de trazer informações sobre a natureza dessa língua.

Diante disso, este artigo analisa o tratamento dado pelo autor ao aspecto da língua supracitado, comparando a proposta trazida por Bagno, na *GPPB*, fonte primária da pesquisa, com o *corpus* secundário aqui selecionado, dez textos de autores que fizeram algum tipo de Linguística Histórica<sup>44</sup>, além de doze textos da produção linguística de Bagno, que reforçam a posição dos autores sobre a origem latina da língua portuguesa. Essa discussão vale-se, pois, do aparato teórico-metodológico da Historiografia

---

43 Vieira (2015) apresenta o ano de 2012 como sendo o ano da primeira edição da *GPPB*, no entanto, a referida gramática foi editada no ano de 2011, como consta em sua ficha catalográfica. O próprio Vieira reconhece, em sua tese, que “A obra foi finalizada em 2011, mas lançada no mercado em janeiro de 2012 [...]” (VIEIRA, 2015, p. 342). Assim, segue-se, em todo o texto, a referência de 2011.

44 Os autores selecionados para compor as fontes secundárias deste artigo não foram escolhidos de forma aleatória. Buscou-se, para o limite deste texto, contemplar tanto autores considerados clássicos no âmbito dos estudos linguístico-filológicos, quanto aqueles com produção mais recente, de modo que restasse clara a manutenção da tese que filia a origem do português ao latim vulgar.

Linguística (doravante, HL), especificamente no que se refere aos princípios que regulam a investigação de objetos contemporâneos relacionados a uma perspectiva historiográfica.

Para tanto, na seção 1, será feito um apanhado histórico do que os autores/gramáticos dizem a respeito da origem da língua portuguesa. Em seguida, na seção 2, serão apresentadas as considerações ou resultados da análise feitos nas obras, caracterizando, além disso, os aspectos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa e, por fim, na última seção, considerações finais, buscar-se-á demonstrar como a *GPPB* dialoga com a *tradição*.

## A herança greco-latina e a tradição gramatical

O ponto de partida que culminará na análise apresentada nas próximas seções é a ideia já difundida por alguns autores, dentre eles, Vieira (2015), de que as novas gramáticas produzidas nesse início de século promovem movimentos de ruptura com relação ao já mencionado *PTG*. Para o referido autor, o *PTG* origina-se de ramificações dos estudos linguísticos que, por sua vez, têm origem na filosofia grega clássica, a qual se tornou “o mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por *gramática* desde os gramáticos alexandrinos da Antiguidade aos gramáticos normativos brasileiros de hoje” (VIEIRA, 2016, p. 21, grifos do autor). Assim, tanto no que diz respeito à estrutura, quanto ao conteúdo, esses novos compêndios gramaticais, independentemente de quem os produziu, apresentam traços que caracterizam esses trabalhos como fazendo parte de um gênero específico, denominado e reconhecido pela tradição como *gramática*, mas, apesar disso, inauguram um novo modo de analisar e discutir questões relacionadas à língua portuguesa.

Antes, porém, de iniciar a análise e discussão dos dados, é preciso estabelecer uma breve história do pensamento gramatical, mantendo como referencial teórico as diretrizes propostas por Koerner (2014). Além disso, cumpre reconstruir brevemente o *clima de opinião* que favoreceu a produção da obra analisada, a relação existente entre a história externa e a história interna, os argumentos usados pelos autores etc.

Muitos autores remetem o surgimento do gênero textual “gramática” à antiguidade clássica. Os primeiros filósofos e gramáticos da história ocidental desenvolveram estudos baseados na filosofia grega clássica que, com o passar do tempo, foram se ramificando e estabelecendo um modelo teórico-metodológico do que tradicionalmente se entende por *gramática*. Segundo Borges Neto (2016, p. 267), “O texto gramatical mais antigo que conhecemos foi escrito por Dionísio Trácio, filósofo ligado à Biblioteca de Alexandria, por volta do ano 100 a.C” e, apesar de dúvidas que ainda persistem sobre a autoria e a datação da obra, o mesmo autor afirma que o texto é tomado como o iniciador dos estudos gramaticais (*op. cit.*, p. 267).

Ainda com Borges Neto, o texto de Dionísio (*Tékhne Grammatikē*) influenciou não só no modo de organização dos conteúdos dos textos gramaticais, como também determinou fortemente sua finalidade (*op. cit.*, p. 268), portanto, é possível verificar, na maioria das gramáticas produzidas desde o período clássico até gramáticas produzidas hodiernamente, uma forte aproximação com o formato padrão desenvolvido pelos gregos e, posteriormente, reproduzido e propagado pelos latinos.

Entretanto, ao considerar estudos gramaticográficos do português brasileiro do século XXI, põe-se em evidência a produção de gramáticas que, em linhas gerais, não seguem *pari passu* esse modelo de gramática que ficou conhecido como “greco-latino”. Tal percepção, de mudança na gramaticografia brasileira, vem de obras produzidas e publicadas, principalmente, sobre gramáticas contemporâneas de referência<sup>45</sup>.

Aspectos distintos das gramáticas contemporâneas já foram analisados por especialistas da área. Destacam-se, nesse sentido, obras como: *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores* (2014) e *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores* (2016) em que, além de análises internas das obras, têm-se uma visão geral de que o final do século XX e o início do século XXI “inauguram” um período em que são produzidas gramáticas que inovam no que tange à apresentação, descrição e análise de categorias linguísticas.

Do final do século XX ao início do século XXI, foram produzidas oito gramáticas do português escritas por autores brasileiros e publicadas no Brasil. As primeiras gramáticas de base linguística foram gradativamente surgindo e estabelecendo um contexto oportuno para a produção de outras gramáticas contemporâneas. No que concerne a essa produção, segue uma lista dessas gramáticas, elaborada a partir dos trabalhos de Neves e Casseb-Galvão (2014), Vieira (2015) e Faraco e Vieira (2016), cronologicamente sumarizadas na tabela abaixo:

---

45 De acordo com Leite (2014), denominam-se gramáticas contemporâneas de referência as gramáticas de base linguística, publicadas a partir de 1980, cujos autores trazem em seus instrumentos linguísticos (Auroux, 1998) estudos sobre a evolução dos conceitos relacionados às categorias linguísticas em que se sobressaem terminologias, conceitos advindos da linguística clássica e em que são utilizadas diversas teorias que fundamentam a reconstrução de conceitos tradicionais.



Obra	Autor	Edição/ano	Local/editora
<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	Evanildo Bechara	37ª ed., 1999	Rio de Janeiro/ Nova Fronteira
<i>Gramática de usos do português</i>	Maria Helena de Moura Neves	1ª ed., 2000	São Paulo/ Editora UNESP
<i>Gramática Houaiss da Língua Portuguesa</i>	José Carlos de Azeredo	1ª ed., 2008	São Paulo/ Publifolha
<i>Gramática do brasileiro: uma nova forma de entender a nossa língua</i>	Celso Ferrarezi Jr. & Iara M. Teles	1ª ed., 2008	São Paulo/ Globo
<i>Gramática do Português Brasileiro</i>	Mário A. Perini	1ª ed., 2010	São Paulo/ Parábola Editorial
<i>Nova Gramática do Português Brasileiro</i>	Ataliba Teixeira de Castilho	1ª ed., 2010	São Paulo/ Contexto
<i>Gramática Pedagógica do Português Brasileiro</i>	Marcos Bagno	1ª ed., 2011	São Paulo/ Parábola Editorial
<i>Gramática da língua portuguesa padrão</i>	Amini Boainain Hauy	1ª ed., 2014	São Paulo/ EDUSP

**Tabela 1** – Gramáticas brasileiras contemporâneas do século XXI<sup>46</sup>

Fonte: Elaboração própria

A crítica à doutrina gramatical tradicional, de acordo com Vieira (2016), começou no meio acadêmico a partir da década de 1960 e resultou na produção de gramáticas brasileiras contemporâneas que seguem novas perspectivas teóricas. Para o autor, as gramáticas brasileiras contemporâneas são resultados de “um cenário epistemológico próprio, um ‘estado de espírito acadêmico’” (*op. cit.*, p. 36), isto é, as características

46 A *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicada pela primeira vez em 1961, compõe a tabela, com a 37ª ed., por ser a referida edição de 1999, nas palavras de Mulinacci (2016, p. 114), “uma espécie de emblemático divisor de águas da tradição gramatical brasileira”. Esta obra, portanto, apresenta-se como um “novo livro” em comparação com as edições anteriores.

- | Por que o português não veio do latim?: Uma análise historiográfica da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*

inerentes a essas gramáticas, que se afastam em alguma medida do modelo greco-latino, são consequências de um cenário construído por autores, linguistas/gramáticos, que, ao se preocuparem com os fenômenos da língua, criaram um contexto propiciador para o surgimento dessas gramáticas, dentre elas, a que serve de *corpus* a esta pesquisa, a *GPPB*.

Leite (2014), contudo, considera que, embora se verifiquem novidades quanto à composição ou estrutura dessas gramáticas produzidas contemporaneamente, ainda assim, elas mantêm características inerentes ao gênero “gramática” e afirma que:

É possível verificar que mesmo gramáticas muito diferentes entre si podem guardar similitudes no que tange à apresentação, descrição e interpretação das categorias linguísticas. Como cabe ao historiador acompanhar o desenvolvimento das ideias linguísticas, o estudo da evolução dos conceitos é tarefa essencial (LEITE, 2014, p. 118).

A *GPPB* e todas as outras obras listadas na tabela 1, ao que parece, apresentam-se como obras inovadoras em vários aspectos e marcam um momento crucial no percurso da gramaticografia brasileira contemporânea.

Tem-se, pois, no cenário contemporâneo, uma conjuntura favorável ao desenvolvimento de gramáticas brasileiras de referência que, de algum modo, representam certa “ruptura” com a tradição de gramáticas do português. Tais gramáticas ilustram as transformações pelas quais passaram, nos últimos anos, os estudos relacionados à produção gramaticográfica brasileira e refletem externamente o *clima de opinião* da época em que foram produzidas.

Dito isso, será analisado, no próximo tópico, considerando os propósitos e os limites deste artigo, o capítulo sobre a origem histórica da língua portuguesa, na *GPPB*, em contraposição ao conhecimento divulgado pela Linguística Histórica, no intuito de evidenciar possíveis *rupturas* ou *continuidades*<sup>47</sup> com essa tradição de estudos. Para tanto, serão apresentados: a proposta de Bagno sobre a origem da língua portuguesa na referida obra; o posicionamento de dez autores que estarão aqui sob a rubrica da Linguística Histórica e, por último, o levantamento de obras do autor em que sobressai posição diversa da assumida por ele na *GPPB*.

---

47 Neste artigo, entende-se os termos *ruptura*, *continuidade* e *descontinuidade* considerando a tensão existente entre eles em relação à história, neste caso, da história da origem da língua portuguesa.

## Origem da língua portuguesa: a abordagem da GPPB vs. a abordagem da Linguística Histórica

A *GPPB*, segundo o próprio autor, foi produzida para alcançar um público específico de estudantes universitários e professores de português, de pedagogia e de outras línguas etc., cujos objetivos fossem de natureza científica. Além disso, a gramática não é, segundo seu autor, um compêndio escolar, pedagógico, destinado a alunos da educação básica, por exemplo, mas um objeto de pesquisa para estudantes ou professores que detêm o mínimo de conhecimento sobre estudos linguísticos e gramaticais.

Bagno (2011) apresenta um olhar particular sobre as questões que envolvem a origem da língua portuguesa, que se distingue da historicamente reconhecida pela Linguística Histórica. Para ele, a língua portuguesa tem origem galega e não latina. No capítulo 5, a *GPPB* faz uma descrição sincrônica e diacrônica sobre o tema, ou seja, o autor preocupa-se em apresentar historicamente os processos de mudanças que deram origem à língua portuguesa.

Desse modo, a *GPPB* expõe tanto do ponto de vista linguístico quanto do ponto de vista sócio-histórico testemunhos que retratam “mudanças” ou ao menos ideias em franco desenvolvimento, divulgadas principalmente por grupos de pesquisa da Galiza e de Portugal, como se pode observar nos excertos abaixo, que reforçam as ideias difundidas pelo autor:

O português brasileiro pertence a um grupo de línguas que vamos chamar aqui de *portugalego*, um nome formado da junção de *português* e *galego* as duas línguas mais antigas do grupo, embora a ordem cronológica seja inversa à da formação do nome: primeiro nasceu o galego e do galego nasceu o português. Assim, todas as línguas do grupo são continuações históricas do *galego* falado no noroeste da Península Ibérica, que por sua vez é resultante do contato linguístico do latim vulgar com a(s) língua(s) céltica(s) que eram faladas ali antes da chegada dos romanos e, eventualmente, com outras línguas das quais não nos sobrou nenhuma notícia” (BAGNO, 2011, p. 202, grifo do autor).

A situação marginalizada do galego decerto contribuiu para que os filólogos portugueses do século XIX não sentissem grande estímulo em reconhecer e assumir a evidência de que o *português era e é a continuação histórica da língua galega*, levada cada vez mais para o sul, à medida que os reis portugueses expandiam seu território. Não seria digno de um povo soberano e conquistador, responsável pelas aventuras marítimas que revelaram o resto do mundo aos europeus, ter como ancestral uma língua de campônios rudes, uma língua sem prestígio. Daí a designação *galego-português*. Por isso não é correto, do ponto de vista histórico-geográfico, afirmar, como fazem todas as obras filológicas e

gramáticas históricas, que “o português vem do latim”. O português vem do galego – o galego, sim, é que representa a variedade de latim vulgar que se constituiu na *Gallaecia* romana e na Galiza medieval” (BAGNO, 2011, p. 224, grifos do autor)<sup>48</sup>.

Entretanto, uma análise sobre a origem histórica da língua portuguesa, em materiais de eminentes filólogos e linguistas brasileiros, pode evidenciar a tão propagada origem latina dessa língua, isto é, o reconhecimento, por parte desses autores, de que a maioria das palavras que formam o léxico do português, bem como certas características sintáticas, morfológicas e fonológicas estão presentes no latim que era falado principalmente pelas camadas pobres de Roma e que foi levado para as regiões conquistadas posteriormente.

Nesse sentido, para entender a história do português, é preciso remontar às origens latinas. No caso das línguas românicas, o latim vulgar, de acordo com os pressupostos da Linguística Histórica, é reconhecido como sendo a variedade<sup>49</sup> que lhes deu origem.

A língua latina, saída da Península Itálica, acompanhou os romanos durante um longo período de conquistas territoriais, instalando-se em partes da Europa, África e regiões da Ásia. Com o passar do tempo e com a fragmentação do Império, transformou-se em dialetos distintos que deram origem às línguas românicas, dentre elas, o português.

Em estudos sobre a história da língua portuguesa, diversos autores, reconhecidos na área da filologia e da linguística, têm publicações significativas e de grande circulação que tratam da origem da língua portuguesa. Os autores cujas obras atendem aos requisitos estipulados para a análise nesta pesquisa são:

- (i) Said Ali (1908/2008<sup>50</sup>);
- (ii) Silva Neto (1938/1946);
- (iii) Bueno (1955/1967);
- (iv) Maurer Jr. (1962);
- (v) Elia (1974/1979);
- (vi) Bassetto (2001);

---

48 A ideia sobre a origem galega da língua portuguesa é reforçada por Bagno em seu *Dicionário crítico de sociolinguística* (2017). A citação presente na página 146 do livro não aparece no corpo deste texto pelo fato de ser uma citação à informação presente na página 224 da *GPPB*, já presente neste trabalho.

49 O latim possuía algumas variedades linguísticas, a depender do estrato social de que delas se utilizavam. Entre elas, pode-se mencionar: *sermo urbanus*, *sermo classicus*, este se desdobrou em latim eclesiástico e latim profano, e *sermo plebeius*, modernamente designado de latim vulgar, que se desdobrou em português, galego, castelhano, catalão, provençal, francês, rético, sardo, italiano, dalmático e romeno. Para uma leitura mais aprofundada sobre as variedades do latim, ver Bassetto (2001).

50 Tendo em vista a importância da datação das fontes para um estudo historiográfico e, muitas vezes, da dificuldade de acesso às primeiras edições das fontes selecionadas para a pesquisa, far-se-á, neste artigo, no caso de obras antigas e/ou reeditadas, a citação primeiro da data da publicação original, seguida da data da edição consultada.

- (vii) Mattos e Silva (2006);
- (viii) Basso e Gonçalves (2014);
- (ix) Faraco (2016) e, por último,
- (x) Ilari (2018).

A origem latina da língua portuguesa parece ser ponto pacífico em obras consagradas que versam, de algum modo, sobre a temática em foco. Essa questão trazida por eles e, aqui transcrita, explicita claramente uma visão e uma argumentação que reconhece a origem latina da língua portuguesa, constituindo-se, assim, uma *tradição*<sup>51</sup> nos estudos histórico-linguísticos.

Said Ali (1908/2008), no já clássico *Dificuldades da língua portuguesa*, especificamente ao abordar “O purismo e o progresso da língua portuguesa”, em conferência realizada na Biblioteca Nacional em 1914, trata do tema da mudança linguística, momento em que também aborda questões de filiação linguística, como se pode ver abaixo:

Não há desdouro no transmutar perene, embora lento, de uma língua. É um fenômeno de vitalidade. Pelas mesmas vicissitudes por que passou a lusitana, passaram também as suas irmãs, as línguas românicas, como todas as outras. O próprio *latim*, muito antes de se *esgalhar* em reto-romano, rumeno, italiano, provençal, francês, espanhol e *português* já não corria entre o povo com a pureza primitiva (SAID ALI, 2008, p. 207, grifos nossos).

Silva Neto (1938/1946), por sua vez, no que tange à sua produção, sobretudo aquela que se destina ao comentário e descrição do latim vulgar e suas fontes, deixa sobressair em seu texto *Fontes do latim vulgar: o appendix prohi* um estudo crítico que visa constituir uma “História da língua portuguesa” que, no seu desenvolver, apresenta suas ideias sobre a origem latina da língua portuguesa:

Do *substrato das línguas românicas* deve dizer-se, simplesmente, *que foi o latim*, o verdadeiro latim, isto é, a língua viva e corrente. Dessa língua real e espontânea a cultura romana criou a língua artística, a língua burilada e lapidada que ainda hoje nos encanta e arrebatava (SILVA NETO, 1946, p. 41, grifos nossos).

---

51 Alonso (2012) desenvolve o conceito de tradição de pesquisa, apresentando-o como uma noção desenvolvida a partir de uma dupla perspectiva. Sobre isso, o autor distingue “a tradição em que se insere o objeto cultural ao qual nos dispusemos a analisar e aquela na qual, como investigadores contemporâneos, estamos inseridos – ambas podem ser ou não coincidentes no tempo e no espaço” (ALONSO, 2012, p. 72). Nos limites desta pesquisa, o conceito de *tradição* considera o objeto cultural em seu contexto e busca identificar autores e obras com os quais os agentes selecionados nesta pesquisa mantêm relação.

Bueno (1955/1967) procede a um estudo analítico, em *A formação histórica da língua portuguesa*, no intuito de produzir um material que, ao passo em que estudasse a evolução histórica do nosso idioma, desse uma visão panorâmica dessa evolução, assim, a verdadeira transformação do latim vulgar em romance português já era assunto esclarecido e resolvido como se observa nas palavras do autor:

O *latim*, que penetrou na Ibéria, no século III antes de Cristo, trazido pelas tropas de Cipião, em guerra com Aníbal, pertencia ao tipo vulgar e rústico. Vulgar falariam os comandantes, os escrivães, a gente encarregada da burocracia. Rústico a demais soldadesca, os mesterais que faziam parte das legiões romanas. O latim literário só aparecerá muitos séculos depois quando a Hispânia já podia imitar os modelos de Roma: não só imitar, mas sustentar o fecho das letras, oferecendo à metrópole os seus poetas, os seus prosadores, os seus filósofos. Celtas e iberos, nessa fusão denominadora *celtiberos*, tiveram de aprender êste latim rústico, plebeu para elevar-se até aquêle vulgar e polido na escola. *Das imperfeições dêste aprendizado idiomático provieram as três línguas românicas da Península: o português, o castelhano e o catalão* (SILVEIRA BUENO, 1967, p. 11, grifos nossos).

Maurer Jr. (1962, p. 15, grifo nosso), em seu trabalho *O problema do latim vulgar*, adota uma postura elucidativa em relação ao seu entendimento sobre a origem latina da língua portuguesa quando reconhece que:

Até o comêço do século XIX pensou-se em geral em um único latim – o dos documentos escritos que nos foram transmitidos pelos autores antigos -, embora alguns espíritos mais lúcidos reconhecessem a existência de um latim do povo inculto, bem diferente daquele e fonte das línguas românicas. Mas foi Frederico Diez quem estabeleceu sôbre bases científicas a *origem latina das línguas românicas*, demonstrando claramente que existia em Roma, ao lado da língua literária, uma língua popular e rústica.

Elia (1974/1979), ao fazer um estudo crítico-comparativo em *Preparação à Linguística Românica* sobre as línguas românicas, também assinala a origem latina delas quando afirma:

Há porém o *latim vulgar encarado precipuamente como base comum das línguas românicas*, como o lugar geométrico a que são reconduzidas as chamadas leis fonéticas que descrevem a evolução do latim em neolatim. É o latim entendido como *Ursprache* (ELIA, 1979, p. 38, grifos nossos).

Bassetto (2001, p. 87, grifo nosso), em *Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas*, discorre sobre o latim e suas variedades e ressalta as origens das línguas românicas, nos seguintes termos:

É sabido que *as línguas românicas provêm do latim*; o termo “latim”, porém, não é unívoco, já que existem numerosas variedades. Interessa à Filologia Românica particularmente o chamado “*latim vulgar*”, eminentemente falado e, por isso, de reconstituição árdua, mas a *verdadeira fonte das línguas românicas*. É preciso também saber como essa variedade do latim foi levada a todos os recantos do Império Romano, a documentação existente, além de os fatores que propiciaram o aparecimento de várias línguas a partir desse latim vulgar.

Mattos e Silva (2006, p. 97, grifo nosso), em estudo sobre o período arcaico da língua portuguesa, no livro *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*, legitima a origem latina da língua portuguesa quando esclarece:

Assim, uma primeira delimitação desta parte do presente livro se define como uma pequena gramática, até certo ponto contrastiva, do português arcaico em relação ao português atual. Além disso, sempre que julgamos essencial, olhamos para o *latim, língua que o português, como as demais línguas românicas, continua*.

Basso e Gonçalves (2014, p. 35, grifo nosso), em *História concisa da língua portuguesa*, discorrem sobre a história da língua portuguesa, apresentando suas origens e sua relação estrita com o latim:

Para entender a história do português, será necessário compreender o percurso que o *latim trilhou até se diferenciar em línguas românicas*, especialmente porque a língua que resultou nas línguas românicas modernas não foi o que chamamos de latim clássico, mas, antes, o *latim falado pelas pessoas comuns*, no dia a dia, nas mais diversas interações, o *chamado latim vulgar*.

Faraco (2016, p. 14, grifo do autor), em *História sociopolítica da língua portuguesa*, também reconhece a origem latina da língua portuguesa:

A língua que designamos atualmente pelo nome de *português* é o desdobramento histórico dos falares românicos<sup>52</sup> que se desenvolveram, nos séculos posteriores à dissolução do Império Romano do Ocidente, no noroeste

---

52 Com o adjetivo românico qualificam-se as línguas que se constituíram como desdobramentos históricos do chamado *latim vulgar* [...] (grifo nosso)

da Península Ibérica, numa área que abrange hoje aproximadamente o norte de Portugal e a Galiza (Comunidade Autónoma da Espanha).

Ilari (2018, p. 27, grifo do autor), em seu livro *Linguística Românica*, atesta a filiação latina a partir de modificações fonéticas ocorridas em línguas neolatinas, como o português, espanhol, o francês e o italiano, como se vê abaixo:

Quando se comparam, por exemplo, port. e esp. *saber*, fr. *savoir*, it. *sapere*, fica legitimada a conjectura de que sua origem comum tenha sido uma palavra latina (i) cuja primeira sílaba começa por sibilante e (ii) cuja segunda sílaba é tônica, e comporta uma consoante bilabial ou labiodental (p, b ou v). Constatando-se, além disso, que na evolução do latim para o espanhol e o português é regular a passagem do *p* intervocálico a *b*; que o *p* intervocálico do latim passa regularmente a *b* e em seguida a *v* em francês; que, ainda em francês, o *e* longo das sílabas tônicas não travadas passou a *ei*, depois *oi*, *oé*, *ué* e *wá* (a grafia acompanhou esta evolução apenas até a forma *oi*), torna-se legítimo supor que a forma originária comum fosse *\*sapére*, paroxítona.

O cotejo de trechos das obras desses dez autores poderia ser enriquecido sobremaneira com outros nomes de filólogos e linguistas do cenário internacional, mas a amostra é suficiente para evidenciar os argumentos históricos, geográficos e linguísticos de uma *tradição* que remonta à primeira metade do século XIX, com Diez e sua tese de que as línguas românicas evoluíram do latim vulgar e não do latim clássico.

Bagno (2011), motivado por questões ideológicas e de política linguística, quer, juntamente com um grupo de pesquisadores da Galiza, instaurar uma *tradição* diferente, a que entende o português ser oriundo do Galego e não do Latim. Desse modo, a *GPPB* é a primeira a abordar a tese do galego como a língua que deu origem à língua portuguesa, como se pode constatar adiante na citação de Lagares (2013, p. 343, grifo do autor):

Essa abordagem é superada pela primeira vez na recente *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2012), uma obra que adota explicitamente um “discurso herético” (Bourdieu, 1996) sobre a língua portuguesa no Brasil, e na qual Marcos Bagno afirma que o português não vem do latim [...].

Bagno parece querer imprimir, em sua gramática, aspectos inovadores, que certamente se coadunam com a visão que o autor tem de língua. Especificamente no capítulo cinco, livro II, de sua gramática, Bagno direciona seu discurso para um lugar distinto do que se faz nos estudos tradicionais da Linguística Histórica, articulando o tom do seu discurso em torno de uma aparente ideia de *ruptura* com a tradição.



Em relação a isso, pode-se apontar como primeiro elemento a supostamente corroborar essa ideia o título do capítulo, “Do galego ao brasileiro”, em que é possível perceber, através do jogo argumentativo do qual o autor se vale, principalmente pelo que está implícito, que, ao suprimir propositalmente o “português” dessa filiação, o autor coloca em evidência a ideia defendida em sua gramática de que o português brasileiro é uma língua plena e independente do português europeu.

Ainda seguindo essa linha de interpretação, pode-se destacar do texto expressões como “grupo portugalego” (BAGNO, 2011, p. 202), “língua materna hegemônica” (*ibid.*, p. 210), “família de línguas derivadas do galego” (*ibid.*, p. 214), que reforçam a sua proposta, pondo em evidência seus argumentos e marcando o seu discurso com um suposto tom de inovação.

Desse modo, seu discurso pode ganhar destaque, na comunidade científica, por conta de valores implícitos na obra, quais sejam: o fato de Bagno ser um linguista que possui representatividade no cenário nacional; ser professor de uma universidade pública de reconhecida importância por toda sociedade e, por fim, por fazer parte de um rol de linguistas preocupados em produzir materiais que, como afirmam Faraco e Vieira (2016, p. 295), cumprem as “demandas pedagógicas de nossa época em se tratando de ensino de língua e gramática”.

Outro ponto de particular interesse para essa discussão é o modo como os enunciados são organizados pelo autor, como pode ser observado nos excertos abaixo:

(1) “[...] o português *era* e é a continuação histórica da língua galega [...]” (BAGNO, 2011, p. 224, grifos nossos);

(2) “Por isso *não é correto, do ponto de vista histórico-geográfico*, afirmar como fazem todas as obras filológicas e gramáticas históricas, que ‘o português vem do latim’” (*ibid.*, grifos nossos);

(3) “O português *vem* do galego” (*ibid.*, grifo nosso);

(4) “[...] o galego, *sim*, é que representa a variedade de latim vulgar que se constituiu na *Gallaecia* romana e na Galiza medieval” (*ibid.*, grifos nossos).

Uma discussão mais específica sobre essa questão volta-se para a assertiva do autor ao justificar, pelo viés histórico e baseado em autores portugueses, que já existia um romance falado da região da Galécia Magna, antes mesmo de o território português existir como tal, o que para Bagno seria mais um forte indicativo de que uma entidade política já existia nesse território galego, logo a designação *galego-português* para uma língua nessa região seria um equívoco histórico e nas palavras do autor:

O termo galego-português foi cunhado como uma espécie de compromisso ideológico entre duas tensões: o reconhecimento de que a língua da poesia medieval era basicamente o galego, e o anseio, de inspiração nacionalista, de incorporar aquela produção literária ao patrimônio cultural do povo português (BAGNO, 2011, p. 222).

Em outro trabalho seu, essa ideia é reforçada seguindo o mesmo pensamento já difundido na *GPPB* e o autor segue afirmando que “Não parece haver razão por que chamar *galego-português* uma língua que surgiu ‘antes de Portugal, antes do Português’, como faz também, por exemplo, o dicionário brasileiro *Aurélio* [...]” (BAGNO, 2017, p. 145, grifos do autor). Está claro o tom de crítica do autor ao fato de diversas obras, inclusive dicionários antigos e atuais, seguirem confirmando a denominação “galego-português” para designar uma língua falada nesse território. É, pois, a partir desse ponto de vista que o autor constrói seu posicionamento sobre a origem galega do português.

Entretanto, autores da Linguística Histórica, no que tange a esse tema, posicionam-se de forma contrária às ideias difundidas por Bagno. Faraco (2016, p. 14), em sua *História sociopolítica da língua portuguesa*, reconhece o galego-português como uma unidade linguística autêntica daquela região, pois para o referido autor:

Aquele grupo originário de falares românicos do noroeste constituiu a matriz donde emergiram posteriormente o galego e o português modernos. Em razão disso, têm-se usado – desde o surgimento da linguística histórico-comparativa, no século XIX, e, em especial, da romanística (ou filologia românica) e desde a chegada desse novo paradigma científico aos meios acadêmicos de Portugal e Espanha – termos compostos para fazer referência àquele grupo de falares tais como galaico-portugalense, galaico-português, galécio-português, português-galego ou, mais frequentemente, galego-português.

Ao argumentar a favor do uso independente do termo Galego, Bagno defende, a partir de uma lógica histórica, a anterioridade da entidade político-linguística galega, mas ignora a práxis de uma cultura disciplinar em particular, a linguística histórico-comparativa, como aponta Faraco. Como parece se tratar de um “discurso herético”, nada mais conforme do que tanto renegar o termo composto (galego-português) quanto, principalmente, a origem latina do português. O problema não estaria tanto nessa suposta retórica herética, descontínua, em um sentido mais amplo, mas, sim, numa estratégia retórica em que as marcas linguísticas são acionadas para negar a origem latina do português, como no excerto (2), acima transcrito. Dito de outro modo, ao fim e ao cabo, a decisão de Bagno é quanto ao estágio de língua que será eleito para filiação com o Português Brasileiro, para o que ele escolhe o Galego (quanto a esta decisão, não cabe discussão). Mas essa escolha, em absolutamente nada, invalida a tese mais tradicional de que o português vem do latim. Neste caso, o comprometimento genealógico é com um estágio mais recuado no tempo

e, certamente, menos seguro de um ponto de vista da comprovação empírica, mas daí não se pode concluir, nem histórica, nem linguisticamente, que o português não vem do latim, principalmente a partir do expediente de utilizar enunciados que negam a filiação latina, sejam quais forem as motivações para tal.

No sentido de entender as motivações de Bagno para essa suposta mudança de posicionamento, é importante destacar, ainda, alguns aspectos contextuais. Em 2006, viajou à Galiza, a convite do linguista galego Henrique Monteagudo, para ministrar cursos sobre o português brasileiro no Mestrado da Universidade de Santiago de Compostela na área de Filologia Galega e Portuguesa. A partir daí, travou os primeiros contatos com a língua galega e com obras que retratavam a história da língua galega e, conseqüentemente, da origem histórica da língua portuguesa vinculada a ela.

O tempo que passou na Galiza parece ter permitido que o autor aprofundasse o que já sabia sobre a história da língua portuguesa, principalmente, no que diz respeito à sócio-história da Galiza. É, portanto, a amizade com Monteagudo e as leituras com as quais travou contato que, provavelmente, propiciaram-lhe uma aproximação com as ideias em voga.

Observa-se, portanto, que a intenção do autor, em sua gramática, era colocar em evidência uma nova maneira de conceber a história da origem da língua portuguesa e brasileira, que levasse em conta, não a autonomia e a hegemonia de Portugal, mas, sim, a história social e política da sociedade Galega.

Entretanto, um breve retrospecto das publicações de Bagno, mais detidamente no período de 1997 a 2014<sup>53</sup>, permite que se chegue a um número de doze<sup>54</sup> obras publicadas, voltadas para área da linguística e suas subáreas, em que predominam a temática de estudos sobre o português brasileiro e nas quais é possível observar outro posicionamento do autor, no que se refere à história da língua portuguesa.

Levando-se em conta que toda essa produção selecionada foi analisada na totalidade, pode-se, a partir disso, tecer algumas considerações importantes a fim de entender a importância que o autor dá para o conhecimento histórico em suas produções. Quando analisados os títulos e o conteúdo de cada livro, foi possível observar que Bagno, independentemente do conteúdo abordado (preconceito linguístico, livro didático, gramática, pesquisa em linguística etc.), em todos eles, e, de algum modo, faz remissão à origem histórica da língua portuguesa. Interessante destacar, antes de mais nada, que tais referências, em todas as obras selecionadas, mesmo aquelas impressas após a publicação da *GPPB*, indicam uma postura distinta daquela que o autor apresenta em sua gramática.

---

53 Só foram compulsadas as obras produzidas por Bagno da área da linguística.

54 O quadro 3 não apresenta exemplo do livro *Gramática de bolso do português brasileiro* (2013) por ser uma obra resumida da *GPPB*.

No que interessa para esta discussão, cabe sintetizar as ideias principais do autor em destaque quanto a esses períodos em que suas publicações confirmam um posicionamento distinto do que apresenta na *GPPB*.

O primeiro título que compõe o rol de obras do autor é *A Língua de Eulália: novela sociolinguística*, publicada no ano de 1997. Nela o autor reconhece a origem latina da língua portuguesa, como se pode observar a seguir:

Recorrer à história da língua é uma tentativa que faço de mostrar que a língua portuguesa, em todas as suas variedades, continua em transformação, continua mudando, caminhando para as formas que terá daqui um tempo. Da mesma maneira como o latim foi se transformando lentamente até resultar nas diversas línguas românicas hoje existentes – italiano, romeno, romanche, francês, provençal, sardo, catalão, espanhol, português –, também cada uma delas continua a se transformar (BAGNO, 2006, p. 35).

Na obra, *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*, publicada no ano de 1998, sobressai, também, a tese sobre a origem latina da língua portuguesa quando este diz: “Por isso o latim *luna* deu *lua* em português, e o verbo *volare* deu o nosso *voar*” (BAGNO, 2010a, p. 68, grifos do autor).

Em o *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, obra publicada em 1999, tem-se o seguinte:

Afinal, se não fosse desse modo, ainda estaríamos falando latim... Na verdade, falamos latim, um latim que sofreu tantas transformações que deixou de ser *latim* e passou a ser *português*. Da mesma forma, o português do Brasil – queiram os gramáticos ou não – também está se transformando, e um dia, daqui a alguns séculos será uma língua diferente da falada em Portugal – mais diferente do que já é (BAGNO, 2007a, p. 98, grifos do autor).

A quarta produção de Bagno intitula-se *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*, e foi publicada em 2000. Para dar conta da origem da língua portuguesa, o autor se posiciona na obra do seguinte modo:

Ao contrário, porém, das teorias nacionalistas do século XIX, em que se propunha considerar que, assim como as línguas românicas ‘saíram’ do latim, o português do Brasil ‘saiu’ do português de Portugal, é necessário propor uma *deriva dupla*, iniciada no século XVI: do latim surgiu um tronco chamado *português* que, a partir de 1500, se bifurcou em outros dois troncos, o brasileiro e o europeu, cada qual seguindo seu curso, sofrendo mudanças em direções

e ritmos diferentes um do outro. Assim talvez se possa demonstrar o mito de que os portugueses falam “certo” desde que o mundo é mundo, mantendo intacta e pura sua língua, enquanto os brasileiros, que receberam essa língua de “empréstimo”, têm desde sempre maltratado, corrompido e estropiado ela (BAGNO, 2000, p. 273, grifos do autor).

Na obra, *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*, cujo ano de publicação é 2001, o autor segue alinhado com a mesma tese:

O que representou esse processo de *seleção* de regras gramaticais e de *criação de um modelo* de língua? Representou um  *corte*, uma *interrupção* artificial do fluxo natural da língua, um *desvio* de seu curso e uma *imobilização* de sua dinâmica. Vamos imaginar que a língua portuguesa é um rio, que se formou como um defluente (isto é, um braço) de outro rio, que é o latim: os outros braços que partem do latim são as demais línguas da família românica (italiano, romeno, francês, espanhol, etc.) (BAGNO, 2004, p. 47-48).

A sexta produção de Bagno é *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*, publicada no ano de 2003. Nela o autor igualmente confirma a tese da origem latina da língua portuguesa quando afirma:

Podemos comparar o surgimento dessas inovações mais radicais nas variedades estigmatizadas do português brasileiro com o que ocorreu – em escala muito maior e muito mais radical, é claro – no processo de formação da própria língua portuguesa e das demais línguas derivadas do latim, como o francês, o espanhol, o italiano, o romeno etc. (BAGNO, 2003, p. 136).

A sétima obra, *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*, publicada em 2007, numa linha de *continuidade*, também se compromete com a tese referida:

Outro efeito de relatinização do português no período renascentista foi a chamada *recondução* de diversas palavras a uma forma mais próxima do étimo latino. Muitos vocábulos, depois de passar pelos processos de mudança regulares do português, tinham ficado muito diferentes do termo latino do qual se originavam. Considerando isso um “problema”, e sempre desejosos de aproximar sua língua o máximo possível do latim, os gramáticos e literatos da época impuseram novas formas para substituir as formas tradicionais na língua, que vinham sendo usadas desde os primórdios do idioma (BAGNO, 2007b, p. 93).

- | Por que o português não veio do latim?: Uma análise historiográfica da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*

No livro, *Não é errado falar assim! em defesa do português brasileiro*, publicado em 2009, o autor explica, a partir da tese da deriva, modificações de natureza vocálica do latim para algumas línguas neolatinas:

As mudanças linguísticas não ocorrem aleatoriamente. Vamos ver um exemplo: O ditongo latino *au* se transformou, em algumas línguas derivadas do latim, na vogal simples *o*. Assim, a palavra latina *paucu-* está na origem do italiano e do espanhol *poco* e do português *pouco* (que pronunciamos pôcu) Por que o *au* se transformou em *o*, e não em *e*, em *i*, em *ão* etc.? Porque essa transformação já estava, por assim dizer, prevista, “embutida” no próprio sistema dos sons da língua (BAGNO, 2009a, p. 42, grifos do autor).

Na nona obra analisada, *Gramática: passado, presente e futuro*, publicada no ano de 2009, o autor explicita seu posicionamento quanto à origem da língua portuguesa do seguinte modo:

Na transformação das variedades do latim popular coloquial (chamado tradicionalmente de “vulgar”) nas diferentes línguas românicas (galego, português, espanhol, francês, catalão, provençal, italiano, romeno etc.) (BAGNO, 2009b, p. 95).

Na décima obra selecionada, intitulada *Gramática, pra que te quero? os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português*, publicada no ano de 2010, também é possível reconhecer a posição do autor quanto à origem da língua portuguesa, quando ele afirma que:

À medida que o tempo avançou, desapareceram os falantes nativos de latim – ou, mais precisamente, o *latim vulgar* se transformou nos diferentes *romances* (palavra derivada de *Roma*, pátria da língua latina) que, muito mais tarde, se transformariam nas diferentes línguas *românicas*. O latim (clássico) sobreviveu unicamente nas mãos das (poucas) *pessoas que liam e escreviam em latim*, mas que eram falantes de outras línguas maternas – monges, em sua grande maioria, especialmente beneditinos (BAGNO, 2010b, p. 92, grifos do autor).

Como já se disse, é somente na *Gramática pedagógica do português brasileiro*, publicada em 2011, que Bagno (2011, p. 224) apresenta a ‘nova’ tese:

A situação marginalizada do galego decerto contribuiu para que os filólogos portugueses do século XIX não sentissem grande estímulo em reconhecer e assumir a evidência de que o *português era e é a continuação histórica da língua*

*galega*, levada cada vez mais para o sul, à medida que os reis portugueses expandiam seu território. Não seria digno de um povo soberano e conquistador, responsável pelas aventuras marítimas que revelaram o resto do mundo aos europeus, ter como ancestral uma língua de campônios rudes, uma língua sem prestígio. Daí a designação *galego-português*. Por isso não é correto, do ponto de vista histórico-geográfico, afirmar, como fazem todas as obras filológicas e gramáticas históricas, que “o português vem do latim”. O português vem do galego – o galego, sim, é que representa a variedade de latim vulgar que se constituiu na *Gallaecia* romana e na Galiza medieval.

A partir da tese defendida na *GPPB*, era se esperar a manutenção dela nas produções subsequentes, mas, por exemplo, no livro *Sete erros aos quatro ventos: a variação no ensino de português*, publicada em 2013, o que se tem é o retorno à tese da origem latina:

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o português é derivado do *latim vulgar*, isto é, do latim falado *pelo povo*, pelos soldados romanos que dominaram a Península Ibérica, onde fica Portugal<sup>55</sup> (BAGNO, 2013, p. 168, grifo do autor).

Por fim, a décima terceira obra analisada é *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii*, publicada no ano de 2014. Nela também, tem-se um retorno à tese latina:

É isso que explica, então, as diferenças marcantes, por exemplo, entre as diversas línguas surgidas do latim imperial: português, galego, castelhano, catalão, francês, provençal, sardo, piemontês, lombardo, vêneto, toscano, napolitano, romeno etc. Em cada uma das regiões conquistadas por Roma, o latim passou a ser falado por povos que, antes, empregavam outras línguas e que transferiram hábitos linguísticos ancestrais à nova língua que passaram a falar (BAGNO, 2014, p. 91).

Quando comparado o posicionamento que Bagno apresenta, sobre a origem da língua portuguesa, nas obras acima referenciadas e seu posicionamento na *GPPB*, verifica-se um discurso contraditório. Observe-se que o autor começa a afastar-se da perspectiva tradicional da Linguística Histórica e, concomitante a isso, passa a adotar uma perspectiva historiográfica divulgada por estudos galegos e portugueses. Contudo, sua produção não

---

55 Esse exemplo, retirado do livro *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português*, **não foi escrito por Bagno**. Faz parte de uma citação apresentada pelo autor, retirada de um dos livros didáticos do qual faz análise. No entanto, consta como exemplo, primeiro, por fazer referência à origem da língua portuguesa, segundo, pelo fato de o autor concordar com o que escrevem as autoras, visto que em parágrafo anterior à citação no texto afirma “É por isso que, individualmente, há obras que se destacam, principalmente no eixo dos conhecimentos linguísticos, por oferecerem, em diversos momentos, um trabalho bastante adequado na perspectiva do que venho chamando aqui de *educação linguística* [...] insisto, apresentam qualidades suficientes para terem sido aprovadas no processo de avaliação” (BAGNO, 2013, p. 168, grifos do autor).

acompanha a mudança de suas ideias e pesquisas, como pode ser confirmado pelos exemplos supra.

Ora, se em uma obra que, claramente, pretende ser um marco na produção do autor, haja vista que além de ser a primeira gramática produzida por ele, distingue-se, em muitos aspectos, das outras gramáticas igualmente publicadas neste início de século, parece contraditório o fato de suas produções subseqüentes não seguirem uma suposta proposta inovadora.

É interessante observar que o posicionamento distinto que Bagno apresenta pode indicar que, mesmo compartilhando com os estudos galegos e portugueses uma concepção histórica de que a língua portuguesa tem origem no galego, os estudos tradicionais, amplamente divulgados por ele antes de travar contato com essa “nova” forma de olhar os fatos da língua, com efeito, ainda parecem ter força e forma no discurso do autor, uma vez que, em materiais produzidos posteriormente à publicação da *GPPB*, o autor volta a asseverar que o português vem do latim. Os materiais posteriores à *GPPB* não deveriam confirmar suas hipóteses? Aparecer em sua gramática não seria suficiente para garantir uma mudança de posicionamento? Tais questionamentos podem evidenciar que a discussão sobre a origem da língua portuguesa, nesse contexto, parece estar mais voltada para interesses de cunho político-ideológico do que propriamente linguístico já que outros materiais, que não podem ser desconsiderados tendo em vista sua importância histórica, fundamentam, com base em diversos princípios, a origem latina do português.

## Considerações finais

Este artigo discutiu o tratamento dado à origem da língua portuguesa na *GPPB* e em outras vinte e três obras no intuito de, com base em um argumento que se faz científico, problematizar sobre a filiação genealógica do português a partir da tese defendida por Bagno na *GPPB*. Levando-se em conta as análises empreendidas no decorrer do artigo, há que se mencionar que, em relação às fontes secundárias, especificamente dos autores ditos tradicionais, a tese comum é a de que o português é uma língua originada do latim vulgar, assim como outras línguas da família românica. Além disso, as outras fontes secundárias, aquelas produzidas e publicadas por Bagno, no período de 1997 a 2014, também oportunizaram observar que predominou, em todas elas, o posicionamento do autor ao reconhecer a origem latina da língua portuguesa. No caso da fonte primária, predominou uma tese diferente, a de que o galego é a origem de diversas línguas como o português europeu e o português brasileiro.

No que toca à posição de Bagno em diferentes momentos de sua produção, foi possível observar que o autor muda pontualmente a forma como concebe a origem histórica da língua portuguesa, na *GPPB*, adotando, para tanto, um discurso aparentemente de *ruptura* em relação à tradição.



Entretanto, no caso das fontes secundárias, relativas às produções de autor, predominou um discurso *de continuidade* em relação ao discurso tradicional.

Em síntese, essas constatações gerais tendem a sugerir que o movimento de *descontinuidade* encontra-se bastante relativizado na produção de Bagno, isto é, apresenta-se mais relacionado à descrição de um fenômeno linguístico e histórico em um contexto e em uma obra específica do que a uma efetiva mudança de posicionamento.

Por fim, os dados colhidos podem sugerir que a adoção de um suposto discurso de *ruptura*, na *GPPB*, não foi suficiente para que Bagno promovesse mudanças “radicais”, pelo menos no que se refere à origem da língua portuguesa, em suas produções. Retomando, pois, a pergunta feita no título deste artigo, juntamente com as reflexões aqui sugeridas, talvez as escolhas retórico-argumentativas de Bagno na defesa na “nova” tese sejam seu *calcanhar de Aquiles* e, ao fim, ele não possa responder negativamente à pergunta, haja vista que ele mesmo responde a ela positivamente, concordando com a tese tradicional, em produções pós *GPPB*.

## Referências

ALONSO, M. C. Multidimensionalidad, Complejidad y Dinamismo en la historiografía lingüística y en su definición del concepto *tradición*. **Todas as letras**. v. 14, n. 1, p. 71-86, 2012. <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/.../3495>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

BAGNO, M. A. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.

BAGNO, M. A. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, M. A. **Português ou brasileiro?**: um convite à pesquisa. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BAGNO, M. A. **A Língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, M. A. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007a.

BAGNO, M. A. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação lingüística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007b.

- | Por que o português não veio do latim?: Uma análise historiográfica da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*

BAGNO, M. A. **Não é errado falar assim!** em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.

BAGNO, M. A. **Gramática:** passado, presente e futuro. Curitiba: Aymar, 2009b

BAGNO, M. A. **Pesquisa na escola:** o que é, como se faz. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2010a.

BAGNO, M. A. **Gramática, pra que te quero?** os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Aymar, 2010b.

BAGNO, M. A. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAGNO, M. A. **Sete erros aos quatro ventos:** a variação no ensino de português. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BAGNO, M. A. **Língua, linguagem, linguística:** pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, M. A. **Dicionário crítico de sociolinguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BARROS, J. D'A. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, p. 129-159, 2012.

BASSETTO, B. F. **Elementos de filologia românica:** história externa das línguas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BASSO, R. M.; GONÇALVES, R. T. **História concisa da língua portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 2014.

BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). **História Entrelaçada 3:** a construção de gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BATISTA, R. de O. Retórica de ruptura e descontinuidade nas ciências da linguagem: um estudo pela historiografia da linguística. **Confluência**. Rio de Janeiro. n. 48, p. 119-141, 2º sem. 2015.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BORGES NETO, J. Gramática do português brasileiro. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

BUENO, F. da S. **A formação histórica da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1967[1955].

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

ELIA, S. **Preparação à lingüística românica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (Org.). **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ILARI, R. **Linguística Românica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados**. Centro de Estudos em Letras: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

LAGARES, X. C. O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono. In: LOPES, L. P. da M. (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

LEITE, M. Q. Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa – séculos XX e XXI. In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAURER JR., T. H. **O problema do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

MULINACCI, R. Moderna gramática portuguesa: habemus grammaticam?. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

- | Por que o português não veio do latim?: Uma análise historiográfica da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*

NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). **Gramáticas contemporâneas do português**: com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.

SILVA NETO, S. da. **Fontes do latim vulgar: o apêndix probi**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946[1938].

SWIGGERS, P. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. I, n. 1, p. 67-76, 2009.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português**: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. 2015. 476 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

VIEIRA, F. E. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:** ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos; OLIVEIRA, Meryane Sousa. Por que o português não veio do latim?: Uma análise historiográfica da gramática pedagógica do português brasileiro. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 61-84, 2018. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v15i2.2126>

**Submetido em:** 13/07/2018 | **Aceito em:** 02/10/2018

---

# FONOLOGIA COGNITIVA

## *Cognitive Phonology*

Eliane Nowinski da ROSA<sup>56</sup>

**Resumo** | A Fonologia Cognitiva é um ramo da Gramática Cognitiva, que teve sua origem nos trabalhos de Langacker (1987, 2007, 2008), Lakoff (1987, 1993) e Taylor (2002). Esta teoria adota um paradigma não modular da mente e baseia-se na premissa de que as habilidades cognitivas requeridas para a linguagem são semelhantes às aquelas usadas em outras tarefas cognitivas (COUPER, 2011). Uma vez que a Fonologia Cognitiva faz parte da Gramática Cognitiva, há uma correlação entre a fonologia e os outros níveis da estrutura (sintaxe, semântica, morfologia, etc.), por isso o som não pode ser aprendido independente do significado. Como a Fonologia Cognitiva é uma área explorada em diversos países, com exceção do Brasil, o presente artigo tem o intuito de descrever e debater sobre um tópico ainda pouco explorado pelo meio acadêmico em território brasileiro, visto que a maioria das pesquisas realizadas no referido país toma como base teórico-metodológica os preceitos da Fonologia de Uso, de Bybee (1994, 2001), que se trata de outra vertente da Linguística Cognitiva.

**Palavras-chave** | Fonologia Cognitiva. Estruturas Simbólicas. Som. Significado.

**Abstract** | Cognitive Phonology is a branch of Cognitive Grammar which has its origins from Langacker's (1987, 2007, 2008), Lakoff's (1987, 1993) and Taylor's (2002) works. This theory adopts a non-modular paradigm of the mind and is based on the premise that the cognitive skills required for language are similar to those ones used in other cognitive tasks (COUPER, 2011). Since Cognitive Phonology is part of Cognitive Grammar, there is a correlation between phonology and other levels of structure (syntax, semantics, morphology, etc.), so sound cannot be learnt independently of meaning. Since Cognitive Phonology is an area explored in several countries, except in Brazil, this article aims to describe and discuss a topic which is still little explored by the academic environment in Brazilian territory, since most of the researches developed in that country are based on the theoretical and methodological assumptions of Phonology of Use, by Bybee (1994, 2001), which is another branch of Cognitive Linguistics.

**Keywords** | Cognitive Phonology. Symbolic Structures. Sound. Meaning.

---

56 Rosa. UNISINOS. Endereço eletrônico: [elianedr19@gmail.com](mailto:elianedr19@gmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8940-5976>

## Introdução

A Linguística Cognitiva é um ramo da Linguística que se estabeleceu em meados da década de 80 em oposição ao modelo gerativo de Noam Chomsky. Dentre os defensores desta nova vertente estavam George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore e Gilles Fauconnier. Por não estarem satisfeitos com determinados preceitos do gerativismo com relação à Semântica, Pragmática e Sintaxe, os referidos estudiosos tentaram buscar outro viés teórico que pudesse dar conta da relação entre semântica e sintaxe, principalmente no que diz respeito às relações entre forma e significado.

Diante disso, esses pesquisadores sugeriram um afastamento da perspectiva modular de cognição proposta pelo modelo gerativo, o qual postula que a mente humana é composta por módulos que apresentam relativa autonomia entre si. Esses linguistas cognitivos propuseram uma perspectiva não modular da mente, que pressupunha a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, assim como a interação entre os módulos da linguagem, mais precisamente entre a estrutura linguística e conteúdo conceptual. De acordo com Ferrari (2011, p. 14):

[...] se a teoria gerativa postula que o significado de uma sentença é definido pelas condições sob as quais se pode interpretá-la como falsa ou verdadeira (e, portanto, o significado é concebido como reflexo da realidade), a Linguística Cognitiva defende que a relação entre palavra e mundo é mediada pela cognição. Assim, o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo, e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado. Sob essa perspectiva, as palavras não *contêm* significados, mas orientam a construção do sentido.

Todavia, é importante destacar que a Linguística Cognitiva não é uma abordagem teórica homogênea, mas, apesar disso, esse campo de investigação linguística reúne um conjunto de abordagens que compartilham hipóteses gerais acerca da linguagem humana. Em decorrência de apresentar uma heterogeneidade teórica, dentro da Linguística Cognitiva, encontram-se diferentes modelos cognitivos de gramática. Dentre eles, citam-se a *Gramática Cognitiva*, elaborada por Langacker (1987, 2007, 2008); a *Gramática de Construções*, desenvolvida a partir dos trabalhos de Fillmore por Goldberg (1995, 2006); e a *Gramática de Construções Radical*, proposta por Croft (2001). Cabe ressaltar que a Gramática Cognitiva de Langacker é o modelo mais influente e elaborado na Linguística Cognitiva.

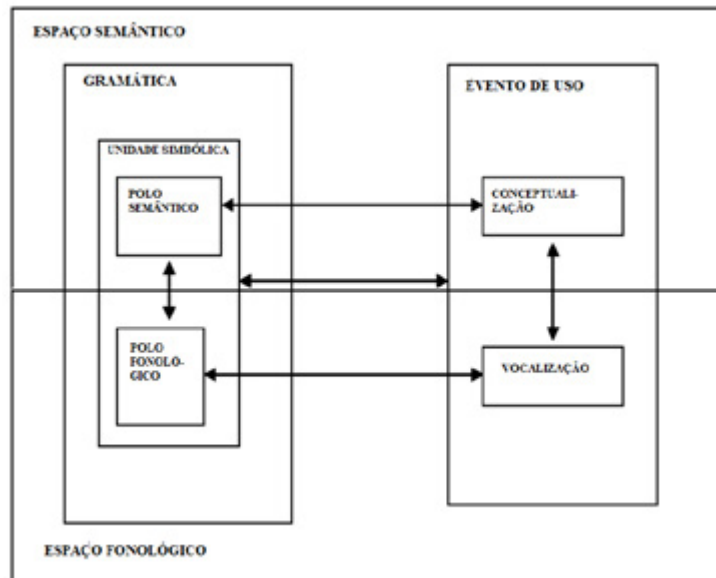
Como este artigo tem por objetivo tratar sobre o desenvolvimento da *Fonologia Cognitiva* como ramo da Gramática Cognitiva, somente o modelo de gramática proposto por Langacker entrará no mérito da discussão. Ademais, é importante mencionar que

a Fonologia Cognitiva não tem recebido a devida atenção por parte dos estudiosos em território brasileiro, logo a relevância deste artigo consiste em descrever e debater sobre um tópico ainda pouco explorado pelo meio acadêmico, pois a maioria das pesquisas realizadas no Brasil toma como base teórico-metodológica os preceitos da Fonologia de Uso, de Bybee (1994, 2001), que se trata de outra vertente da Linguística Cognitiva.

## Gramática cognitiva

Em meados da década de 80, a Gramática Cognitiva foi desenvolvida por Langacker em oposição à Gramática Gerativa, de Noam Chomsky (1965), vigente na época. Na perspectiva cognitiva, a língua é considerada como uma parte integral das faculdades cognitivas gerais humanas, que se encontra organizada conforme os mesmos princípios que governam o resto do funcionamento cognitivo humano (LAKOFF, 1987; LANGACKER, 1987). Como a língua permite a expressão rápida e efetiva e fornece meios para a codificação (*encoding*) e a transmissão (*transmitting*) de ideias sutis e complexas, duas funções são associadas à língua: a simbólica (*symbolic function*) e a interativa (*interactive function*) (EVANS; GREEN, 2006). Na primeira, a incumbência é expressar ideias e pensamentos através de símbolos, enquanto, na segunda, a tarefa é comunicar, isto é, envolve um processo de transmissão pelo falante, e decodificação e interpretação por parte do ouvinte de modo a resultar na construção de conceptualizações.

A função principal da língua é expressar pensamentos e ideias, ou melhor, é codificar e externalizar os pensamentos através da utilização de símbolos. Estes, por sua vez, são vistos como “pedaços de língua” (*bits of language*), os quais podem ser subpartes significativas de palavras (morfemas), palavras (itens lexicais), ou sequências de palavras (sentenças). Estes símbolos são compostos por duas partes que estão convencionalmente associadas entre si: a *forma* (que pode ser expressa na forma oral, escrita ou visual) e o *significado* (com o qual a forma está convencionalmente pareada). Devido a esta característica, a Gramática Cognitiva estabelece que o léxico, a morfologia e a sintaxe formam um *continuum*, que se compõem de assembleias de estruturas simbólicas (LAKOFF, 1987, 1989; LANGACKER, 1987, 2007, 2008). Isto quer dizer que a gramática não é sistema de regras como postula o modelo gerativista, mas um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais. Na Figura 1, é possível observar como é a arquitetura da Gramática Cognitiva de Langacker:



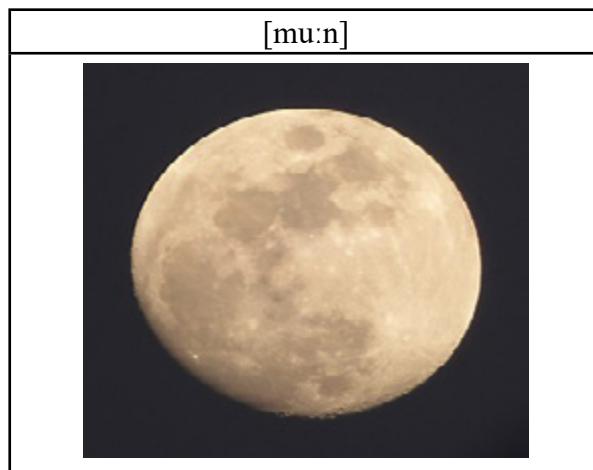
**Figura 1** – Modelo da Gramática Cognitiva  
Fonte: Adaptado de Langacker (1987, p. 77)

A adoção da tese simbólica teve um papel fundamental para o modelo da gramática cognitiva. Uma vez que a unidade básica gramatical é a unidade simbólica, o significado passou a ter uma posição central no referido modelo. Isto significa que a forma não pode ser estudada independentemente do significado. Conseqüentemente, estudar a gramática, a partir de uma perspectiva cognitiva, é estudar a variedade completa de unidades que formam uma língua, ou seja, desde o nível do **léxico até o gramatical**. **Para os linguistas cognitivos, a forma gramatical de uma sentença está pareada com seu próprio significado esquemático (*schematic meaning*)** do mesmo modo como as palavras representam pareamentos de forma e significado. O que difere palavras e sentenças, como unidades simbólicas, é a qualidade do significado associado a elas, que é construído a partir do uso da língua.

A tese simbólica, de Langacker, tem sua origem na teoria linguística de Saussure. Na visão do linguista, a língua é concebida como um sistema simbólico, no qual a expressão linguística (*signo*) consiste em um mapeamento entre um conceito (*significado*) e uma imagem acústica (*significante*), que são considerados entidades psicológicas. Apesar das diferenças entre os modelos saussureano e o cognitivo, o último adota a ideia do símbolo saussureano. Para o modelo cognitivo, o polo semântico corresponde ao “significado” e o polo fonológico, ao “significante”, os quais também são vistos como entidades psicológicas, porém no sentido de pertencerem à gramática mental (sistema do conhecimento linguístico) do falante, que Langacker (1987, 2007, 2008) denomina de inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais.



A estrutura simbólica é, então, definida como o pareamento de uma estrutura semântica e uma estrutura fonológica. É importante destacar que as estruturas simbólicas não são separadas das estruturas semânticas e fonológicas, mas a combinação das duas, conforme exemplifica a Figura 2:

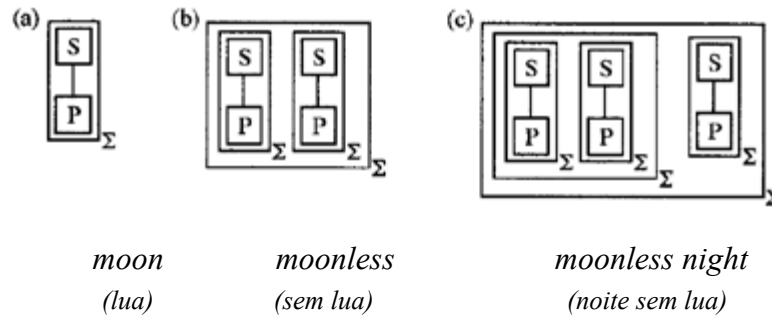


**Figura 2** – Representação da estrutura simbólica  
Fonte: Elaboração própria

Na Figura 2, tem-se a imagem que representa o significado convencionalmente pareado com a forma pronunciada, em inglês, [mu:n]. A imagem não representa um referente particular no mundo, mas a ideia de *moon* (lua). Assim, o significado, associado ao símbolo linguístico, está ligado a uma representação mental particular denominada *conceito* (*concept*). Este, por sua vez, deriva de *percepto* (*percept*). Neste caso, por exemplo, as diferentes partes do cérebro humano percebem seu formato, tamanho, cor, composição, entre outras características. Esta variedade de informações perceptuais, que se origina do mundo externo, encontra-se integrada a uma simples imagem mental (a representação disponível para a consciência), que gera o conceito de [MOON]. Quando o ser humano usa a língua e pronuncia a forma *moon*, este símbolo corresponde a um significado convencional, ou seja, se conecta a um conceito, e não a um objeto físico no mundo externo. Isto é, o conceito [MOON] é relacionado diretamente a uma categoria de muitas *moons* (luas) físicas e imaginárias. De acordo com Taylor (2002), o conceito é definido, na Gramática Cognitiva, como o princípio organizador que relaciona os vários membros de uma categoria entre si.

Neste sentido, a contribuição da teoria simbólica saussureana reside no reconhecimento de que qualquer “pedaço de realidade” (*“bit of reality”*) pode ser categorizado, ou conceptualizado, de diferentes maneiras dependendo do contexto, da cultura, do ponto de vista e da língua utilizada. Em suma, a realidade é sempre a mesma, o que mudam são as conceptualizações sobre tal.

Segundo Langacker (2008), uma característica determinante da língua humana é a formação de estruturas desde as mais simples até as mais complexas. A complexidade das estruturas simbólicas pode ser representada da seguinte maneira:



**Figura 3** – Representação de estruturas simbólicas

Fonte: Langacker (2008, p. 15)

Na Figura 3, uma estrutura simbólica ( $\Sigma$ ) consiste em uma ligação entre a estrutura semântica (S) e a estrutura fonológica (P), na qual qualquer uma das duas evoca a outra. Em (a), tem-se uma estrutura simbólica simples, em (b) duas estruturas simbólicas combinam-se para formar, em (c), uma estrutura simbólica de nível mais alto, a qual é representada pela caixa externa. Langacker (1987, 2007, 2008) descreve a estrutura simbólica como sendo bipolar, ou seja, constituída por um polo semântico e um polo fonológico. Em representações formulaicas, os diagramas (a), (b) e (c) correspondem a uma série de expressões como *moon*, *moonless* e *moonless night* (LANGACKER, 2008), como mostra o esquema abaixo:

- a. [[MOON]/[moon]]
- b. [[[MOON]/[moon]] - [[LESS]/[less]]]
- c. [[[[[MOON]/[moon]] - [[LESS]/[less]]] - [[NIGHT]/[night]]]

No exemplo (a), [MOON] corresponde à conceituação complexa abrangendo seu polo semântico, enquanto [moon] representa o polo fonológico. A barra (/) indica uma relação simbólica e o hífen (-), as relações combinatórias. Por causa deste pareamento forma-significado, todos os elementos e estruturas gramaticais são significativos. Conseqüentemente, todos os níveis da gramática cognitiva acabam interligando-se uns aos outros.

**É relevante mencionar que, na visão de Langacker**, as unidades simbólicas podem ser expressas de diferentes maneiras, porque a língua não é baseada somente nos sons da fala, mas também na escrita e em gestos no caso da língua de sinais. Isto significa que o polo fonológico pode ser realizado de modos diferentes conforme o meio de comunicação

utilizado. Para Välimaa-Blum (2005, p. 54, tradução nossa<sup>57</sup>), “quando aprendemos uma língua, primeiro aprendemos palavras monomorfêmicas e as construções mais complexas vêm somente depois, e nunca adquirimos uma língua aprendendo os sons independentemente das unidades simbólicas nas quais eles ocorrem”. Por conseguinte, não é possível aprender um som independentemente do significado.

## Fonologia cognitiva

A Fonologia Cognitiva é um ramo da Gramática Cognitiva, que teve sua origem nos trabalhos de Langacker (1987, 2007, 2008), Lakoff (1987, 1993) e Taylor (2002). Esta teoria baseia-se na premissa de que as habilidades cognitivas requeridas para a linguagem são semelhantes àquelas usadas em outras tarefas cognitivas (COUPER, 2011). Para Lakoff (1989, p. 2, tradução nossa<sup>58</sup>), “a fonologia funciona da mesma maneira que a gramática cognitiva, em termos de correlações dimensionais cruzadas, na qual as dimensões relevantes são níveis de representação fonológica”. Uma vez que a Fonologia Cognitiva faz parte da Gramática Cognitiva, há uma correlação entre a fonologia e outros os níveis da estrutura (sintaxe, semântica, morfologia, etc.).

A diferença entre a Gramática Cognitiva e a Fonologia Cognitiva reside no fato de que a primeira foca mais no significado, ao passo que a segunda, no significante. Para a Gramática Cognitiva, o significado é concebido como um conceito, que é definido como um princípio de categorização. Na Fonologia Cognitiva, este princípio é semelhante, porém com uma noção de categoria mais sofisticada: o significante também passa a corresponder ao conceito do mesmo modo que o significado. Assim, o significante é considerado como um princípio de categorização, na qual uma variedade de sons fisicamente diferentes pode ser categorizado.

Segundo Taylor (2002), assim como o conceito não pode ser uma pequena imagem na cabeça, a imagem acústica também não pode ser uma gravação na cabeça, ou melhor, ter a imagem acústica de uma determinada forma, na mente humana, é saber como sons são e como eles podem ser produzidos. Para o autor (2002), a imagem acústica é, portanto, também um princípio de categorização e um tipo de conceito. Isto demonstra que o mesmo “pedaço de realidade fonética” (*“bit of phonetic reality”*) pode ser conceptualizado de muitas maneiras diferentes em contextos diferentes. De acordo com Fraser (2010, p. 364, tradução nossa):

---

57 “when we learn a language, we first learn mono-morphemic words and the more complex constructions come only afterwards, and we never acquire a language by learning the sounds independently from the symbolic units they occur in”.

58 “phonology works in the same way cognitive grammar does, in terms of cross-dimensional correlations, where the relevant dimensions are levels of phonological representation”.

Em particular, isso abre analogia, não com programas de computador, mas com a aquisição humana de categorias e conceitos em uma ampla variedade de contextos, permitindo ao aprendiz ser visto, não como uma caixa preta dentro da qual muita da computação subconsciente complexa acontece, mas como um ser humano consciente e situado aprendendo ativamente uma nova habilidade.<sup>59</sup>

Fraser (2010) destaca ainda que os falantes apresentam dificuldade para entender a ideia de que o significante é um conceito assim como o significado devido à ideia de *significante = conceito* ser obscurecida pelo *viés<sup>60</sup> da alfabetização (literacy bias)*. Este último trata-se de uma tendência de interpretar o fluxo contínuo do som como uma sequência de sons equivalentes àqueles representados no sistema escrito, isto é, a relação direta entre letra e som durante a leitura. A falta de consciência, por parte dos falantes-aprendizes, de que os sons de uma língua não correspondem exatamente aos símbolos gráficos desta língua, conduzem-nos ao viés da alfabetização de modo a resultar em séria deficiência na leitura e problemas na produção oral. Conforme Fraser (2010, p. 367-368, tradução nossa<sup>61</sup>),

[...] conforme a Fonologia Cognitiva estabelece, o significante é um conceito, aprender uma língua materna requer aprender a conceptualizar os significantes dessa língua de várias maneiras diferentes como [O SOM DE UMA PALAVRA], [SÍLABA], [RIMA] ou [FONEMA]. Cada língua requer seu próprio conjunto destes conceitos fonológicos. Tornar-se alfabetizado envolve aprender a representar alguns desses conceitos com símbolos especiais apropriadas à língua (DeFrancis 1989). [...] aprender a pronúncia de uma segunda língua requer aprender e usar os novos significantes, isto é, aprender novas formas de conceptualizar o som da fala. É de se esperar que a aprendizagem desses novos conceitos seja desafiadora, especialmente com conceitos fortemente consolidados da língua nativa já existente.

---

59 In particular, it opens analogies, not with computer programs, but with human acquisition of categories and concepts in a wide range of contexts, allowing the learner to be seen, not as a black box within which a lot of complex subconscious computation takes place, but as a conscious, situated human being actively learning a new skill.

60 O termo refere-se ao sentido de “erro sistemático”.

61 [...] as Cognitive Phonology states, the signifier is a concept, learning a first language requires learning to conceptualise the signifiers of that language in a range of different ways, such as [THE SOUND OF A WORD], [SYLLABLE], [RHYME] or [PHONEME]. Each language requires its own set of these phonological concepts. Becoming literate involves learning to represent some of these concepts with special symbols appropriate to the language (DeFrancis 1989). [...] learning the pronunciation of a second language requires learning and using new signifiers, in other words, learning new ways of conceptualising the sound of speech. Learning these new concepts can be expected to be challenging, especially with heavily entrenched concepts of the native language already in existence.

Isto significa que a Fonologia Cognitiva trata os fonemas, sílabas, ritmo, entre outros aspectos, não como unidades da fala, mas como conceitos da fala. Assim, pode-se dizer que essa teoria não está preocupada meramente em descrever os sons da fala conforme a fonologia tradicional, o seu interesse é compreender o comportamento dos falantes, porque o comportamento é impelido pelos conceitos, e os conceitos e formação desses são o foco central da Fonologia Cognitiva (COUPER, 2009). Por conseguinte, a aprendizagem do som não pode ser independente do significado.

Uma vez que a conceptualização tem um papel fundamental na Gramática Cognitiva, conseqüentemente, na Fonologia Cognitiva, esta última considera os problemas referentes à produção oral de uma língua não como resultado de dificuldades na articulação dos sons: falta de conhecimento sobre como articular os sons, perda da habilidade para aprender a articular novos sons, ou a falta de músculos apropriados para produzir determinados sons (FRASER, 2001). Tais problemas teriam uma origem cognitiva em virtude de o indivíduo (aprendiz) não conseguir conceptualizar os sons apropriadamente, isto é, não conseguir discriminá-los, organizá-los na mente, e manipulá-los em consonância com o funcionamento e a estrutura do sistema fonético-fonológico da língua alvo. Para Fraser (2001, p. 23, tradução nossa<sup>62</sup>):

Entre o ouvido e a língua, surge a conceptualização. Nós subconscientemente pensamos nos sons que temos que produzir, desconstruindo-os e reconstruindo-os de acordo com nossos conceitos fonológicos. Fazemos isso até mesmo quando imitamos falantes de nossa própria língua. Se eu disser algo e pedir para você repeti-lo – você não o reproduzirá exatamente conforme eu declarei. Em vez disso, você o recriará de modo que seja equivalente em significado àquilo que declarei.

O modo como a mente é estruturada pode ser vista como um reflexo, em parte, da maneira como o mundo (incluindo nossa experiência sociocultural) é estruturado e organizado (EVANS; GREEN, 2006), logo os problemas no âmbito da produção oral de uma língua tratar-se-iam de uma questão de formação de conceito. Para Vygotsky (1986), o uso da palavra ou do signo e a influência sociocultural do meio em que estamos inseridos são fatores que atuam na formação do conceito. Fraser (2006) afirma ainda que mudar conceitos existentes é mais difícil do que formar novos conceitos, por isso os adultos apresentam mais dificuldades para produzir um som novo em comparação com as crianças, as quais ainda não têm uma concepção do mundo formada a partir de suas experiências sensorio-motoras com tal. Para a Fonologia Cognitiva, é preciso mudar os conceitos preestabelecidos para produzir um novo som. Em outras palavras, é necessário

---

62 Between the ear and the tongue comes conceptualisation. We subconsciously think about the sounds we have to produce, deconstructing them and reconstructing them according to our phonological concepts. We do this even when we imitate speakers of our own language. If I say something and ask you to repeat it - you don't reproduce it precisely as I said it. Rather you recreate it so that it is equivalent in meaning to what I said.

reconceptualizar aspectos segmentais e suprasegmentais para aprimorar a inteligibilidade (DABIC, 2010), ou melhor, para que haja uma interação comunicativa mais eficaz entre falante e ouvinte, pois é durante essa interação que o sentido é construído por ambos. Como os pontos cruciais da Fonologia Cognitiva são categorias, conceitos e formação de conceitos, esta teoria passou a ser aplicada no campo do ensino/aprendizagem de pronúncia e na formação docente (FRASER, 2000; BUCKLAND; FRASER, 2008; COUPER, 2006, 2009, 2012).

Neste sentido, é possível observar que a Fonologia Cognitiva é uma vertente que pode trazer relevantes contribuições para o campo dos estudos linguísticos em decorrência de conceber a aprendizagem de um som atrelado ao significado, o qual é construído com base nas experiências do falante com o mundo ao seu redor.

### **Considerações finais**

A Fonologia Cognitiva é um ramo da Gramática Cognitiva, que surgiu a partir dos trabalhos de Langacker (1987, 2007, 2008), Lakoff (1987, 1993) e Taylor (2002). Esta teoria postula que as habilidades cognitivas requeridas para a linguagem são semelhantes às usadas em outras tarefas cognitivas (COUPER, 2011).

De acordo com a Gramática Cognitiva, o significado é concebido como um conceito, que é definido como um princípio de categorização. Todavia, apesar de, na Fonologia Cognitiva, o princípio apresentar semelhanças com o da Gramática Cognitiva, a noção de categoria é mais sofisticada, isto é, o significante também passa a corresponder ao conceito do mesmo modo que o significado.

Para a Fonologia Cognitiva, fonemas, sílabas, ritmo, etc. devem ser concebidos como conceitos da fala. Dessa forma, esta teoria está preocupada em compreender o comportamento dos falantes, porque este é impelido pelos conceitos. Já que a aprendizagem do som é motivada pela formação de seu conceito, o som não pode ser aprendido independente do significado, o qual, por sua vez, é construído com base na experiência sociocultural do indivíduo com o mundo.

Diante disso, verifica-se que a Fonologia Cognitiva é um campo que pode trazer novas concepções e compreensões acerca da organização de um sistema fonológico de uma língua, assim como do processo de aquisição da mesma, independentemente de esta ser materna ou adicional. Ademais, é importante destacar que o desenvolvimento de pesquisas, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Fonologia Cognitiva, poderia trazer novas contribuições para a área dos estudos linguísticos no Brasil.

## Referências

ACHARD, M.; NIEMEIER, A. Cognitive linguistics, language acquisition, and pedagogy. In: ACHARD, M.; NIEMEIER, A. (Eds.). **Cognitive linguistics, second language acquisition, and foreign language teaching**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1-12.

BUCKLAND, C.; FRASER, H. Phonological literacy: preparing primary teachers for the challenge of a balanced approach to literacy education. **Australian Journal of Language and Literacy**, v. 31, n. 1, p. 59-73, 2008.

BYBEE, J. A view of phonology from a cognitive and functional perspective. **Cognitive Linguistics**, v. 5, p. 285-306, 1994.

BYBEE, J. **Phonology and language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CARREL, P. L.; GRABE, W. Reading. In: SCHMITT, Norbert (ed.). **An introduction to applied linguistics**. London: Hodder Education, 2010, p. 215-231.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

COUPER, G. Applying theories of language and learning to teaching pronunciation. In: REED, M.; LEVIS, J. M. (eds.). **The handbook of english pronunciation**. Malden/Oxford: Wiley Blackwell, 2015, p. 413-432.

COUPER, G. Investigations into pronunciation teaching. **Speak Out!**, Issue 44, p. 9-13, 2011.

COUPER, G. Teaching concepts of pronunciation: syllables, stress and drunk snails. **Speak Out!**, Issue 50, p. 46-50, 2014.

COUPER, G. **Teaching and learning L2 pronunciation**: understanding the effectiveness of socially constructed metalanguage and critical listening in terms of a cognitive phonology framework. 2009. 323 f. PhD Thesis, University of New England, Armidale, 2009.

COUPER, G. Teaching word stress: learning from learners' perceptions. **Tesol in Context**, S3, p. 1-15, 2012.

COUPER, G. The short and long-term effects of pronunciation instruction. *Prospect* 21(1), p. 46-66, 2006.

CROFT, W. **Radical construction grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DABIC, S. To teach or not to teach: pronunciation challenge in ESL. In: SHAFAEI, A. (Ed.). **Frontiers of language and teaching**: proceedings of the 2010 international online language conference. Boca Raton: Universal-Publishers, 2010, p. 20-29.

EVANS, V.; GREEN, M. **Cognitive linguistics**: an introduction. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

FRASER, H. Categories and concepts in phonology. In: SCHALLEY, A. C.; KHELENTZOS, D. (Eds.). **Mental states**: language and cognitive structure. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2007. p. 311-332.

FRASER, H. Cognitive theory as a tool for teaching second language pronunciation. In: KNOP, S. De; BOERS, F.; RYCKER, T. D. (Eds.). **Fostering language teaching efficiency through cognitive linguistics**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2010. p. 357-379.

FRASER, H. **Coordinating improvements in pronunciation teaching for adult learners of english as a second language**. Canberra: DETYA (ANTA Innovative Project), 2000.

FRASER, H. Helping teachers help students with pronunciation: a cognitive approach. **Prospect**, v. 21, n. 1, p. 80-96, 2006.

FRASER, H. **Teaching pronunciation**: a handbook for teachers and trainers: three frameworks for an integrated approach. Canberra: Department of Education Training and Youth Affairs (DETYA), 2001.

GOLDBERG, A. **Construction grammar**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.



LAKOFF, G. Cognitive Phonology. In: GOLDSMITH, J. (Ed.). **The last phonological rule: reflections on constraints and derivations**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1993. p. 117-145.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. W. **Cognitive grammar: an introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. W. Cognitive grammar. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Eds.). **The oxford handbook of cognitive linguistics**. Oxford/ New York: Oxford University Press, 2007. p. 421-462.

LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites**. v. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987.

TAYLOR, J. R. **Cognitive grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

VÄLIMAA-BLUM, R. **Cognitive phonology in construction grammar: analytic tools for students of English**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **Thought and language**. Tradução e edição de Alex Kozulin. Cambridge/Massachusetts: MIT Press, 1986.

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:** ROSA, Eliane Nowinski da. Fonologia cognitiva. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 85-97, 2018. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v15i2.2053>

**Submetido em:** 15/10/2017 | **Aceito em:** 25/07/2018

---

# TEORIA ENUNCIATIVA DE BENVENISTE E SEMIÓTICA DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DE TEXTOS

*Benveniste's enunciative theory and discursive semiotics:  
contributions for the analysis of texts*

Jorge Gabriel SARTINI POPOFF<sup>63</sup>

Arnaldo CORTINA<sup>64</sup>

**Resumo** | Este artigo propõe examinar alguns conceitos inerentes à teoria enunciativa de Émile Benveniste com o intuito de observar como foram importantes para o desenvolvimento do nível discursivo do percurso gerativo do sentido na análise semiótica de textos. Pretende-se, para tanto, descrever os conceitos propostos pelo referido autor, no que diz respeito à enunciação, e verificar seus desdobramentos na proposta da semiótica discursiva. Com o intuito de observar, por fim, a questão da enunciação a partir dos desenvolvimentos implementados pela semiótica, será apresentada uma breve análise de um texto da revista *Gazelle*, que faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o tema.

**Palavras-chave** | Enunciação. Enunciado. Discurso. Texto. Análise.

**Abstract** | This article proposes to examine some concepts inherent to Émile Benveniste's enunciative theory in order to observe how they were important for the development of the discursive level of the proposal of the generative process of meaning in semiotics for the analysis of texts. In order to do so, it is intended to describe the concepts proposed by the aforementioned author with regard to the issue of enunciation and to verify the unfolding of the proposal of discursive semiotics. In order to observe, finally, the issue of enunciation from the developments implemented by semiotics, a brief analysis of a text of the journal *Gazelle*, which is part of a broader research on the subject, will be presented.

**Keywords** | Enunciation. Enunciate. Discourse. Text. Analysis.

---

63 Sartini Popoff. UNESP. Endereço eletrônico: [popoff2006@hotmail.com](mailto:popoff2006@hotmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9602-1217>.

64 Cortina. UNESP. Endereço eletrônico: [arnaldo.cortina@unesp.br](mailto:arnaldo.cortina@unesp.br). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9404-8352>

## Introdução

Examinar um objeto pelo olhar de uma teoria significa depreender um resultado particular ao seu escopo de análise. Ao fornecer as bases da Linguística moderna, Saussure (1980) já apontara para essa natureza epistemológica inerente às ciências, quando discutiu o fato de o ponto de vista preceder o objeto analisado. Para ele, o fenômeno da linguagem, multiforme e heteróclito, encontra homogeneidade na língua, estruturada enquanto sistema de valor, em que o sistema de signos se organiza. Esse postulado, que tem como ponto de partida o exame da dupla face do signo – seu significado e seu significante –, tem lugar nas dicotomias próprias dessa escolha (diacronia e sincronia, sociabilidade e individualidade, etc.).

Colocar em relevo a língua, no entanto, levou os herdeiros da linguística saussureana a deixarem de lado a dimensão subjetiva, a intersubjetiva e o agenciamento do sistema concreto dos signos. Passado um certo tempo, as teorias enunciativas voltaram-se para o individual e o atualizável da língua para desenvolverem seu conteúdo epistemológico.

Na esteira dessa reflexão, a escolha teórica deste trabalho no quadro das teorias enunciativas pretende considerar o fenômeno da enunciação como uma manifestação não-repetível da linguagem. Em se tratando especificamente da teoria de Émile Benveniste, implica, portanto, considerar que a enunciação é entendida como *um ato individual e atualizável* da língua, na sua dimensão oral e escrita, sendo o enunciado o produto do agenciamento dos signos na instância própria do discurso (COSTA e SILVA; ENDRUWEIT, 2011).

Se a língua é sempre atualizada nos diferentes usos que realizam seus interlocutores, cada enunciado será cada vez único e irrepitível, o que corresponde, no entanto, a um problema em se tratando de pensar um método para a teoria de Benveniste, uma vez que esse autor analisou o fenômeno da enunciação sem sistematizar *a priori* uma metodologia de análise de suas manifestações em textos, ficando a cargo da semiótica, por exemplo, definir um percurso que abordasse a significação no espectro da enunciação nos enunciados.

Nosso objetivo aqui será examinar como Émile Benveniste trata algumas questões centrais da enunciação e observar como a semiótica discursiva, oriunda dos trabalhos de Algirdas Julien Greimas, desenvolve essa questão para investigar a produção de sentido do texto.

## Teoria da Enunciação de Benveniste

A questão da enunciação linguística aparece dividida em um conjunto de ensaios reunidos durante quatro décadas no volume *Princípios de Linguística Geral*. Embora seja possível examinar os aspectos que Benveniste levanta sobre a enunciação em momentos distintos de sua teoria<sup>65</sup>, procuraremos aqui unificar suas preocupações teóricas em torno da enunciação, para que esse levantamento possa servir de base para o que apresentaremos a respeito das teorias que tratam posteriormente desse mesmo problema.

Começemos por examinar primeiramente a teoria de Benveniste enquanto *teoria da intersubjetividade*, pois sua problemática envolve a natureza dos pronomes no processo de subjetividade<sup>66</sup>, em que as marcas de pessoa *eu-tu* são tidas como constitutivas da linguagem e de sua produção. Entende-se produção a partir do ponto em que tais marcas são mobilizadas segundo o estatuto do locutor que se instaura na linguagem, fazendo-se sujeito. Para Benveniste (2015, p. 286), a subjetividade “não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo status linguístico da pessoa”.

Outras ciências e outras teorias, tais como a fenomenologia e a psicologia a que Benveniste (2015) faz menção, tomaram como referência de seus pressupostos a constituição do sujeito. Em seus trabalhos, porém, Benveniste aproxima a faculdade da linguagem da formação simbólica da consciência, dado que se revela diante da natureza imaterial de que são resultantes a língua e seus constituintes. A linguagem atravessa o homem e suas relações com outros homens, na medida em que, por meio da linguagem, ele se assume sujeito diante de outro sujeito. É dessa maneira que Benveniste concebe todas as línguas enquanto linguagem, uma vez que a subjetividade e a intersubjetividade são atributos do fenômeno de todas elas.

Nesse sentido, a constituição da natureza dos pronomes a partir da noção de pessoa ganha importância na teoria de Benveniste, pois é por meio dos pronomes que se identificam os constituintes axiais que permitem o fenômeno da enunciação. O *Eu* perfaz o trajeto da manifestação da língua por meio do constituinte linguístico *eu*, que se assume na instância do discurso, pressupondo o *tu* na enunciação. Desse modo, a produção dos enunciados só se faz por meio da relação necessária entre *eu* e *tu*.

---

65 Flores (2013) divide a obra de Benveniste em três momentos distintos de sua teoria: o primeiro diz respeito à questão da pessoa e da não-pessoa; o segundo corresponde a distinção entre a semiótica e a semântica do uso da língua; o terceiro discute a noção do aparelho formal da enunciação.

66 Problemas explorados nos capítulos intitulados “Da subjetividade da linguagem” e “A natureza dos pronomes” do livro *Princípios de Linguística Geral*.

A partir dessa relação estabelecida entre *eu* e *tu*, Benveniste estabelece que o *ele* corresponde à não-pessoa, uma vez que nele não reside a troca intercambiável e necessária presente em *eu-tu*, que permite o fenômeno da enunciação. Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste (2015, p. 252) diferencia a terceira pessoa do caráter intrínseco entre “pessoa” e “sujeito”, em que o *ele* aparece nas formas flexionais dos verbos em terceira pessoa para tratar de fenômenos, cuja produção não se reporta a um “agente”.

Não sendo uma forma marcada da correlação entre pessoas, a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a si mesmas (BENVENISTE, 2015). É por essa razão, segundo o autor, que a não-pessoa pode combinar-se com qualquer referência de objeto, comportar um número bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas e não ser compatível com o paradigma do *aqui* e do *agora*.

Essas considerações de Benveniste explicam, por exemplo, o fenômeno da dêixis, responsável pela retomada de elementos na instância da enunciação a partir da perspectiva dos sujeitos locutor e alocutário, ao mesmo tempo em que o fenômeno da anáfora e o da catáfora retomam elementos intratextuais ao longo dos enunciados.

De acordo com Greimas e Courtés (2008, p. 166), a perspectiva de Benveniste para o tratamento da enunciação toma esse conceito enquanto uma “estrutura não-linguística (referencial) que subtende à comunicação linguística”, uma vez que está voltada para a situação de comunicação. Essas considerações de Benveniste foram importantes para a semiótica refletir a presença do sujeito em seu modelo teórico-metodológico, que estava, até então, apagada. A importância da visão benvenistiana sobre a produção da linguagem vai ser responsável pela organização da metodologia da semiótica, pois fornecerá bases mais sólidas para a consecução do nível discursivo do percurso gerativo de sentido. Ocorre, porém, que, na visão da semiótica pensada por Greimas e seu grupo de pesquisadores, a enunciação deve ser entendida, distintamente da de Benveniste, como “uma instância linguística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que dela contém traços e marcas)” (GREIMAS; COURTÉS: 2008, p. 166). Isso decorre do fato de que, “sendo o enunciado considerado o resultado alcançado pela enunciação, esta aparece como a instância de mediação, que assegura a colocação em enunciado-discurso das virtualidades da língua” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 166).

A partir da apresentação dos conceitos elementares e norteadores da visão sobre a enunciação em Benveniste, cabe examinar, no próximo item, os princípios da semiótica discursiva com o objetivo de explicitar o tratamento proposto por ela para a abordagem da enunciação no discurso para, posteriormente, examinarmos alguns elementos desse processo num texto específico.

## Semiótica discursiva oriunda dos trabalhos de Algirdas Julien Greimas

Tendo sido publicado em 1966 por Greimas, *Sémantique Structurale* deu início a uma série de reflexões sobre a perspectiva dos estudos semióticos que se ramificaram em várias outras vertentes voltadas não só para a questão da linguagem verbal, mas também para a de diversas outras linguagens, a partir da natureza semiótica de seus objetos em particular.

Em seu início, por sua filiação ao projeto estruturalista que se preocupava com a descrição formal da constituição da significação, o modelo semiótico pensado por Greimas não se preocupou com a manifestação da subjetividade e procurou desenvolver o projeto gerativo da constituição do discurso, desenvolvendo, de forma mais destacada, os elementos dos níveis fundamental e narrativo, deixando o nível discursivo para ser desenvolvido de forma mais completa posteriormente.

Ao se voltar para os elementos constituintes do nível discursivo de sua proposta para o percurso gerativo de sentido, Greimas e seu grupo debruçaram-se sobre os estudos empreendidos por Benveniste e, a partir desse fato, inseriram a questão da subjetividade no modelo semiótico em desenvolvimento, ressaltando que esse sujeito era uma instância de linguagem projetada pela enunciação e não correspondia exatamente ao sujeito em carne e osso presente, por exemplo, no processo interlocutivo de uma relação dialógica.

Tanto a semiótica quanto a teoria enunciativa de Benveniste, por sua vez, exploram o aspecto do uso deixado de lado por Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*. Seguindo a esteira de Saussure para explicar o funcionamento da linguagem em Benveniste, é possível observar neste último autor que o fenômeno da enunciação depende de um paradigma referente ao sistema, posto em uso no eixo sintagmático, em que o *eu* é eixo da engrenagem do seu aparelho formal, uma vez que a enunciação “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. O discurso [...] é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciador, que é o nosso objeto” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

O discurso, para Benveniste, é um processo gerenciado por essa relação do uso da linguagem que possibilita a significação. Nesse sentido, Benveniste postula que há dois aspectos a partir dos quais esse processo pode ser examinado: a realização vocal da língua, que é a mais perceptível e direta, seguida pelo seu mecanismo de produção. No entanto, era difícil à altura de sua abordagem sobre o aparelho formal da enunciação, pensar como o mecanismo de produção de sentido se formava em palavras e em que termos descrever a interação entre ambos, formando discursos. O que ele aponta, porém, é a pista de que a enunciação, que “supõe a conversão individual da língua em discurso”, pudesse conduzir ao que ele chamaria de “teoria do signo” e de “análise da significância” (BENVENISTE, 1989, p. 82-83). Dessa forma, o sentido estaria então definido em um

quadro de realização, a partir de métodos que identificassem o percurso de sua formação e de sua manifestação. Saberíamos então, mais tarde que uma semiótica discursiva estaria por vir com Greimas e seu percurso gerativo de sentido.

O percurso gerativo de sentido permite, por meio da semiose que é resultante da manifestação dos enunciados, rever o trajeto da significação. O percurso é compreendido, assim, como um simulacro metodológico das abstrações que o leitor faz ao ler o texto (BARROS, 1990). Segundo Greimas, que se vale, conforme já afirmamos anteriormente, das contribuições de Benveniste para pensar o nível discursivo do percurso gerativo do sentido proposto por sua semiótica, o texto é o produto do processo discursivo, em que a significação corresponde a um construto produzido em diferentes instâncias. Nesse sentido, o texto corresponde ao objeto central das propostas da semiótica discursiva, uma vez que, tanto para a semiótica quanto para a teoria enunciativa de Benveniste, todo enunciado consiste na manifestação resultante do uso do aparelho formal da linguagem, cujo sentido é resultante de seu uso individual e cada vez único.

O percurso gerativo do sentido, conforme já apontado, é constituído por três níveis, o fundamental, o narrativo e o discursivo, entendidos esses patamares como aqueles que vão do nível mais abstrato ao mais concreto. O nível fundamental é mais constante em relação ao nível narrativo que, por sua vez, também o é em relação ao nível discursivo. Este último constitui-se na realização do conteúdo manifestado no texto, razão pela qual temos a singularidade cada vez única dos conteúdos expressos no último nível.

A enunciação é uma instância de mediação que assegura a discursivização da língua, que permite a passagem da competência à performance, das estruturas semióticas virtuais às estruturas realizadas sob forma de discurso. Percorrendo as marcas deixadas nos enunciados, chegamos à instância da enunciação deles pressuposta. O enunciado frequentemente comporta elementos que remetem à instância da enunciação, tal como demonstrativos, pronomes pessoais, adjetivos e advérbios, dêiticos espaciais e temporais que podem ser orientados por duas diferentes formas de manifestação. Quando forem explicitados, produzem uma debreagem enunciativa; quando estiverem apagados, uma debreagem enunciva. Pode ainda ocorrer o processo de neutralização dos elementos dêiticos, o que corresponderá, segundo a teoria semiótica discursiva, à embreagem, que também pode ser enunciativa ou enunciva.

Uma vez que nos textos enunciativos e enuncivos são observados os mecanismos de instauração de pessoa, de espaço e de tempo no enunciado, sempre que esse discurso manifesta as instâncias do *eu*, do *aqui* e do *agora* ocorre a chamada debreagem enunciativa, enquanto a debreagem enunciva é aquela que remete às instâncias do não-eu (*ele*), do não-aqui (*lá*) e do não-agora (*então*). Quanto à embreagem, na medida em que consiste no efeito de retorno à enunciação, produzido pela neutralização das categorias de pessoa, espaço e tempo, pode ocorrer o uso do *ele* no lugar do *eu*, do *lá* no lugar do

*aqui, do então no lugar do agora, ou vice-versa, o que irá corresponder à embreagem enunciativa ou enunciva.*

Descritos, de modo geral, os preceitos fundamentais da teoria enunciativa de Benveniste e a maneira como a semiótica discursiva incorpora a questão no nível discursivo de seu percurso gerativo do sentido, podemos passar ao tópico seguinte, em que procuraremos esboçar a análise de um texto com base na descrição teórica aqui delineada.

### **Análise da Matéria Ma France à moi!**

Tomemos o relato abaixo reproduzido da subseção Ma France à moi!, da revista *Gazelle*, número 56, traduzido por nós para o português. Trata-se de uma matéria sobre a identidade franco-magrebina, com relatos de pessoas que vêm dos países do norte da África, ou de franceses que têm ascendência marroquina, argelina e tunisiana.

Aya, 34 anos, doméstica, duas crianças, em Abu Dhabi: “Minha França é aquela da periferia do sul de Paris, de onde tenho boas lembranças de infância, em Grigny, ou em Savigny-sur-Orge. Minha França é aquela onde minha mãe des preocupada nos deixava ir sozinhos buscar pão ou ir à biblioteca do bairro. Aquela onde nós quase não distinguíamos a origem ou a religião de nossos amigos, aquela onde tínhamos bons professores, onde a gente passava nosso tempo brincando e rindo. Era uma França onde tínhamos muitos francos nos nossos cofrinhos. ‘Sinto saudade de você!’ Dessa França que, infelizmente, penso nunca mais encontrarei. Há dois anos, vivo nos Emirados Árabes, em Abu Dhabi. Não me vejo educando minhas duas crianças nessa França que se degradou enormemente nesses últimos anos e onde a liberdade de culto é uma ilusão. Aqui, tenho a impressão de reencontrar certos valores que conheci mais jovem: o respeito aos outros, a tolerância, a solidariedade. Aqui, a vida é bem melhor, longe do *metro/boulot/dodo*. Temos tempo para viver, ver nossas crianças crescerem, oferecer a elas uma boa qualidade de vida, e tudo isso sob o sol. Mas o que aprecio antes de tudo é o casamento entre o Oriente e o Ocidente. Aqui, todas as confissões têm representatividade, cada um é livre para praticar seu culto, respeitando a tradição muçulmana.” (GAZELLE, 2014, p. 74, tradução nossa)<sup>67</sup>

O relato acima é de uma mãe de ascendência árabe, que vivera os tempos de infância na França, mais especificamente nas comunas de Grigny e de Savigny-sur-Orge.

---

<sup>67</sup> Aya, 34 ans, mère au foyer, mariée, 2 enfants, Abu Dhabi. Ma France, ma très chère France, c’est celle dans la banlieue sud de Paris où j’ai des très bons souvenirs d’enfance à Grigny ou à Savigny-sur-Orge. Ma France, celle où ma maman insouciant nous laissait seuls, aller chercher le pain ou aller à la bibliothèque du quartier. Celle où nous ne distinguons guère l’origine ou la religion des nos amis, celle où nous avons de très bons profs. Où



A tradição pede que façamos o percurso canônico dos níveis, ou seja, o percurso que vai do nível fundamental e narrativo, os mais abstratos, ao nível discursivo, mais concreto. No entanto, a análise pode começar em qualquer um dos níveis ou mesmo ficar em apenas um deles. No nosso caso, começaremos pelo nível discursivo do percurso.

Todos os níveis do percurso gerativo do sentido proposto pela semiótica discursiva possuem uma sintaxe e uma semântica que se complementam. Aquela corresponde ao conjunto de mecanismos que ordena os conteúdos; esta, aos conteúdos que são investidos nos arranjos sintáticos. Na sintaxe e na semântica discursivas, o sujeito faz uma série de escolhas de pessoa, de tempo e de espaço, revestidas de figuras e de temas. Daí o nível discursivo ser complexo, pois se trata de uma variância dos níveis narrativo e fundamental, que são, por sua vez, mais constantes e abstratos em relação àquele nível.

No texto intitulado *As relações de tempo no verbo francês* (1995), Benveniste faz uma distinção entre o uso do *passé simple* e do *passé composé* em textos que remetem a uma anterioridade do nível da história e do discurso. No texto que traduzimos, não é possível localizar tal distinção, posto que, no português, não há marcas do *anterior perfeito* e do *anterior aoristo*, que Benveniste destaca e que atribui como pertinente à estrutura do verbo francês. Sendo o relato de Aya uma transposição do francês para o português, o tempo do verbo em francês remete à instância da enunciação própria do *passé composé*, que denota o uso da oralidade, revelando marcas da enunciação no enunciado.

Ainda que pelo tempo verbal no português não seja possível identificar esse aspecto enunciativo, os conceitos de debreagem e embreagem permitem, no entanto, realizar o percurso que chega à enunciação enunciada por meio de outras marcas que os interlocutores do discurso deixam ao enunciar.

Dessa forma, no texto que transcrevemos, temos a princípio uma debreagem enunciativa de pessoa, devido à recorrência de adjetivos pronominais que marcam a presença do sujeito no enunciado. Essa debreagem instaura, por sua vez, a debreagem enunciativa de tempo e de espaço, graças às inflexões do verbo no imperfeito e no pretérito perfeito, criando o efeito de um passado distante. A categoria de espaço, que tem como referente a França, é resgatada anaforicamente pelo pronome “aquela”, que, quando retoma o referente anterior do texto, agrega-lhe mais atributos.

---

l'on passait notre temps à jouer et rire. Une France où nous avons beaucoup de Francs dans nos tirelires. « Tu me manques ! » Cette France que, malheureusement, je pense ne jamais retrouver. Depuis deux ans, je vis aux Emirats Arabes Unis, à Abu Dhabi. Je ne me voyais pas éduquer mes deux enfants dans cette France qui c'est énormément dégradée ces dernières années et où la liberté de culte est un leurre. Ici, j'ai comme la impression de retrouver certains valeurs que j'ai connues plus jeune : le respect des autres, la tolérance, la solidarité. Ici, la vie est bien meilleure, loin du métro/boulot/dodo. On prend le temps de vivre, de voir ses enfants grandir, de leur offrir une très bonne qualité de vie, et tout ça sous le soleil. Mais ce que j'ai apprécié avant tout, c'est le mariage entre l'Orient et l'Occident. Ici, toutes les confessions sont représentées, chacun est libre de pratiquer son culte, tout en respectant la tradition musulmane.

Temos, assim, a presença dos pronomes possessivos e dos verbos em primeira pessoa que revestem de subjetividade a França dos primeiros tempos da infância do sujeito Aya, ator da enunciação. A França é o lugar particular dessa infância, que a encerra em um passado distante, evocado, no entanto, na presente instância da enunciação, e que cria, ao mesmo tempo, uma dada cena enunciativa, por meio da potência da língua em criar universos abstratos com base no vivido, recriado pela enunciação.

Após a partida de Aya, instaura-se uma outra cena enunciativa, em que são engendradas as debreagens enunciativas de tempo e espaço. É quando temos uma guinada do enuncivo ao enunciativo, perpetrados pelos demonstrativos “aquele” e “esse”. Por meio dessas marcas da língua, Aya aproxima a França do ponto de referência em que ela se situa, processo que a debreagem enunciativa de espaço permite instaurar. *Essa* França, diferente *daquela* de sua infância, é o país no qual ela não quer que suas crianças sejam educadas. Tal diferença é reforçada pelas inflexões dos verbos no presente do indicativo.

Após relatar sua experiência de infância, o sujeito enunciador remete a cena ao *aqui* do seu ponto de referência. Temos pois uma gradação que vai da debreagem enunciva à enunciativa, quando Aya diz: “Aqui, a vida é bem melhor, longe do *metro/boulot/dodo*. Temos tempo para viver, ver nossas crianças crescerem, oferecer a elas uma boa qualidade de vida, e tudo isso sob o sol”<sup>68</sup>. O *aqui* remete ao espaço concomitante do sujeito locutor, em que os verbos no presente, flexionados na primeira pessoa do plural, predominam. Temos então uma predominância actorial, temporal e espacial que instauram a debreagem enunciativa.

Até aqui tratamos tão somente da sintaxe do nível discursivo, visto que nesse aspecto residem questões teóricas caras para o intuito deste artigo. Retomar todos os patamares dos níveis do percurso gerativo requereria passar o texto analisado pelo crivo da semiótica discursiva, tangenciando a teoria enunciativa de Benveniste. Podemos, no entanto, fazer uma análise resumida do texto, abordando brevemente todos os níveis, sem ir além de nosso objetivo.

Na semântica do nível discursivo são identificados temas e figuras, cujo conjunto garante a figurativização e a tematização. Na primeira, as figuras do conteúdo recobrem os percursos temáticos abstratos, revestindo-os de elementos sensoriais retirados do “mundo natural”. Já a tematização garante à leitura do texto a depreensão de traços semânticos ou semas que implicam valores abstratos organizados em percursos. Aya é o enunciador que reveste a França como o espaço em que circulam o pão, a biblioteca, a escola com bons professores, os francos no cofrinho. Esse processo de constituição das figuras é responsável por estabelecer o “contrato de veridicção”, ou contrato fiduciário, entre o enunciador e o

---

68 Ici, la vie est bien meilleure, loin du métro/boulot/dodo. On prend le temps de vivre, de voir ses enfants grandir, de leur offrir une très bonne qualité de vie, et tout ça sous le soleil.

enunciatório, estabelecido pelo fazer-creer e pelo creer. Esse contrato depende justamente dos liames estabelecidos entre as figuras referentes ao mundo, retomadas no discurso. Ora, o fato de Aya ser uma muçulmana, nascida e criada na França, e de ter encontrado, posteriormente, segurança em Abu Dhabi, que correspondem a locais ligados à realidade do mundo, produz o efeito de realidade no texto enunciado.

Além disso, a própria composição do texto relato, que instala o ator Aya no enunciado, garante esse efeito, visto que o sujeito enunciador delega a ele voz em primeira pessoa, como se o ator instalado dialogasse com o leitor diretamente. É o enunciador da revista *Gazelle* que, por sua vez, seleciona o ator e sua voz, aproximando o leitor/enunciário da imagem de Aya e dos valores por ela transmitidos. Aya não só é um ator do enunciado, mas, sendo exposta, reflete o público-alvo da revista: a mulher muçulmana, de ascendência magrebina, que procura seu lugar em um mundo cindido entre o Oriente e o Ocidente, com prevalência de valores deste último. Estabelece-se um contrato fiduciário pressuposto entre enunciador e enunciário, que subsume uma estratégia editorial que dialoga com a identidade do público-alvo a quem a revista visa, identidade essa reforçada pelo efeito de proximidade das marcas da enunciação deixadas no enunciado.

As características desse percurso são ancoradas pela sintaxe e pela semântica do nível narrativo. Na sintaxe desse nível, pretende-se tecer um simulacro do percurso do fazer do homem que transforma o mundo por meio de um aparato metodológico próprio a esse nível. Assim, temos enunciados de estado em que o sujeito ator do enunciado Aya encontra-se em junção com os objetos valor “pão”, “religião”, “bons professores” e “francos”. Em outro momento, encontramos enunciados de fazer, em que “essa França” é sujeito que transforma o sujeito “Aya”, que é privado dos objetos-valor de sua infância. Aqui o sujeito se encontra em disjunção com tais objetos-valor, que só lhe são devolvidos pela instalação de um outro sujeito, “Abu Dhabi”. Este devolve não somente a Aya, mas a seus filhos, os objetos-valor da educação, da qualidade de vida, do casamento entre Oriente e Ocidente e do respeito à tradição muçulmana. Como se pode ver, esse nível estabelece programas narrativos dos sujeitos de fazer e de estado, em que França e Abu Dhabi são, por sua vez, os sujeitos destinadores de objetos aos destinatários do percurso narrativo do sujeito Aya.

De acordo com Barros (1990, p. 42), na semântica narrativa, os elementos semânticos decorrentes da modalização e das paixões do sujeito são selecionados e relacionados. Identificamos a modalização do fazer geralmente com o destinador, que transforma o sujeito-destinatário do enunciado, fazendo-fazer, isto é, fazendo-o agir de acordo com os objetos modais que lhe são doados. O sujeito, por sua vez, transforma-se de acordo com as modalidades do querer, do saber, do dever e do poder.

Tomemos por exemplo a última parte do relato, em que Aya se diz residente em Abu Dhabi. Essa cidade, em comparação com a França que ela evoca, é aquela que permite viver em consonância com os valores da liberdade de culto, com a tolerância e com o sincretismo cultural oriental e ocidental. Esses valores para ela são objetos-valor que subsumem objetos modais, por exemplo, quanto à sua vontade de criar as crianças. Enquanto mãe, ela é competente, isto é, ela sabe-fazer. Somente com a sanção do destinador Abu Dhabi é que ela pode-fazer, ou seja, que ela pode cuidar de seus filhos. O destinador aqui permite que Aya passe da competência à performance – ela sabe cuidar e ela pode cuidar.

As paixões, no entanto, são decorrentes do arranjo modal e das estruturas narrativas que caracterizam e denominam os estados de alma. Sem que percorramos os programas narrativos, podemos inferir que a frustração por parte de Aya decorre do fato de acreditar que os objetos-valor da liberdade e da tolerância na França são privados dela e de seus filhos. Nessa França, diz ela, “a liberdade é uma ilusão”.

Por fim, chegamos ao nível elementar do percurso, em que são definidas as oposições semânticas. Essas oposições baseiam-se em relações categoriais de euforia e disforia. Aqui é onde se dão os eixos da contradição, da contrariedade e da complementaridade que arquitetam o quadrado semiótico. No relato de Aya, observamos que a liberdade é euforizada na sua infância. Enquanto mãe muçulmana, a liberdade só é possível em Abu Dhabi. Da França aos Emirados Árabes Unidos, da infância ao crescimento, observamos uma micro-narrativa, em que o sujeito Aya sai do eixo da dominação, passa pela não-dominação, culminando na liberdade. A partir do momento em que o enunciado é produzido pelo sujeito, portanto, a França assume um valor disfórico, negativo, enquanto Abu Dhabi, um valor eufórico, positivo. Um corresponde à projeção da opressão; o outro, ao da liberdade.

O percurso gerativo de sentido garante, enquanto simulacro metodológico, uma leitura interpretativa fechada e imanente às propriedades internas do texto. A partir delas e de seu agenciamento nos diferentes níveis em que se organiza o percurso gerativo de sentido, podemos fazer escolhas temáticas que se depreendem desse processo. Um dos temas é o do exílio da pátria. No poema de Gonçalves Dias, *Canção do Exílio*, o eu-lírico exilado enaltece as belezas naturais de sua terra natal, impregnando-a de subjetividade, no jogo entre o *lá* da pátria amada, e o *cá* do exílio. Aya faz o mesmo ao euforizar os elementos da França de sua infância, mas disforizando-os, em seguida, quando remete ao momento presente. Assim, tanto no poema quanto no relato temos valores melhorativos ou depreciativos da marca do sujeito da enunciação sobre seus referentes da debragem enuncia temporal e espacial.

Levando em consideração a leitura que fizemos, podemos enfim comparar o tema a outros textos extrínsecos, dando suporte à leitura temática. O exílio é uma realidade no contexto familiar muçulmano, em que as famílias entram em países europeus e saem

deles sob o estigma da imigração e do não pertencimento ao território que resiste em acolhê-los. O relato de Aya remete a esforços de imigrantes muçulmanos que tentam se adaptar ao contexto global ocidental, sem abandonar os valores da tradição islâmica, como o descreve Tariq Ramadan (2015, p. 352, tradução nossa):

Até agora, no Ocidente, os muçulmanos que gostariam de permanecer fiéis a seus princípios estão evidentemente “em pane”, condenados a se trair ou a se marginalizar. Voluntariamente ou não, eles poderão ser somente auxiliados no plano econômico e financeiro. Eles, cuja responsabilidade primeira estaria no coração do sistema ao proporem “outra coisa”, veem-se constrangidos à demissão, ou a sonhar, como alguns afirmam, com a iminente implosão do sistema “por si mesmo”, “do interior”.<sup>69</sup>

É importante ainda considerar uma questão determinante para o processo de compreensão do texto examinado aqui neste trabalho. Trata-se do fato de ele estar inserido numa revista cujo enunciatário consiste na projeção da imagem de um sujeito franco-magrebino muçulmano. O fato de Aya, no texto aqui destacado, opor a França aos Emirados Árabes Unidos, caracterizando o primeiro espaço como o da opressão e o segundo o da liberdade, reflete o pensamento desse sujeito a quem a revista se dirige e, ao mesmo tempo, ao do próprio enunciatário. Para tanto, torna-se necessário observar como se constitui esse suporte de comunicação que corresponde à revista.

*Gazelle* caracteriza-se como uma revista feminina de variedades que inclui moda, culinária, comportamento, etc., da mesma forma que outras revistas existentes, tal como a francesa *Elle*. Diferentemente desta que se volta para a mulher ocidental, europeia ou americana, *Gazelle* identifica-se com um público feminino específico, fato identificado pelo próprio subtítulo da revista, que aparece acima de seu nome em sua capa: “A revista da mulher magrebina”<sup>70</sup> (conforme anexo 1).

Tendo em vista a colonização francesa ocorrida na África, durante os séculos XIX e XX, principalmente na Argélia e na Tunísia, que fazem parte da região do Magrebe, houve uma migração de parte dessa população para o território francês, principalmente para as comunas em volta de Paris. Em decorrência dessa afluência de imigrantes, a França viveu, e ainda vive, um conturbado processo político, que se intensifica com o choque cultural, tendo em vista o fato de que os povos magrebinos seguem a orientação religiosa islâmica, que mantém uma relação estreita com o regime político, distinta da tradição religiosa

---

69 A ce jour, en Occident, les musulmans qui aimeraient rester fidèles à leurs principes sont clairement ‘en panne’ : condamnés à se trahir ou à se marginaliser. A terme, volontairement ou non, ils ne pourront être, sur le plan économique ou financier, que des assistés : eux dont responsabilité première était, au cœur du système, de proposer ‘autre chose’ se voient contraints à la démission ou à rêver, comme certains l’affirment en se rassurant, l’imminente implosion du système, « par lui-même », « de l’intérieur ».

70 *Le magazine de la femme maghrébine*

católica do povo francês, que opta por uma condução laica para a formulação de política social. Nesse sentido, a proposta da *Gazelle* está voltada para um problema de identidade do povo magrebino que vive em território francês e que se sente marginalizado, uma vez que seus hábitos e sua religião não são aceitos pela população e pela política francesa. Em decorrência disso, muitos acabam voltando para seu local de origem, como é o caso da Aya, a enunciativa do texto aqui examinado. A afirmação do discurso da revista é, assim, a construção da identidade magrebina.

O que se pretende afirmar, portanto, é que o sujeito enunciativo do texto destacado enuncia o ponto de vista da revista e do público a que ela se dirige. Assim, por trás da voz de um enunciativo específico, o caso do sujeito Aya, no texto em exame, há um outro enunciativo que fala, qual seja, a editoria de *Gazelle*, que, por sua vez, coloca-se como porta-voz da identidade do povo magrebino em relação ao povo francês.

Cabe examinar também, para identificar de forma mais precisa o enunciado, que ele está inserido em um espaço específico no todo que compõe o enunciado da revista. O texto de Aya aqui examinado aparece em uma subseção da revista, intitulada *Ma France à moi!*, que, traduzido de forma livre, não literal, significaria algo próximo a “A imagem que tenho da França”. Essa subseção está no interior de um conjunto de textos que compõem a seção intitulada *Bien être et psycho* (Bem-estar e psicologia). Assim, o número da revista *Gazelle* do qual foi selecionado o texto para análise é composto por seis seções, intituladas da seguinte forma: *Actus; Mode & Beauté; Bien être et psycho; Amour et mariage; Grossesse & enfants; Loisir & découverte*.

A subseção *Ma France à moi!*, que se inicia na página 74 da revista (conforme anexo 2), tem como foto de fundo duas modelos com sorrisos estampados em seus rostos colados um ao outro, o que denota a intensificação da proximidade, em que se podem identificar os fenótipos da mulher francesa e da mulher magrebina. A garota francesa, do lado esquerdo da página, tem a bandeira da Argélia pintada no lado direito de seu rosto; a garota magrebina, do lado direito, tem a bandeira da França pintada no lado esquerdo de seu rosto. Uma vez mais se pode identificar, na imagem das duas modelos que se tocam, uma mensagem de harmonia e de identidade, em que não se marca a distinção entre o nacional e o estrangeiro, qual seja, uma oposição entre o francês e o magrebino.

O texto de Aya aparece na parte inferior da página 74, mas não é o único a tratar do mesmo tema, pois é seguido por mais outros três. O segundo e o terceiro estão lado a lado na parte superior da página 75 e o quarto, na parte inferior. Entre os dois primeiros e o último aparecem em destaque, em cor azul, várias frases atribuídas a pessoas não identificadas que reforçam a imagem particular de cada um sobre a França.

Dentre os quatro textos reproduzidos nas páginas 74 e 75 da revista, o de Aya e o de Farid reportam-se a uma França positiva no passado e negativa no presente; o de Emel e o de Assia referem-se a uma França positiva no presente. Nesse sentido, o que

se observa é que a subseção *Ma France à moi!* é composta por enunciadores jovens (2 com 33 e 2 com 34 anos), do sexo masculino (1) e do feminino (3), em que as visões da França são positivas no presente da enunciação e negativas no passado (2) e positivas no presente da enunciação (2). A simetria, portanto, é reforçada tanto do ponto de vista das informações das características das enunciações verbais quanto da enunciação visual.

A informação final, apreendida da relação entre o conteúdo do enunciado do texto de Aya, inserido na subseção *Ma France à moi!*, que, por sua vez, está inserida no contexto do discurso da revista *Gazelle*, remete à tensão entre a França e os povos do Magrebe, mas isso é apresentado de uma forma distensa que apaga o confronto, isto é, mesmo quando há uma crítica à sociedade francesa, ela é amenizada por um ponto de vista positivo. Assim, tanto nos textos de Aya quanto no de Farid, a França é negativa no momento presente da enunciação, mas positiva no momento passado, qual seja, no período de infância em que eles lá viveram. Dessa forma, a tendência à harmonização ressaltada pelo discurso da revista *Gazelle* está voltada mais para a identificação do que para a diferença, isto é, embora afirme a identidade do povo magrebino, aproxima-o do povo francês, como se estivesse ressaltando o pertencimento do primeiro ao espaço do segundo. Essa é, então, a voz do enunciador-editor da revista.

## Conclusão

Este trabalho procurou identificar o lugar das teorias enunciativas na linguística inaugurada pelo *Curso de Linguística Geral*. Pudemos constatar que a teoria enunciativa de Benveniste, bem como as teorias que tomam emprestadas suas contribuições, têm lugar nos estudos linguísticos que preveem a língua na sua atualização, ou na instância mesma do discurso, de onde seu programa teórico origina-se.

Em seguida, descrevemos alguns conceitos da teoria de Benveniste que impulsionaram a construção do nível discursivo do percurso gerativo de sentido proposto pela semiótica discursiva originária dos trabalhos de Greimas e de seu grupo, cujo procedimento sintático básico se constitui por meio dos conceitos de debreagem e de embreagem. Esses conceitos permitem descrever o percurso da significação a partir das marcas que os enunciadores deixam no enunciado, na instância da enunciação, processo que o aparelho formal da enunciação possibilita, revelando que cada enunciado resulta de um ato único e irrepetível.

Posteriormente, aplicamos tais conceitos ao texto de uma matéria da revista Franco Magrebina, *Gazelle*, intitulada *Ma France à Moi!*, a fim de demonstrar a contribuição interpretativa de tais conceitos para análise de textos de língua escrita. Por meio das noções de embreagem e de debreagem, observamos que é possível analisar os efeitos de subjetividade e de objetividade perpetrados no enunciado, segundo as projeções actoriais, temporais e espaciais presentes no aparelho formal da enunciação inscrito na língua.

Por fim, é importante ressaltar nesta conclusão que o projeto de partir de um olhar sobre a contribuição dos estudos de Benveniste para o desenvolvimento da proposta teórico-metodológica da semiótica discursiva teve como finalidade última chegar à produção da análise de um texto escrito, evidenciando os componentes discursivos e suas relações com os diferentes níveis do percurso gerativo de sentido. O que se defende atualmente é que o modelo do percurso gerativo, ao invés de ser considerado ultrapassado, porque era interpretado de forma estanque, ganha mobilidade, de tal maneira que é possível perceber a interferência dos constituintes de cada nível, de forma dinâmica, tal como defendido por Fontanille (2007).

Além disso, o que se procurou evidenciar neste trabalho foi também a possibilidade de produzir uma análise que levasse em consideração o componente enunciativo de um texto não verbal. Não se pretendeu, porém, aprofundar a análise desse tipo de texto, porque isso demandaria mais espaço, o que aumentaria demasiadamente o tamanho deste trabalho. O objetivo foi mostrar a produtividade do modelo teórico-metodológico da semiótica discursiva para o tratamento tanto do texto verbal quanto do não verbal, o que tem sido uma tônica das investigações dos estudiosos de semiótica no Brasil e no exterior atualmente. O que se pretende estabelecer são os elementos que constituem a linguagem do texto não verbal e a forma como são mobilizados durante a produção do texto. No caso da subseção da revista *Gazelle* aqui examinada, os elementos que devem ser observados para a elaboração do processo interpretativo dizem respeito àqueles por meio dos quais o texto é constituído. Inicialmente a página da revista é um texto plástico, planar, em que se articulam o plano da expressão e o plano do conteúdo, marcados por elementos categoriais, que correspondem aos componentes cromáticos, eidéticos e topológicos. Dessa forma, o que importa examinar durante o processo interpretativo é o valor que assumem as cores, as formas e os espaços em que esses elementos estão distribuídos na superfície do texto. Da mesma maneira que o elemento verbal, os componentes do texto visual pressupõem uma instância de enunciação nele projetada. Dessa forma, portanto, uma das tarefas prementes para os estudos semióticos consiste em reconstituir para o texto visual e para o verbo-visual os elementos responsáveis pela produção de seu sentido.

## Referências

BARROS, D. L. P. de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1990.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Campinas, 1989.

BENVENISTE, É. **Problèmes de Linguistique Générale**. France: Gallimard, 1966.



- | Teoria enunciativa de Benveniste e semiótica discursiva: contribuições para a análise de textos

COSTA e SILVA, C. L.; ENDRUWEIT, M. L. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. **ReVEL**, v. 9, n. 16, p. 236-261, 2011. Disponível em: <[http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_16\\_o\\_oral\\_e\\_o\\_escrito\\_sob\\_o\\_vies\\_enunciativo.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_o_oral_e_o_escrito_sob_o_vies_enunciativo.pdf)>. Acesso em: 8 out. 2018.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática: 1996.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

FIORIN, J. L. Enunciação e Semiótica. **Letras** nº 33 Émile Benveniste: Interfaces Enunciação & Discursos, p. 69-97, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11924/7345r>>. Acesso em: 8 out. 2018.

FLORES, V. **Introdução à Teoria de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

GAZELLE. Marseille: Stardust Éditions, n. 56, 2014.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 2008.

RAMADAN, T. Être occidental et musulman aujourd'hui. Paris: Presse du Châtelet, 2015.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1980.

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:** SARTINI POPOFF, Jorge Gabriel; CORTINA, Arnaldo. Teoria enunciativa de benveniste e semiótica discursiva: contribuições para a análise de textos. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 98-116, 2018. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v15i2.2120>

**Submetido em:** 18/06/2018 | **Aceito em:** 04/10/2018

---

Anexo 1

Capa da revista Gazelle, número 56 de março/abril de 2014



- | Teoria enunciativa de Benveniste e semiótica discursiva: contribuições para a análise de textos

## Anexo 2

Páginas 74 e 75 da revista Gazelle, número 56 de março/abril de 2014



**Emel** 33 ANS, BUSINESS TRAVEL CONSULTANT, CÉLIBATAIRE, PARAY-VIEILLE-POSTE

« Ma France à moi, c'est celle des amis de toutes les couleurs, qui viennent de tous les coins du monde. C'est un pays qui m'a permis de découvrir plein de cultures sans a priori. Ma France, c'est surtout celle des amitiés indéfectibles, des liens du cœur, des mélanges. Ma France, c'est celle de tous les Shabbats et les Fiors avec mes meilleurs amis. C'est passer mes samedis à servir de télécommande pour changer de chaîne puisque j'étais la seule à pouvoir toucher à l'électricité, des repas gargantuesques, des fous rires. Des moments que nous continuons de partager plus que jamais. Ma France à moi, c'est celle qui m'a permis notamment de me trouver. C'est celle grâce à qui je peux aujourd'hui m'épanouir et m'engager dans ma ville, en tant que femme, citoyenne et musulmane. Celle qui me permet d'être une Française élue de la République de confession musulmane et voilée. Ma France à moi, c'est celle où je peux travailler et siéger au conseil municipal avec la tête couverte. Ma France à moi, elle est belle, métissée et fière. »

**Assia** 33 ANS, MÈRE AU FOYER, MARIÉE, 3 ENFANTS, RIS-ORANGIS

« Ma France à moi, ce n'est pas celle des imams qui parlent en notre nom, ni celle du communautarisme. Ma France, c'est celle de citoyens qui nous ressemblent et qui partagent notre quotidien. Des citoyens qui se lèvent tôt, qui travaillent, qui élèvent leurs enfants... Ma France à moi, c'est celle d'Omar et Fred, de Rachid Arhab, de Marwan Mohammed ou encore de Zidane. Elle est diversifiée et présente partout. Mais surtout, ma France à moi, c'est celle de mes enfants inscrits dans une école catholique, de mes réunions mensuelles avec les mamans de l'école que je retrouve avec plaisir autour d'un repas. A table, c'est cette France, la mienne : une athée tatouée, une athée mariée à un Musulman, une catholique engagée, une musulmane voilée ou encore une adepte du bio. Une description assez grossière mais voilà la France que je côtoie chaque jour. Elle est bien loin des clichés véhiculés par les médias ! Je suis fière de cette France, c'est la mienne. Les étiquettes me dérangent et celle de Musulmane de France encore plus. Je suis française d'origine algérienne et de confession musulmane, n'en déplaise à certains. »

« Ma France à moi, elle parle fort, elle vit à bout de rêves. Elle vit en groupe, parle de bled et déteste les règles. Ma France à moi se mélange, ouais, c'est un arc-en-ciel, elle te dérange car elle ne te veut pas pour modèle. » La chanteuse Diam's écrivait un fabuleux texte sur ce qu'était sa France à elle, il y a quelques années. Et vous, quelle est votre France ? Témoignages. P.A.K.A.

**Farid** 34 ANS, DISTRIBUTION AUTOMOBILE, MARIÉ, 1 ENFANT, CASABLANCA

« La France de mon enfance, c'était mon immeuble dans une cité du 91. Très représentatif de mon monde à cette époque. Un meltingpot, une France métissée, constituée d'étrangers, d'immigrés... L'immeuble, c'était un Juif pied noir et une famille portugaise au rez-de-chaussée, une Française de souche et une famille grecque au premier, nous au deuxième, des Tunisiens et une hôtesse de l'air au troisième, et une famille marocaine et une Guadeloupéenne au quatrième. Un sacré mélange. Mais on vivait en harmonie dans le respect des cultures, des anciens, des croyances et traditions de chacun avec beaucoup de tolérance et de partage. La good life en quelque sorte. A cette époque, ma mère faisait le ménage chez une famille de « français » et il m'arrivait de dîner chez eux. J'y ai découvert une certaine vision de la France, les repas à 19h30, la fourchette et le couteau... Ils m'ont ouvert les yeux sur le fait que nous étions égaux et que le « français de souche » n'était pas plus différent de nous, si ce n'est qu'il avait une ou deux générations d'avance. Avec le temps, je me suis affiné et je n'ai plus « peur » de l'autre : 90 % des gens me considèrent comme français. Même s'il est encore difficile de dire qu'on apprécie l'humour de Dieudonné, que parler de la politique d'Israël ou des injustices subies par le peuple palestinien restent tabou... Je sens malgré tout que l'on ne me considère pas comme un citoyen français à part entière. On est beaucoup plus exigeant avec moi. Nous, enfants français de parents immigrés, nous n'avons pas le droit à l'erreur. Ma France à moi, je l'ai quittée il y a deux ans pour venir m'installer au Maroc. Je suis expatrié et très heureux de mon existence ici, même si La France de mon enfance me manque, mais pas celle d'aujourd'hui. Je ne compte pas y rentrer. ■ »

# NOTAS SOBRE PARATOPIA CRIADORA: O CASO DE JANE AUSTEN PARA ALÉM DE SUA FORTUNA CRÍTICA

*Notes about creative paratopy: the Jane Austen case beyond its critical fortune*

Luciana Salazar SALGADO<sup>71</sup>  
Amanda Aparecida CHIEREGATTI<sup>72</sup>

**Resumo** | Com base no quadro teórico da Análise do Discurso de tradição francesa, particularmente em trabalhos recentes de Dominique Maingueneau (2006, 2008) sobre o que refere por *discurso literário*, focalizamos neste artigo um estudo de caso: o funcionamento da autoria de Jane Austen. Mobilizamos, para tanto, noções constitutivas da *paratopia criadora*, a saber, *escritor*, *inscritor* e *pessoa*. E, então, consideramos, além da produção dos textos autorais, material biográfico e variados estudos que circulam sobre a romancista, que tem fãs no mundo todo, entre os quais muitos se organizam em grupos de estudos e de celebração. Assim, tendo em vista o contexto social da Inglaterra na passagem do século XVIII para o XIX, quando é publicada a obra de Austen, procuramos compreender os elementos constitutivos da consagração da autora, que publicou sob pseudônimo e é aclamada hoje pela construção do que podemos chamar de uma “combativa identidade feminina”.

**Palavras-chave** | Paratopia criadora. Discurso constituinte. Ritos genéticos. Mediação editorial.

**Abstract** | Based on the theoretical framework of Discourse Analysis, particularly on studies about the literary discourse by Dominique Maingueneau (2006, 2012), we focus in this article Jane Austen’s authorship case, taking into account some biographical material and studies about the novelist, who has fans all over the world, among which many are organized in study groups. Considering the social context of England from the 18<sup>th</sup> to the 19<sup>th</sup>-century, when the work of Austen appeared, we tried to understand the consecration of this author, who published under a pseudonym first and is hailed nowadays by what we could refer as a “combative female identity”. We mobilize then three notions to explain this creative paratopy: the writer, the inscripitor and the person.

**Keywords** | Creative paratopy. Constitutive discourse. Genetic rites. Publishing mediation.

---

71 Salgado. UFSCar. Endereço eletrônico: [lucianasalazarsalgado@gmail.com](mailto:lucianasalazarsalgado@gmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1052-0726>

72 Chieregatti. UFSCar. Endereço eletrônico: [amandachieregatti@yahoo.com.br](mailto:amandachieregatti@yahoo.com.br). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5958-9268>

## O literário como discurso

Ainda que em alguns círculos se considere com tranquilidade que o material referido por *literário* pode ser apreendido na ordem do discurso, o que supõe levar em conta as especificidades que o diferenciam, por exemplo, dos regimes discursivos midiático, político, religioso, entre outros, parece evidente que a legitimação da pesquisa sobre o *discurso literário* demanda, ainda, estudos que contribuam para o desenvolvimento de aparatos teórico-metodológicos esclarecedores de categorias difusas como autoria e editoria, por exemplo, e que, com isso, participem de uma reflexão fundamental na contemporaneidade: as inscrições materiais do literário.

Neste artigo, para indicar brevemente a linha de força que dá sustentação ao estudo que ora apresentamos, convocamos os termos de um trabalho recente de Roger Chartier (2012, p. 81), que opera no cruzamento da sociologia dos textos com a história da leitura, no qual aponta para uma “[...] aliança entre as disciplinas de interpretação e os saberes sobre os objetos”, aproximando sua reflexão sobre autoria de uma semiologia material:

[...] uma única e mesma perspectiva intelectual deve reunir, mesmo se cada um de nós tem competências mais específicas em um domínio ou outro, a análise dos textos em sua estrutura, sua significação, sua organização retórica, demonstrativa, persuasiva; as análises das formas nas quais eles se inscrevem, quer sejam essas formas a voz de um leitor ou de um orador, quer sejam a série de objetos impressos nos quais eles foram desenvolvidos; e a análise da construção de seu sentido possível por diferentes comunidades de leitores ou por diferentes leitores singulares ao longo do tempo. (CHARTIER, 2012, p. 81).

Essa perspectiva, estribada na condição dialógica da palavra, como se sabe, no caso dos textos postos em circulação pública como objetos editoriais, pode ser retomada na formulação cirúrgica de Roger Stoddard: “Os livros não são de modo nenhum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, por impressoras e outras máquinas” (STODDARD *apud* BENTON; GUTJAHR, 2001, p. 141, tradução nossa). O que tem norteadado pesquisas em diversos campos de saber, que entendem, com isso, que:

Certamente seria útil examinar como o autor se tornou individualizado numa cultura como a nossa [ocidental], que status lhe foi conferido, em que momento os estudos de autenticidade e atribuição de autoria começam, em que tipo de sistema de valores a figura de autor foi envolvida, em que ponto começamos a recontar as biografias dos autores em vez das histórias de heróis e como se instituiu essa categoria fundamental da “crítica do homem e seu trabalho”. (WOODMANSEE; JASZI, 1994, p. 30, tradução nossa).

Diante desse tipo de questão é que temos abordado as materialidades de inscrição do discurso literário e, valendo-nos de propostas teóricas de Dominique Maingueneau, temos conduzido estudos de caso com base num conjunto de noções correlatas, que se pode apresentar sumariamente assim: trata-se de estudar um *discurso constituinte*, cujas condições de produção incluem *ritos genéticos*, conjuradores das condições de recepção, que são, elas também, constitutivas da *paratopia criadora*.

Assim, o discurso literário (ligado à Arte), como o discurso filosófico (ligado à Razão) ou como o discurso religioso (ligado a Deus), é ao mesmo tempo autoconstituente e heteroconstituente, pois, tematizando a própria constituição, faz as vezes de matéria-prima irreduzível de outros regimes discursivos; os discursos constituintes põem-se como ligados sem qualquer mediação a uma fonte suprema, supra-humana, legitimados *per se*. Por isso, os *ritos genéticos* que os organizam são cruciais: definem os objetos culturais que os constituem, quem os produz, como circulam.

Esses ritos fazem parte das condições de produção que caracterizam um autor num dado campo, um conjunto de autores, um conjunto de textos e a própria possibilidade de um campo, levando em conta sempre que as condições de circulação dos textos autorais estão projetadas nesses ritos, isto é, em boa medida deriva deles, embora não sejam desdobramento linear de um projeto inteiramente controlado.

Nos estudos conduzidos por essa pauta, vê-se que os campos definidos por discursos constituintes frequentemente se puseram como apartados de qualquer ideia de mercado (eventualmente, algo por demais “mundano”), embora tenham sempre estabelecido ambientes de troca que lhes viabilizaram a existência (que efetivamente constitui o “mundo humano”). Um ponto fundamental nesses estudos reside no fato de essas práticas de produção e de consumo conviverem com uma figura de autor “genial”, cuja “originalidade” é a razão pela qual a ele deve ser atribuída a celebridade de um criador plenamente autônomo – mas só se constitui um autor com a dispersão de escritos e a constituição de um público que lhes dá sentido. Para tratar disso, Maingueneau (2006) organiza um modelo teórico que permite examinar a autoria como lugar discursivo em permanente construção: como *paratopia criadora*. É nessa noção que gostaríamos de nos deter.

Assumimos, para tanto, que se trata de desdobrar reflexões sobre o ato de criar, nos termos da célebre formulação de Nietzsche para esse “lugar paralelo” sobre o qual se erige a possibilidade do trabalho de criação: “[...] um Homero não teria criado um Aquiles, um Goethe não teria criado um Fausto, se Homero tivesse sido Aquiles, e Goethe um Fausto” (NIETZSCHE, 1998, p. 91). Nessa perspectiva, Maingueneau aborda como parte fundamental desse trabalho os *ritos genéticos*, entendendo que um escritor é de fato obrigado a inventar seus ritos na medida da sua necessidade, para estabelecer uma espécie de enlaçamento: “[...] é preciso já ter encontrado os ritos genéticos pertinentes

- | Notas sobre paratopia criadora: o caso de Jane Austen para além de sua fortuna crítica

para elaborar as obras, mas é o êxito das obras realizadas que consagra a pertinência desses ritos” (MAINGUENEAU, 2006, p. 157). E o modo como são cultivados e explicitados nas obras (ou não) tem configurações históricas; a espontaneidade romântica ou o árduo labor parnasiano, por exemplo, são ambos efeitos de ritos genéticos que se tematizam com formas próprias a cada um desses efeitos. Nesses termos é que podemos falar em *criação* na ordem do discurso, isto é, numa gênese que tem a ver com o trabalho sobre os sentidos produzíveis nos textos, que não são autotélicos nem mensagem de uma instância supra-humana. Desse modo, os ritos genéticos são *gestos conjuradores*, isto é, constroem um lugar social que, espera-se, deve legitimar essa construção:

Esses ritos constituem, na verdade, o único aspecto da criação que ele [escritor autor] pode controlar, a única maneira de conjurar o espectro do fracasso. Em matéria de criação, o êxito é profundamente incerto: como se assegurar de que se fez uma obra de valor quando nem mesmo a aprovação do público imediato é um critério seguro? Não resta ao autor senão multiplicar os gestos conjuradores, mostrar a si mesmo e ao público os sinais de sua legitimidade. (MAINGUENEAU, 2006, p. 156).

Dessa consideração decorre que a autoria seja examinada como um lugar de dinâmicas em tessitura, não como papel social ou lugar de fala ou efeito de sentido de uma dada textualização, mas, sim, como implicação entre tais instâncias. Implicação, vale dizer, sem simetrias ou homologias previamente dadas entre elas; implicação a partir da qual se produzem inescapavelmente outras – a conhecer, se se pretende estudar uma dada produção autoral.

## O caso Jane Austen

Na última década, passados quase dois séculos desde a morte da escritora inglesa Jane Austen, sua obra tem sido muito comentada e ganhou uma vasta quantidade de adaptações como filmes, seriados, incontáveis releituras, e embora as famosas obras de Austen tenham ganhado adaptações desde a década de 1930, é como se seus escritos houvessem sido redescobertos recentemente.

Atualmente, além de adaptações cinematográficas e televisivas, multiplicaram-se também documentários e ficções baseadas na vida da escritora, e a circulação do nome *Jane Austen* tem uma abrangência cada vez maior, verificável na realização de festivais anuais em homenagem à autora e no desenvolvimento de videogames que contam com a presença de seus personagens mais conhecidos. Estes são apenas alguns exemplos do modo como Jane Austen e sua obra circulam hoje para além de seus escritos.



Da perspectiva discursiva com que delimitamos o conjunto de dados apresentados a seguir, parece possível dizer que há indícios de que as mudanças históricas ocorridas nos dois séculos transcorridos desde a produção de seus romances é que nos fazem lê-los como uma crítica feminista à sociedade patriarcal. Pareceu-nos interessante, então, investigar o que faz tão “atual” a autora de romances: quatro publicados em vida, sob pseudônimo, e três publicados após sua morte, dois romances prefaciados pelo irmão Henry Austen, e um romance epistolar intitulado *Lady Susan* que, apesar de ter sido vendido pela autora muito antes de ter um de seus romances editados, só veio a público meio século após a morte da escritora, já em 1871.

A gestão editorial desses textos, articulada a partir de traços biográficos, como o fato de Austen ser uma mulher solteira numa sociedade patriarcal em que as mulheres vivem necessariamente às expensas dos homens (pai, marido, irmão ou parente próximo, conforme as hierarquias familiares) e a questões ditas “de estilo”, como o manejo licencioso do discurso indireto livre, trazendo sistematicamente à tona pensamentos “indizíveis”, erigiu uma imagem de autora frequentemente retomada como feminista (CHIEREGATTI, 2014).

Com base nisso, podemos depreender que a autoria se delineia em um enlaçamento de registros que forjam uma unidade autoral, que só existe “mediante uma atividade de criação e de enunciação” (MAINGUENEAU, 2006, p. 109). Essa *paratopia criadora* situa num “impossível lugar” as relações entre o escritor e a sociedade, o escritor e sua obra, a obra e a sociedade, pois, “[...] para produzir enunciados reconhecidos como literários, é preciso apresentar-se como escritor, definir-se com relação às representações e aos comportamentos associados a essa condição” (MAINGUENEAU, 2006, p. 89). Esse *topos* faz-se, assim, de uma negociação entre um lugar e um não-lugar, e sua existência só é possível se integrada a um processo criador:

A paratopia envolve o processo criador, que também a envolve: fazer uma obra é, num só movimento, produzi-la e construir por esse mesmo ato as condições que permitem produzir essa obra. Logo, não há “situação” paratópica exterior a um processo de criação: dada e elaborada, estruturante e estruturada, a paratopia é simultaneamente aquilo de que se precisa ficar livre por meio da criação e aquilo que a criação aprofunda; é a um só tempo aquilo que cria a possibilidade de acesso a um lugar e aquilo que proíbe todo pertencimento. (MAINGUENEAU, 2006, p. 109).

A partir disso, as instâncias que Maingueneau entende como constitutivas da autoria são: i) *pessoa*, o ser histórico, membro de uma família, de um círculo social, que se reúne ou não com amigos, estudou nesta ou naquela instituição, não estudou...; ii) *escritor*, que se refere à circulação da obra, a seu modo de difusão, que “[...] vai de mãos dadas com o modo de consumo do discurso, isto é, com o que se ‘faz’ dos textos,

como eles são lidos, manipulados” (MAINGUENEAU, 2008, p. 134), por quem são (se são) resenhados, comentados, retomados em entrevistas, se aparecem (e como aparecem) em feiras, prêmios...; iii) *inscritor*, instância que se produz fundamentalmente com os ritos genéticos, isto é, com “[...] o conjunto de atos realizados por um sujeito em vista de produzir um enunciado” (MAINGUENEAU, 2008, p. 132), ou seja, tudo o que o autor, enquanto escreva, mobiliza na constituição de sua obra, desde os recursos retóricos ao fato de o texto ser ou não assinado, ou circular sob pseudônimo, bem como todos os ritos editoriais que produzem sua condição material de existência.

Essas instâncias funcionam em interdependência, e só na sua conexão tripla é que definem a autoria: trata-se de um nó borromeano. Em outros termos, trata-se de entender que “[...] os escritores produzem obras, mas escritores e obras são, num dado sentido, produzidos eles mesmos por todo um complexo institucional de práticas” (MAINGUENEAU, 2006, p. 53).

No caso de Jane Austen, para prosseguir nas pesquisas indicadas pela pergunta sobre a “contemporaneidade” dessa autora, ou seja, sobre a constituição de seu “impossível lugar”, consideramos o imbricamento de dados biográficos, as várias edições e transmissões de seus textos e informações referentes aos próprios processos de publicação das obras e de objetos derivados, e também a tessitura de seus romances *Razão e Sensibilidade* (1811), *Orgulho e Preconceito* (1813) e *Persuasão* (1818), que são os mais retomados nessa “onda atualizadora”.

### **Instância *pessoa* – uma vida, um ícone**

A instância *pessoa* do referido nó borromeano se assenta nos dados biográficos postos em circulação em um *espaço associado*, que se cria em torno da circulação dos textos literários. No caso de Austen, remete a um *modus vivendi* típico do contexto inglês da passagem do século XVIII ao XIX: filha de um reverendo, era de uma família numerosa, cresceu dispondo de uma modesta biblioteca particular e viveu às expensas dos irmãos após a morte do pai. Importante frisar que não se trata, aqui, de buscar na biografia a explicação da obra ou na obra a explicação da vida, mas de levar em consideração, de uma perspectiva discursiva, que a delimitação de um lugar de fala institucionalizado pressupõe dados da história de uma trajetória que são mobilizados nessa institucionalização; o autor que publica (uma condição institucionalizada conforme a conjuntura de um dado período) toma a palavra em um projeto de criação que visa à circulação pública, visa a algum tipo de pertencimento a uma dada organização social, inscreve-se, portanto, numa dinâmica interlocutiva a partir de condições dadas, manobrando nas injunções delimitadoras dessa autoria. A instância *pessoa*, nesse modelo teórico, tem a ver, então, com os indícios de que um sujeito histórico manobra nessas injunções.

No caso de Austen, os temas de que trata, do modo como os trata, remetem à conjuntura histórica em que efetivamente trabalhou sua escrita, o que enfatiza, nesta constituição autoral, o jogo entre *pessoa* e *escritor*. Possivelmente isso explique a multiplicação de objetos paraeditoriais, que chegam a alguns itens bastante indicativos dessa superposição de instâncias, como, por exemplo, a *action figure* da autora – que não é, a princípio, uma personagem, como se supõe nesse tipo de “boneco”. Entretanto, se se considerar que pouco se sabe efetivamente sobre Austen, na medida em que é bastante mediada a compilação póstuma de seus dados biográficos – seu epistolário, por exemplo, reúne cartas selecionadas por familiares que queimaram as outras –, caberá considerar a “personagem” que se produziu a partir daí. Sobre seu rosto, de fato, pouco registro há, no entanto, há até mesmo formas de bolo com um perfil que acabou consagrado como sendo o da autora.<sup>73</sup>

### **Instância *inscritor* – as mãos que conduzem a pena**

O termo “inscrição” é mobilizado, neste modelo teórico, como o *modo de escrever sobre o que se escreve*. Trata-se dos ritos genéticos fundamentalmente e, mais além, dos ritos editoriais, se considerarmos os processos que, entre os originais do autor e o livro nas mãos de um leitor são diversos, ultrapassando em muito os condicionamentos definidores da instância *pessoa*.

Assim, o fato de Austen ter publicado sob o pseudônimo “By a Lady” é uma informação bastante importante: é uma definição inscricional, que condiciona a gestão da obra no espaço público (a instância *escritor*) e o faz conforme injunções produtoras de certos ritos pessoais (a instância *pessoa*). Austen se inscrevia como autora em uma sociedade que olhava com forte preconceito o fato de uma mulher dedicar-se à literatura em vez de ocupar-se de seu casamento. Para circular, era preciso, de algum modo, medir palavras. Fosse para evitar julgamentos ou pela simples decisão de não expor a própria obra a uma desvalorização, o fato é que seu pseudônimo não deixava de apontar para uma mulher como autora dos textos. Sobre isso, consideremos que

[...] refletir sobre a emergência de obras é considerar o espaço que lhes dá sentido, o ambiente em que se constroem os posicionamentos: doutrinas, escolas, movimentos... Trata-se da construção de uma identidade enunciativa que é tanto “tomada de posição” como recorte de um território cujas fronteiras devem ser incessantemente redefinidas. (MAINGUENEAU, 2006, p. 151).

---

73 Sobre a profusão de objetos paraeditoriais que avolumam o espaço associado, atribuindo valor ao espaço canônico, isto é, aos textos autorais de Austen, ver Chieregatti (2014).

- | Notas sobre paratopia criadora: o caso de Jane Austen para além de sua fortuna crítica

Em uma primeira abordagem do conjunto de títulos que compõem a obra literária de Austen, logo notamos que seus textos são sempre protagonizados por mulheres que norteiam a leitura, seja por sua presença constante ou por suas falas em pontos nevrálgicos das narrativas. Vale dizer que, apesar de seus textos serem muito comentados a partir de suas protagonistas, frequentemente avessas ao que é imposto pela sociedade inglesa do período, também apresentam o universo feminino por meio de diversas personagens que encarnam a dinâmica induzida por uma aristocracia rural de forte viés patrimonial, aliada, aos poucos, a uma burguesia urbana afeita a títulos nobiliárquicos. A seguir, alguns excertos das várias representações da mulher no texto *Razão e Sensibilidade* (1811), o primeiro publicado<sup>74</sup>.

Começemos pela personagem mais estereotípica presente nessa narrativa, a Sra. Jennings, viúva que tem só duas filhas (coisa incomum diante das grandes proles características do período), e estas, estando já casadas, não ocupam mais a mãe, que, ociosa, dedica-se a arranjar casamentos entre seus conhecidos. A personagem é descrita da perspectiva de Marianne, uma das principais personagens da trama:

Numa só coisa, porém, ela era constante ao tratar deste ponto: em evitar, quanto possível, a presença da sra. Jennings, e no obstinado silêncio ao ser obrigada a tolerá-la. Seu coração se recusava a crer que a sra. Jennings tivesse qualquer compaixão pela sua dor. “Não, não, não, não pode ser”, exclamou ela, “ela não pode sentir. Sua gentileza não é comiseração; sua bonomia não é ternura. Tudo o que ela quer é matéria para fofoca, só gosta de mim agora porque posso fornecer-lhe o que quer”. (AUSTEN, 2012b, p. 248).

Decerto a construção da personagem é uma crítica a certo papel social desempenhado por mulheres oitocentistas: uma vez que as moças eram educadas única e exclusivamente para o casamento, seria natural que o único objetivo de uma mãe fosse casar as filhas e, tendo feito isso, sua existência só teria sentido se continuasse fazendo por outras moças. Casar-se e casar mais moças é função primordial das mulheres.

Ainda em *Razão e Sensibilidade* (1811), há também personagens como *lady* Middleton, uma figura apática que só se ocupa em preparar festas e jantares, e cuidar dos quatro filhos que também são o assunto de todas as conversas. Ou Fanny, a sra. John

---

74 Não discorreremos aqui sobre um aspecto importante da dimensão inscricional, sobretudo no caso de textos literários: a tradução. Sabidamente, há uma farta produção teórica e analítica a esse respeito, que atesta a grandeza da problemática. Nesta ocasião, considerando-a, optamos por pôr em relevo textos traduzidos pela editora Martin Claret, cuja circulação, se põe problemas para os afeitos aos livros e processos editoriais (cf. <http://www.janeausten.com.br/uma-otima-noticia-sobre-plagios/> e <http://naogostodeplagio.blogspot.com.br/2009/03/liz-bennet-kidnapped.html>), é fonte de edições das que mais ampliam a distribuição dos textos de Austen, alcançando com sua logística de distribuição e seu preço, além da estratégia de títulos associados, um público editorialmente desavisado. É, portanto, com essas feições que a maior parte dos leitores de Austen em português brasileiro se confronta.

Dashwood, cunhada das irmãs Dashwood, uma mulher mesquinha e egoísta que só pensa no próprio bem e nos próprios bens; para ela não há absurdo maior do que o marido propor ajudar financeiramente a madrasta viúva e as irmãs. Ao descrever o encontro dessas duas personagens peculiares, Austen (2012b, p. 281) não poupa acidez: “[...] havia uma frieza egoísta em ambas, que as atraiu mutuamente”.

Já em *Orgulho e Preconceito* (1813), o destaque está no fato de a protagonista Elizabeth Bennet ter recusado não uma, mas duas propostas de casamento em uma época em que o matrimônio era a única maneira de uma jovem sem posses garantir uma vida confortável para si e para a família, e também no comportamento pouco comedido de sua irmã caçula, Lydia Bennet, que, aos quinze anos, não hesita em flertar com praticamente todos os oficiais do regimento presente em Meryton.

Já no primeiro parágrafo da trama, com recurso à recorrente ironia, a autora apresenta a situação das famílias que tinham jovens solteiras nessa conjuntura:

É uma verdade universalmente conhecida que um homem solteiro e muito rico precisa de uma esposa. Por menos conhecidos que sejam os sentimentos ou as ideias de tal homem ao entrar pela primeira vez em certo lugarejo, tal verdade está tão bem arraigada na mente das famílias que o rodeiam, que ele vem a ser considerado propriedade legítima de uma ou outra de suas filhas. (AUSTEN, 2012a, p. 9).

Não é um homem solteiro e rico que precisa de uma esposa, como fica claro no desenrolar do romance, mas, sim, a mulher que precisa desesperadamente do matrimônio.

Em determinada passagem de *Persuasão* (1818), por sua vez, em um diálogo com o capitão Harville, a protagonista Anne Elliot defende que não faz parte da natureza feminina esquecer um amor facilmente, e critica o condicionamento social da mulher:

– [...] Certamente não os esquecemos tão rapidamente como vocês nos esquecem. Talvez seja mais nosso destino do que nosso mérito. Não podemos evitá-lo. Vivemos em casa, caladas, trancadas, vítimas de nossos próprios sentimentos. Vocês são forçados à ação. Sempre têm uma profissão, objetivos, afazeres de um tipo ou de outro que os trazem imediatamente de volta ao mundo, e a ocupação e a mudança contínuos logo desbotam as impressões. (AUSTEN, 2012c, p. 279-280).

Pouco tempo depois, ainda dialogando com o capitão, Anne ressalta as diferenças entre a educação masculina e a feminina:

- | Notas sobre paratopia criadora: o caso de Jane Austen para além de sua fortuna crítica

– [...] Os homens tiveram todas as vantagens contra nós, ao contarem sua própria história. Tiveram sempre uma educação muito superior, a pena estava em suas mãos. Não admito que os livros provem coisa nenhuma.

– Mas como provaremos alguma coisa?

– Jamais provaremos nada. Não é de se esperar que se possa provar alguma coisa numa questão como essa. É uma diferença de opinião que não admite prova. Todos nós, provavelmente, começamos com certa parcialidade a favor de nosso próprio sexo, e nessa parcialidade fundamos todas as circunstâncias favoráveis a ela que aconteceram em nossa própria esfera. Muitas dessas circunstâncias (talvez justamente aquelas que mais nos impressionam) podem ser exatamente aquelas que não podem ser reveladas sem trair um segundo ou de alguma forma dizer o que não se deveria dizer. (AUSTEN, 2012c, p. 281-282).

Nesse excerto, há indícios de que Jane Austen pudesse estar tratando de sua própria condição de escritora – o fato de escrever em um período em que a literatura era predominantemente feita por homens e o fato de ter recebido instrução em casa, enquanto os irmãos frequentaram escolas, com as decorrências previsíveis, como ser editada por mediações de parentes homens, sem que pudesse receber os devidos créditos ou mesmo atuar sobre os processos de gestão da sua obra. Cabe pensar, mais além, em todos os processos editoriais pelos quais esses textos passaram e passam, suas tantas reedições, as traduções que se sucederam em diversas línguas já sem o controle dos familiares, sendo algumas delas bastante descuidadas: a recepção dos textos certamente é afetada por essas etapas que são tanto de produção quanto de mediação (Cf. sobre *recepção* desta perspectiva discursiva SALGADO, 2016).

### **Instância *escritor* – uma escritora feita de leituras**

Consideremos, para entender a instância *escritor*, que a gestão pública da obra tem a ver com os ritos genéticos e com toda a trajetória do ser histórico que os engendra, assim como com os trabalhos editoriais que definem a materialidade de difusão dos escritos, mas ultrapassa cada uma dessas medidas. No caso da paratopia criadora em Jane Austen, verifica-se que está muito fortemente relacionada ao que se fala da autora e de suas obras, às formas de retomada e transformação de seus textos, personagens e episódios vividos. Diversas biografias foram escritas, inclusive por familiares, filtro relevante que amalgama aspectos da instância *pessoa* à instância *escritor*: o irmão Henry, muito dedicado à publicação dos textos de Jane, publicou em 1833 uma breve biografia da irmã intitulada *Memoir of Miss Austen*, além do prefácio em que revelou a identidade da já aclamada autora que assinava “By a Lady”; em 1870, o sobrinho J. E. Austen-Leigh publicou *A Memoir of Jane Austen*, seguido por suas irmãs Anna Austen (posteriormente Anna Lefroy) e Caroline Austen, que publicaram, respectivamente, *Recollections of Aunt*

*Jane* (1864) e *My Aunt Jane Austen* (1867). Essas vozes dão feições a uma Austen que, sendo uma familiar, ao ser construída por eles também os constrói; de fato, essas vozes dão feições a uma linhagem.

Em uma pesquisa ligeira em qualquer buscador na internet, é possível encontrar uma lista bastante extensa de ocorrências que atestam a intensidade da circulação contemporânea da obra de Austen, ligada a diferentes retomadas dessas biografias. Assim, consideramos que

O *escritor* é alguém que não tem um lugar/uma razão de ser (nos dois sentidos da locução) e que deve construir o território por meio dessa falha. [...] alguém cuja enunciação se constitui através da própria impossibilidade de atribuir a si um verdadeiro lugar, que alimenta sua criação do caráter radicalmente problemático de seu próprio pertencimento ao campo literário e à sociedade. (MAINGUENEAU, 2006, p. 108).

Consideremos, então, que a obra de Austen se produz na mesma mão que a autoria de Austen se instaura, não precisamente no período assinado por “By a Lady”, mas, com a memória dessa circulação, passando pela solene revelação feita pelo irmão em prefácio à publicação póstuma, chegando a ser inspiração para diversos escritores que se baseiam nas histórias criadas pela autora para criar as suas próprias (o que abre para uma reflexão sobre a datação das *fanfics*, ficções produzidas por fãs sob rigorosos ritos, que têm sido entendidas como típicas da contemporaneidade). Além do fato de todos os romances de Austen terem recebido adaptações cinematográficas ou televisivas, o fascínio pela obra da autora inglesa é tanto que sua vida também é abordada em diversos filmes ficcionais, documentários e livros de diversos regimes discursivos. Dado que nos parece muito relevante na medida que mostra como um autor (o que se diz sobre sua vida, seu modo de trabalho etc.) pode ser construído documentalmente ou romanceadamente, e todas as construções se entrelaçam constituindo o imaginário social sobre tal autor e sua obra; e também mostra como as instâncias se entrelaçam: a produção de dizeres sobre a vida de Austen, ao mesmo tempo que institui uma circulação social de sua autoria (isto é, de sua relação com um conjunto de textos conhecido socialmente como obra), recorre a aspectos biográficos, a traços da existência histórica para compor esse gerenciamento.

Em todo caso, é difícil afirmar com exatidão quando esse fascínio por Jane Austen começou, mas podemos observar que a maioria das releituras foram publicadas principalmente a partir de 2007, ano em que foram lançados dois filmes: *Becoming Jane* (dirigido por Julian Jarrold), no Brasil *Amor e Inocência*, que retrata a vida de Austen antes de seu romance com Tom Lefroy, e *The Jane Austen Book Club* (escrito e dirigido por Robin Swicord), no Brasil *O Clube de Leitura de Jane Austen*, que é baseado no livro homônimo de Karen Joy Foeler (2004) e focaliza um clube formado especificamente para discutir os

romances escritos por Jane Austen: os membros se encontram para tratar de experiências de vida que se assemelham aos temas dos livros.

Essa circulação massiva que não se limita à publicação de livros gerou, nas duas últimas décadas, pelo menos 27 adaptações de suas obras, dois longa-metragens e três documentários a respeito da vida da autora. É possível, ainda, encontrar *blogs* e *sites* em diversos países, além de grupos de estudos e clubes de leitura não acadêmicos, embora a autora e sua obra estejam bastante presentes em trabalhos como monografias, dissertações e teses. Em 2012, ocorreu um evento inédito no meio acadêmico brasileiro, um seminário dedicado ao conjunto de romances da escritora – o 1º Seminário Leituras de Jane Austen no Século XXI, realizado na Universidade Federal do Amazonas com duração de três dias. Contou com a apresentação de diversos trabalhos, palestras sobre a formação do leitor do período em que as obras de Austen foram produzidas, sobre educação da mulher e suas restrições sociais, leitura comparativa com autores brasileiros e adaptação teatral de *Mansfield Park* (1814).

Recentemente, a BBC – emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido, de alcance internacional – lançou um jogo para *Facebook* em que os usuários da rede social podem passear pelos romances da escritora. Há, ainda, canais no YouTube: *The Lizzie Bennet Diaries* (2015), em que uma jovem tagarela, versão “moderninha” de uma das personagens mais famosas de Jane Austen, assume o papel de narradora, conta suas peripécias e apresenta os demais personagens, sempre com a marcada ironia que os fãs dos romances de Jane Austen louvam reiteradamente; e *Emma Approved* (2015), em que uma garota interpreta Emma Woodhouse, protagonista do livro *Emma* (1815) em uma versão atualizada, na qual a personagem fala sobre sua vida, sobre moda e diversos assuntos, além de estar presente em outras redes sociais.

Enquanto isso, desde 2001 acontece anualmente em Bath (cidade para a qual Austen se mudou com a família aos 25 anos) o *Jane Austen Festival*, um evento com recitais, bailes, desfiles da moda da época e aulas de etiqueta. Os participantes do evento se vestem com trajes comuns para a época em que os romances de Austen foram escritos. Mas os eventos dedicados à autora não se limitam a seu país de origem, no Brooklyn, USA, desde 1979 há um encontro anual de fãs de Jane Austen, o *Annual General Meeting* (AGM), organizado pela JASNA, *Jane Austen Society of North America*. No Brasil, por sua vez, os fãs de Jane Austen também contam com uma sociedade organizada, a JASBRA, *Jane Austen Sociedade do Brasil*. Oficializada em 2009, é resultado da confluência de interesses em torno de um *blog* produzido por fãs.

Diante desses dados, é inevitável que nos ocupemos de pensar sobre o que justificaria esse fascínio pela inglesa que nem ao menos viveu o suficiente para presenciar o início dessa aclamação. Parece possível afirmar que, apesar de ter vivido e escrito há mais de duzentos anos, Austen e suas histórias continuam atuais porque sua forma de escrita



e os temas de que trata têm características percebidas como pertinentes às inquietações do período que vivemos. Os temas abordados em suas obras, os questionamentos acerca do papel social da mulher e da instituição familiar possivelmente ainda estão presentes, mesmo com as mudanças históricas efetivadas.

E tais mudanças têm a ver, por exemplo, com a cultura da produção industrial que multiplica objetos portadores de discurso. Há um conjunto de objetos que recolocam a questão sobre o modo de difusão de uma obra literária: podemos mencionar as *ecobags* com a frase “Keep calm and Love Mr. Darcy”, “I Love Mr. Darcy”, ou camisetas com os mesmos dizeres, canecas com a foto do ator Colin Firth no papel de Mr. Darcy; ou cortadores de biscoitos com o perfil de um personagem, ou seja, com um perfil idealizado, baseado em algum dos diversos atores que deram vida cinematográfica ao personagem. Há, também, bonecos dos personagens das obras de Austen, CDs com coletâneas de músicas “do tempo de Jane Austen”, ou as “Músicas favoritas de Jane Austen”, chás, joias, bijuterias e esmaltes inspirados no período descrito por Jane Austen, entre vários outros objetos paraeditoriais.

A circulação dessa autoria *Jane Austen* atinge proporções tão grandes que há um termo para designar os “discípulos de Jane Austen”: *Janeite(s)*, cunhado pelo estudioso George Saintsbury em sua introdução de uma nova edição de *Orgulho e Preconceito* no ano de 1894. O termo foi criado com vistas a diferenciar fãs comuns de estudiosos, assim, o “janeitista” denominava o entusiasmo masculino compartilhado entre editores, professores e literatos. No entanto, após a “canonização” das obras de Austen e sua aceitação no ambiente acadêmico, entre 1930 e 1940, o termo passa a abrigar tanto uma conotação positiva quanto uma conotação negativa, uma vez que a obra passa a ter ainda maior circulação. Ao mesmo tempo em que os fãs passam a se autodenominar “Janeites”, na academia o termo era utilizado para denominar aqueles que apreciavam a obra de maneira errada, ou seja, com fanatismo, um tipo de cultura de fã em que os “discípulos” veneram a obra e a vida de Austen (Cf. LYNCH, 2005).

Esse processo, como outros acima relatados, mostra bem o quanto as mediações institucionais, entre elas as mais propriamente editoriais, condicionam a recepção das obras ao delimitar formas de ler: práticas de leitura e também objetos a serem lidos ou que remetam a leituras feitas – ou que se deseja fazer, ou que se emulam.

Há, ainda, um forte marcador contemporâneo dessa recepção apaixonada: muitos fãs “declaram seu amor” pela autora e pela obra fazendo tatuagens, isto é, eternizando sua relação com Austen na própria pele, registrando supostas caricaturas de personagens, excertos de suas obras ou sua assinatura.

## Uma topografia da criação

Decerto há mais que dizer sobre o caso Jane Austen que, todavia, mesmo nesta breve abordagem, permite que voltemos à questão de fundo que foi proposta: em termos discursivos, como abordar o *literário*? Essa questão, dada a tradição de estudos e também as práticas que predominam hoje nos ambientes de troca dos objetos editoriais em que o literário se materializa, nos remete inescapavelmente à problemática da autoria. Aqui, propusemo-nos a testar a produtividade de um modelo teórico que nos parece apontar para avanços na abordagem da criação como atividade discursiva distintiva, correlata de certas formas de recepção que a consagram, consagrando não necessariamente um nome de autor, como é o caso de Austen, mas sempre uma dinâmica entre as instâncias que só em rebatimentos recíprocos instituem esse lugar, cujo efeito é de “impossível lugar”, posto que o literário supõe o mundo em que se produz e, ao mesmo tempo, a recusa desse mundo no estabelecimento de um outro, alhures e paradoxalmente presentificado.

Digamos, por ora, que nessa abordagem “não se trata de dizer o que as obras significam, mas em que condições o fato literário é possível, e os textos literários podem se abrir à interpretação” (MAINGUENEAU, 2006, p. 323). Interessa, dessa perspectiva, destrancar o literário de qualquer redoma histórica que o tenha feito soar debilitado ou restrito a um ou outro modo de viver: a perspectiva da paratopia criadora abre para um entendimento do movimento de tessitura desse lugar que é sempre um vir a ser, feito de instâncias que abrigam muitos a trabalhar pela construção de um *um* – e é justamente aí que pulsa a vitalidade dos textos, que são criados, produzidos, mediados, distribuídos, recebidos, etc., e só são textos quando há imbricação entre essas etapas.

## Referências

AUSTEN, J. **Orgulho e preconceito**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2012a.

AUSTEN, J. **Razão e sensibilidade**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2012b.

AUSTEN, J. **Persuasão**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2012c.

BENTON, M.; GUTJAHR, P. **How typography conveys and affects meaning, from the Bible to comic books**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2001.

CHARTIER, R. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

CHIEREGATTI, A. **Leituras da paratopia criadora de Jane Austen**: uma oitocentista contemporânea. 2014. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

EMMA Approved. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/EmmaApproved>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LYNCH, D. Cult of Jane Austen. In: LYNCH, D. **Jane Austen In Context**. Ed. Janet Todd. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. Tradução, notas e prefácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1887].

SALGADO, L. S. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.

THE LIZZIE Bennet Diaries. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/LizzieBennet>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

WOODMANSEE, M.; JASZI, P. **The construction of authorship** – textual appropriation in law and literature. 3. ed. London: Duke University Press, 2006 [1994].

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO**: SALGADO, Luciana Salazar; CHIEREGATTI, Amanda Aparecida. Notas sobre paratopia criadora: o caso de Jane Austen para além de sua fortuna crítica. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 117-131, 2018. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v15i2.1500>

**Submetido em**: 18/10/2017 | **Aceito em**: 05/07/2018

---

# A SEMÂNTICA OPERATÓRIA DE “FALSO”

*The operative semantics of “falso”*

Albano Dalla PRIA<sup>75</sup>

**Resumo** | A lógica não leva em conta, na formalização dos seus raciocínios, a especificidade das línguas naturais. Aplicados à descrição de certas expressões das línguas, tais como ‘atestado de óbito falso’, os raciocínios da lógica são colocados em xeque. É implícito dos raciocínios lógicos o conceito aristotélico de “classe” ou de espaço fechado, ou se está dentro ou se está fora do espaço. Porque presume a significação construída, esse raciocínio impede a observação do termo atestado de óbito como um gesto de construção de significação. Através do método que é próprio da “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b), porque articula o material verbal (as línguas) com a prática do seu manuseio (atividade de linguagem) dentro de um espaço topológico ou de uma topologia de domínio aberto, propusemos observar a contribuição de FALSO para o gesto de construção de atestado de óbito. Por fim, concluímos que FALSO é marca da dúvida (modalidade) e do bloqueio (alteridade) à construção do termo atestado de óbito.

**Palavras-chave** | Adjetivo. Significação. Operações.

**Abstract** | The formalization of logical reasoning does not consider the specificity of natural languages. Applied to the description of certain expressions of natural languages, such as ‘atestado de óbito falso’, the logical reasoning fails. It is implicit that logical reasoning is based on the Aristotelian concept of “class” or closed space; one is within or outside the space. Because this reasoning assumes meaning as constructed, it prevents the observation of the term atestado de óbito as a gesture of meaning construction. Through the method that is proper to the “Theory of Predicative and Enunciative Operations” (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b), as it articulates the verbal material (the languages) with the practice of its manipulation (language activity) within a topological space or an open topology, we propose to observe the contribution of FALSO to the constructing gesture of atestado de óbito. Finally, we conclude that FALSO is a mark of doubt (modality) and of blocking (otherness) to the construction of atestado de óbito.

**Keywords** | Adjective. Signification. Operations.

---

75 Pria. UNEMAT. Endereço eletrônico: [adallapria@gmail.com](mailto:adallapria@gmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7033-3041>

## Introdução

Na lógica proposicional, se eu chamo *alguma coisa*<sup>76</sup> de ‘atestado de órbita’<sup>77</sup>, é porque *alguma coisa* é um atestado de órbita que existe como tal. Uma expressão do tipo ‘atestado de órbita falso’ coloca em xeque esse raciocínio descritivo. Ela vai contra os princípios da lógica, porque afirma dois estados de coisa que seriam, em princípio, incompatíveis, quais sejam o de que *alguma coisa* é e não é ela mesma ao mesmo tempo. Isso porque, do ponto de vista lógico, *alguma coisa* é aquilo que é, segundo o princípio da identidade ( $A \text{ é } A$ ), e não pode ser *outra coisa* diferente dela mesma, segundo o princípio da não-contradição ( $A \text{ é } A \text{ e não-}A$ ). Com efeito, o terceiro termo, isto é, que *alguma coisa* seja ela mesma e o deixe de ser ao mesmo tempo ( $A \text{ é } A \text{ ou } A \text{ é não-}A$ ), no escopo de uma mesma proposição, está excluído dos princípios lógicos.

A lógica assume o ponto de vista representacionista da significação. Desse ponto de vista, as línguas são meios expressivos cuja finalidade é tão somente a de veicular conteúdos prontos da realidade abstrata (conteúdos de pensamento ou proposições) para a realidade físico-cultural (enunciados), sem passar por nenhum tipo de ajustamento, seja no plano da expressão seja no plano do conteúdo.

A especificidade das línguas não é levada em conta na formalização dos raciocínios lógicos. Por isso, enquanto metalinguagem explicativa do funcionamento das línguas, esses raciocínios marginalizam sequências que, na prática de linguagem, não são menos significativas do que outras tantas sequências logicamente válidas. Tal é o caso de ‘atestado de órbita falso’.

Dada a dificuldade de se construir um sistema lógico de representação que dê conta de descrever adequadamente o funcionamento linguístico de ‘atestado de órbita falso’, tomamos uma posição, sustentada pelo programa de trabalho da “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b), qual seja, a de construir um sistema homogêneo de representação metalinguística que dê conta de apreender não só os valores mais estáveis do nome ‘atestado de órbita’, semelhantes àqueles que a lógica busca descrever, mas também a gama de valores deformáveis, dentre os quais ‘atestado de órbita falso’, a que se pode ter acesso, através de manipulações teoricamente controladas da invariante (CULIOLI, 1990) de funcionamento de *atestado de órbita* dentro de um espaço referenciável<sup>78</sup> aberto – porém centrado –, chamado Domínio Nocial.

---

76 O termo em construção é representado sempre pelo itálico.

77 As denotações são representadas sempre entre aspas simples.

78 Trata-se de um espaço topológico que organiza um conjunto de ocorrências da noção em relação a um centro atrator ou centro organizador de ocorrências da noção.

O conceito de “Domínio Nocional”<sup>79</sup> refere um espaço topológico ou uma topologia de domínio aberto (CULIOLI, 1999a). Essa concepção geométrica do espaço se contrapõe ao conceito aristotélico de *classe* ou de espaço fechado. Aristóteles compreendia o mundo como uma totalidade geométrica não topológica, ou se está dentro ou se está fora do espaço, e nada mais. A ciência moderna tem explicado (ou descrito) a realidade através um conjunto restrito de categorias segundo o conceito aristotélico de classe. Ficam excluídos do tratamento científico os objetos que não se reduzem à homogeneidade que o conceito de classe lhes impõe. Na passagem das representações abstratas para as representações linguísticas, as primeiras, enquanto formalizáveis das últimas, podem resultar algo diverso daquilo que se tinha por formalizar. O “centro atrator”<sup>80</sup> (CULIOLI, 1990, p. 97) serve de ponto de convergência (transindividual) da identidade (invariante) de forma. Com efeito, o centro visa controlar a construção do hiato que rupturas de base podem produzir.

O método que é próprio à apreensão da linguagem através das línguas naturais não se reduz a um conjunto de valores axiomáticos de base – eles próprios deduzidos de uma teoria implícita – que, aplicados à descrição dos fenômenos, acabam por lhes imprimir valores originários da teoria como se lhes fossem inerentes. A concepção de teoria que articula o material verbal (as línguas) com a prática do seu manuseio (atividade de linguagem) dispõe de um método que implica, primeiro, que nos apropriemos, através de processos indutivos, da invariante que regula uma série de enunciados em família parafrástica; segundo, que simulemos, através de processos hipotético-dedutivos, gestos controlados de deslocamento de posições mais ou menos fixas dentro de um espaço referenciável. A metodologia de análise do funcionamento de FALSO<sup>81</sup> implica, portanto, a apreensão do movimento (vaivém) que caminha do funcionamento de FALSO na organização de estados provisórios de conhecimento (que antecipam ações sobre o exterior) até uma posição estabilizada de FALSO num espaço referencial exterior (que determina posições mais ou menos fixas na superfície das línguas), e vice-versa. Em suma, o método se traduz pelo movimento do empírico ao formal (CULIOLI, 1990), e não pela estaticidade – que marcou a Linguística da segunda metade do século XX – resultante da polarização entre esses dois extremos.

---

79 Sua finalidade é estruturar classes de ocorrências da noção em um espaço topológico que compreende um interior (lugar do atrator), um exterior, uma fronteira e um complementar (CULIOLI, 1990, p. 70). O interior é um espaço aberto (CULIOLI, 1990, p. 70) orientado por um processo de identificação (um Xi é identificado com um Xj) com um centro atrator cujos valores compreendem ponderações desde o ‘verdadeiramente *p*’ (identificação com o interior) até o ‘verdadeiramente *não-p*’ (não-identificação com o interior), passando pelo ‘não verdadeiramente *p*’ e o ‘não verdadeiramente *não-p*’, na região de fronteira.

80 É um polo de referência para a construção de representações e condição para a regulação intersubjetiva (CULIOLI, 1999b, p. 11).

81 O termo cujo funcionamento é objeto deste trabalho sempre representaremos em maiúsculas.

- | A semântica operatória de “falso”

Ao final dos anos 80 do século passado, Culioli (1990, p. 10)<sup>82</sup> já vislumbrava o que depois se confirmou sobre a evolução da linguística após a II Guerra Mundial. Em razão de se ter fixado o objeto da linguística como sendo um sistema idealizado construído a partir de línguas específicas, principalmente as europeias, o teórico já entrevia uma tendência à polarização entre, de um lado, domínios teóricos e, de outro lado, domínios aplicados. A polarização só veio a agravar

[...] o problema entre, de um lado, uma pesquisa que se aplica às línguas na sua especificidade e às configurações que lhes são próprias, de outro lado, uma pesquisa que se aplica à atividade de linguagem (qual seja a atividade de representação, referenciação e de regulação, apreendida na sua gênese [...]) (CULIOLI, 1990, p. 10)<sup>83</sup>.

Foge aos propósitos deste trabalho a construção de um modelo fixo, que exclui ou apaga dos observáveis a dimensão subjetiva (atividade) da linguagem (variação experiencial e perceptiva). As manipulações que fazemos dos enunciados, além de teoricamente controladas, estão orientadas para a construção de um modelo plástico e maleável dos processos de apreensão do

[...] agenciamento de *marcadores* que são, eles mesmos, traços de *operações*, quer dizer, são a materialização de fenômenos mentais aos quais não temos acesso e dos quais, enquanto linguistas, só podemos dar uma representação metalinguística, isto é, abstrata (CULIOLI, 2002, p. 27, grifos do autor)<sup>84</sup>.

Nosso objetivo é contribuir para uma maior compreensão:

1. dos processos de determinação das noções semânticas, ou “quase-signos” (REZENDE, 2000), que implicam, de um lado, a introdução de *alguma coisa* (um objeto simbólico não qualquer) referenciável, provisoriamente chamada ‘atestado de óbito’, no espaço referenciável e, de outro lado, a determinação propriamente dita, através de avaliações qualitativas – que tem FALSO como marcador – sobre a identidade de *alguma coisa* em relação à representação visada de *atestado de óbito* nesse último espaço;

---

82 A publicação original é de 1987.

83 No original: “le problème de l’articulation entre, d’une côté, une recherche qui portait sur les langues dans leur spécificité et avec leur configuration propre, d’une autre côté une recherche qui portait sur l’activité de langage (qu’il s’agisse d’activité de représentation, de référenciation, de régulation, appréhendée dans sa genèse [...])” (CULIOLI, 1990, p. 10).

84 No original: “c’est un agencement de *marqueurs*, qui sont eux-mêmes la trace d’*opérations*, c’est-à-dire, que c’est la matérialisation de phénomènes mentaux auxquels nous n’avons pas accès, et dont nous ne pouvons, nous linguistes, que donner une représentation métalinguistique, c’est-à-dire, abstraite” (CULIOLI, 2002, p. 27, grifos do autor).

2. dos processos sucessivos de ajustamentos entre sistemas de representação não homogêneos.

Com efeito, esperamos nos aproximar dos valores operatórios que, em situação prática de construção de significação, são, de fato, observáveis das formas linguísticas, em geral, e, em particular, da sequência 'atestado de óbito falso'.

## A predicação lógica e os dilemas de gênese

Do ponto de vista lógico, o conteúdo independe das línguas para significar. Delas depende apenas para ser veiculado. A veiculação não implica ajustamentos porque a realidade física e a realidade abstrata são tomadas pela lógica numa relação de continuidade que se confunde com a mesmice. O mundo e o pensamento se recobrem perfeitamente, quer dizer, o mundo é “transparente” ao pensamento, e vice-versa. Essa relação garantiria a estabilidade do conteúdo, não obstante a variação experiencial e linguística, que é própria à atividade languageira.

Para a lógica, o mais importante é a comprovação da validade de um raciocínio. A lógica não pretende ser uma forma de ação sobre o mundo, sobre os referentes. Por isso, os raciocínios lógicos passam da realidade física para a realidade abstrata, e vice-versa, dentro de uma realidade orgânica, abstraindo de qualquer tipo de ajustamento, conforme já o dissemos acima no contexto da veiculação dos conteúdos. Qual seria, então, a razão do trabalho dos sujeitos em relacionar as unidades?

O sujeito da lógica se assemelha a um autômato, na construção de sentenças declarativas que possam ser avaliadas em termos de verdadeiro e falso quanto aos estados-de-coisas que descrevem. O trabalho do sujeito da lógica é axiomático, tomado por evidente, e calçado na instrumentação normativa do pensamento, sob a justificativa da necessidade de se “disciplinar” o pensamento<sup>85</sup>. Esse sujeito, por um lado, confunde-se com a realidade abstrata e dela se apaga; por outro lado, confunde-se com a realidade físico-cultural e dela também se apaga. É um sujeito que está em todo tempo-lugar e em tempo-lugar algum. Esse sujeito se converte em puro pensamento ou pura introspecção (solipsismo). Esse sujeito não precisa equilibrar representações interiorizadas com as representações dos outros sujeitos.

---

<sup>85</sup> Os fins justificam-se em si mesmos como forma de se aproximar da verdade e/ou se afastar do erro.



## A atividade epilinguística e o trabalho do linguista

Em síntese, o termo “epilinguismo” refere o trabalho do sujeito para posicionar (*répérer*) raciocínios subjacentes através de “formas que *marcam* e constroem sua presença, formas que *traçam* a atividade dos sujeitos (sob a ótica que essas formas lhes conferem)” (VOGÜÉ; FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 11, grifos dos autores) num espaço referencial homogêneo. As línguas naturais são performativas. Se os sujeitos relacionam entidades, é porque intuem a possibilidade de transformá-las, se não no plano físico-cultural ou afetivo, pelo menos no plano simbólico.

As formas de superfície se constituem interpretáveis em razão dos raciocínios (teoria) que lhes são subjacentes. Os raciocínios só são acessíveis através das formas, que são vestígios das operações que organizam, localizam e controlam a representação dentro de um evento em processo de construção. Se, por um lado, sabe-se, por hipótese, da existência de invariantes cuja presença na língua é marcada por formas, por outro lado, é preciso construir caminhos de acesso, quer dizer, formalizações, a esse saber. Nesse sentido, o acesso à teoria (invariante) implica um saber-fazer do linguista que, assim como no artesanato, implica o próprio ato de fabricação (DUCARD, 2006).

Do ponto de vista da linguagem definida como atividade de representação, referenciação e regulação (CULIOLI, 1990), o trabalho do linguista deve se voltar à manipulação de enunciados e à formalização dos observáveis. Esse trabalho visa simular o investimento da ação subjetiva, “que Culioli chama de *força assertiva*” (DUCARD, 2009, p. 65, grifo do autor), em projetos de representação que se deslocam sob ângulos perceptivos variados. Ressalte-se, portanto, que a ação subjetiva é constitutiva dos observáveis, quer dizer, os observáveis são objetos que articulam ação subjetiva e formalização de ângulos perceptivos através das línguas. A experiência subjetiva é constitutiva das línguas<sup>86</sup>, e vice-versa.

Numa abordagem dinâmica – que acreditamos ser a nossa – dos fenômenos linguísticos, a linguagem, enquanto a prática de construção de significação numa língua dada, impede-nos de defender os fundamentos da abordagem estática, quais sejam (a) a existência de um plano abstrato de relações intersubjetivas estabilizadas e (b) a existência de um sistema de relações determinadas entre forma e conteúdo que não comporta deformações. Também não podemos sustentar que existam “algumas entidades de língua que sejam determinadas e outras que sejam menos determinadas” (REZENDE, 2000, p. 15).

---

86 De modo diverso do nosso, a lógica toma as línguas como instrumentos do pensamento, que permanece incólume a qualquer organização das unidades de língua em sequências singulares.

O funcionamento de FALSO de que trataremos aqui não se confunde com a descrição da totalidade do fenômeno que se encerra em si mesma. Nossos observáveis – famílias de enunciados em relação parafrástica – não se confundem com os conceitos de dado e de fenômeno enquanto objetos estabilizados. Porque esses conceitos abstraem da ação subjetiva e da variação de ângulos perceptivos subjacentes (invariante), cujas marcas são constitutivas das línguas. Esses dois conceitos costumam referir objetos que perderam sua gênese na “prática, seja de interação verbal dos falantes de uma língua, seja de interação dos falantes com o meio ambiente” (REZENDE, 2000, p. 12).

A linguística culioliana reabilita a gênese (perdida) da variação nas línguas e assume uma posição diante dela: a gênese de toda a variação é experiencial e subjetiva, e não formal ou processual. A variação diz respeito aos modos de perceber e representar o mundo por sistemas não homogêneos (transindividuais) que, em princípio, não dialogam, razão essa do trabalho dos sujeitos para se fazer dialogar.

### Processos enunciativos de funcionamento de FALSO

Trabalhamos com contexto explícito das intuições<sup>87</sup> que estão sustentando processos de formalização de enunciados em família parafrástica, ao mesmo tempo em que vamos construindo um sistema metalinguístico de representação que dê conta de descrever o formal que a linguagem é, isto é, como mecanismo de forma que dá sustentação não só a caminhos que levam a bom termo, porque constroem representação, mas também trajetórias que ficam a meio caminho ou que não se transformam e – de um certo ponto de vista que não é o nosso – não constroem representação. Para tanto, consideremos o diálogo abaixo:

- (1) Você pagou a indenização a Pedro pela morte da sua esposa?
- (2) Não! De jeito nenhum.
- (3) Por quê?
- (4) Pedro me entregou um atestado de óbito falso.

Assumimos um valor semântico interpretável não qualquer de *atestado de óbito falso*, que só pode ser apreendido através de ocorrências particulares, tais como no diálogo acima formalizado. Nossa unidade de análise é o enunciado. Em outros termos,

---

87 “Se as ciências desconfiaram oficialmente da analogia, praticaram-na clandestinamente. Muitos cientistas utilizam o raciocínio por analogia para construir tipologias, elaborar homologias ou mesmo induzir leis gerais, mas os manuais apagam o rastro do caminho mental subjetivo, assim como o enobrecimento apaga os rastros da sua extração vulgar” (MORAN, 2012, p. 156).

- | A semântica operatória de “falso”

Culioli atribui ao enunciado um duplo estatuto – teórico e material. É uma unidade empírica de observação porquanto constituída de materialidade e, por isso, o dado mais diretamente observável ao linguista; é uma entidade teórica porquanto é definido como agenciamento de marcadores de operações da atividade de linguagem. Dessa perspectiva, em sua atividade de análise, o linguista parte de dados imediatos e caminha em direção à formulação de dados teorizados (famílias parafrásticas) que lhe fornecem subsídio para retornar ao empírico (PRIA, 2013, p. 42).

O processo constitutivo do enunciado compreende um conjunto de relações imbricadas. Em síntese, são relações de natureza primitiva, predicativa e enunciativa. Por ocasião da análise do enunciado (4) será possível observar o funcionamento dessas relações na sua constituição. Aqui, procuramos contemplá-las em três momentos, privilegiando uma relação em cada momento. Não se pretende esgotar – como se isso fosse possível – as relações em tela. Ainda que tenhamos optado por tratá-las em separado, as relações se sobrepõem, como se poderá perceber do texto.

O primeiro momento ou SITO (= Situação zero) trata da instanciação de um esquema formal por noções semânticas e da organização de domínios nocionais; o segundo, SIT1, trata da organização de posições que visam dar existência aos termos do enunciado; o terceiro, SIT2, trata dos ajustamentos das situações anteriores diante de um contexto discursivo.

Todo enunciado é um evento que nasce de uma relação semântica entre domínios nocionais e aponta para uma certa direção de sentido, um lugar onde as propriedades dos termos estão cultural e historicamente adequadas. Para fins de manipulação do enunciado e explicitação da relação semântica que aqui se afigura, comecemos por colocar uma situação zero, doravante SITO, e um esquema de léxis.

SITO: determinação da orientação semântica.

A léxis é um esquema formal de três lugares  $\langle \xi_0, \xi_1, \pi \rangle$  que prevê uma variável para o operador  $\pi$  e duas variáveis,  $\xi_0$  e  $\xi_1$  para os argumentos da predicação. Os espaços formais da léxis são instanciados por noções semânticas e, do ponto de vista cognitivo, asseguram a estruturação do conteúdo de pensamento ou conteúdo proposicional. Trabalharemos com a seguinte léxis:  $\langle \text{Pedro entregar atestado-de-óbito} \rangle$ .

A “intuição criadora”<sup>88</sup> (DUCARD, 2006) projeta, para uma eventual situação enunciativa (Sit\*)<sup>89</sup>, que sejam ratificadas as propriedades<sup>90</sup> dos termos da léxis, tais como estão relativamente estabilizadas na cultura: *Pedro* sendo aquele que tem a propriedade de *entregar*, dentre outras coisas, *um atestado de óbito*, e *atestado de óbito* sendo *alguma coisa* que pode ser entregue por *alguém*, dentre os quais, *Pedro*. O enunciado (5) traduz esses valores. Observa-se do enunciado a ausência de marcas que remetam a um possível bloqueio à construção dos termos, algo que se traduz por um enunciado como (6).

(5) Pedro me entregou um atestado de óbito por ocasião da morte da sua esposa.

(6) Pedro não me entregou um atestado de óbito porque estava desconsolado com a morte de sua esposa.

A confirmação das propriedades dos termos, numa eventual situação enunciativa (Sit\*), pode resultar na construção quer do ENTREGADOR (<( ) entregar atestado-de-óbito>) quer do ENTREGADO (<Pedro entregar ( )>) quer de ambos os termos, através do predicado *entregar*. Os termos que vierem a se construir, numa eventual situação enunciativa (Sit\*), darão conta de quão adequados estão os termos em relação às noções que os quer “encarnar” (REZENDE, 2000). Os termos em construção, no nosso enunciado de partida, são *Pedro* e *atestado de óbito*.

Colocadas em relação, as noções semânticas da léxis esboçam não só uma orientação semântica, “uma grosseira direção de sentido” (REZENDE, 2011, p. 707), quer dizer, uma relação mais ou menos adequada entre os termos e as noções semânticas que lhes quer encarnar, mas também um “projeto de existência” (REZENDE, 2000) da representação visada (7), provisoriamente representada pelo termo *atestado de óbito*.

(7) Alguma coisa entregue por Pedro.

Com efeito, esse gesto que visa trazer à existência *alguma coisa* ainda pouco determinada cuja determinação maior é ter sido introduzida num espaço referenciável, através da associação da ocorrência de *alguma coisa* a um termo do léxico, é o primeiro passo na direção da sua construção nesse espaço. Por certo, não é um acaso a escolha do

88 No original: *intuition créatrice* (DUCARD, 2006, p. 16).

89 O asterisco sempre representa um valor hipotético.

90 Propriedades que estão relativamente estabilizadas nas culturas, tais como, *humano, animado, adulto, infantil, inanimado, individuável, massivo, processo finalizado, iniciador, acidental*, e assim por diante (CULIOLI, 1999a, p. 100).

- | A semântica operatória de “falso”

termo, resulta da analogia de *alguma coisa* com ocorrências da noção /atestado de óbito/<sup>91</sup>, conhecidas do enunciador. São operações de qualificação ulteriores que poderão validar a adequação na escolha do termo. No enunciado (8), as marcas de modalidade assertiva e de aspecto perfectivo (ausência de obstáculo) do contexto encaixante contribuem para essa confirmação. Outro enunciado pode colocar a dúvida sobre a adequação, tal é o caso de (9).

(8) Pedro me entregou um atestado de óbito, é pena que sua esposa esteja morta.

(9) Pedro nos trouxe um atestado de óbito sem valor algum, será mesmo que sua esposa está morta?

SITI: determinação da direção dos termos.

A imersão da léxis num espaço referencial qualquer (abstrato ou físico-cultural), impõe que os termos sejam ordenados numa sequência linear. A ordenação, no entanto, esboça enunciáveis cuja existência dos termos pode não ser conhecida dos sujeitos num espaço referenciável. O objetivo da relação predicativa é a construção dessa existência dos enunciáveis. Vejamos as duas glosas a seguir:

(10) [Há] Um atestado de óbito [que] foi entregue por Pedro [nosso conhecido] para alguém.

(11) Pedro [nosso conhecido] entregou um atestado de óbito [há alguma coisa] para alguém.

Enquanto (11) está construindo a existência de um ENTREGÁVEL cujo ENTREGADOR é conhecido dos sujeitos, em (10) está sendo construída a existência do ENTREGADOR cujo ENTREGÁVEL ainda é pouco conhecido dos sujeitos.

As posições dos termos refletem, em alguma medida, as posições dos sujeitos no espaço referenciável. Em (10), glosamos a posição do enunciador (S0) sobre co-enunciador (S2), antes mesmo que S0 se tenha feito locutor (S1), numa situação enunciativa. S0 sabe que S2 não sabe *alguma coisa* de S0 sobre *Pedro*. Colocar o enunciado no plano do dizível implica eliminar essa diferença. Aquilo que S0 sabe de S2 se converte numa posição de S0 em relação a S2. S0 se sobrepõe a S2 no espaço referenciável. *Que* é a projeção da imagem do enunciador (S0) sobre o co-enunciador no enunciado (10). O enunciador (S0) está

---

91 Os termos entre barras oblíquas sempre representam noções. A noção é uma entidade de caráter híbrido que, na atividade de linguagem, recupera toda a atividade simbólica (CULIOLI, 1990, p. 50). Trata-se de um sistema complexo que estrutura propriedades físico-culturais construídas a partir da nossa interação com o mundo (CULIOLI, 1990). Por isso, a noção ultrapassa o linguístico. Ela está na origem da categorização do mundo e na representação de propriedades físico-culturais por uma dada língua e por uma dada cultura. Do ponto de vista linguístico, só pode ser apreendida através de suas ocorrências em eventos enunciativos.

sustentando a posição de alguém (um S com o qual S0 se identifica) que supõe ser o co-enunciador (S2). Tal suposição se traduz pelo marcador de localização *há*. Trata-se de um operador que visa introduzir *alguma coisa* no universo de discurso para que predicacões ulteriores possam se efetivar sobre *alguma coisa*. Esse valor se traduz pela seguinte glosa (12). Com esse gesto, S0 constrói a existência fictícia de um enunciável.

(12) Há alguma coisa, falemos dela.

Em (11), também glosamos a posição do enunciador (S0) sobre o co-enunciador (S2), antes mesmo que S0 se tenha feito locutor (S1). S0 sabe que S2 sabe *alguma coisa* de S0 sobre *Pedro*. Aquilo que S0 sabe de S2 converte-se, mais uma vez, numa posição de S0 em relação a S2, qual seja a de que S0 e S2 ocupam a mesma posição no espaço referenciável. Desse ponto de vista, uma eventual diferença (S2 não sabe *alguma coisa* de S0 sobre *Pedro*) não se coloca ou fica em segundo plano, pois, vindo a se colocar, pode construir algum bloqueio à trajetória de determinação de um ENTREGADOR. Para tanto, não se questiona a identidade de *alguma coisa* enquanto ENTREGADO. Ao nível das relações predicativas essa diferença é pano de fundo. Presume-se de (11) um certo modo de existir do termo *atestado de óbito*. Com efeito, (11) retoma uma ocorrência de *alguma coisa* cujo modo de existir ainda pode ser questionado ao nível das relações enunciativas quer para ser colocado em dúvida, como em (13), quer para ser (14). S0 constrói a existência do enunciável sob um gesto que abstrai dessas posições.

(13) O Pedro então nos entregou um atestado de óbito? Conta outra. De onde ele tirou um atestado de óbito?

(14) Foi emitido com rapidez o atestado de óbito que Pedro nos entregou [um atestado de óbito]

A estrutura predicativa, embora seja um modo particular de apreensão do mundo e resulte da apropriação da realidade psico-física e cultural por um sujeito particular, configura uma construção de tal modo generalizada, porque distende a tal ponto o tempo, o espaço e o mundo (sujeitos), que compreende o conteúdo proposicional, sempre igual em si mesmo, onde toda diferença se apaga.

SIT2: determinação da estabilidade intersubjetiva.

Ainda que, através da ordenação, a relação predicativa esboce posições, ela o faz no sentido da sua exclusão. Se essas posições podem ser retomadas na relação enunciativa, entendemos que se deva ao fato de a intersubjetividade já estar colocada enquanto projeto – mas ainda não construída – ao nível das relações predicativas. A intersubjetividade é um projeto, e não está dada para o enunciado. Por certo, a intersubjetividade ou as posições intersubjetivas – do modo como as entendemos – são construtos da atividade de linguagem. Estamos nos apoiando “na hipótese fundadora de que a atividade de

linguagem é produto de uma atividade simbólica por gestos” (DUCARD, 2009, p. 68) de apropriação de relações predicativas, mas não só, que se esboçam numa certa direção, mas que nem sempre se constroem como tal. A heterogeneidade do discurso, assim como a sua transcendência, não pode ser tomada nem como anterior nem como exterior às formas que permitem dela dizer, “ela lhes é inerente” (VOGÜÉ; FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 11).

A adequação nocional (SIT0) construída sobre uma eventual situação enunciativa (SIT1) é uma disposição do enunciador (S0) que pode vir a se constituir locutor (S1\*). A possibilidade de deslocamentos está na base da apropriação dessa invariante. Toda invariante não-ainda formalizada em relação a uma situação singular (Sit), através de formas interpretáveis de uma língua dada, é suscetível de deslocamentos dentro de um espaço referenciável. Por isso, há sempre o risco de se dizer *outra coisa*, na passagem das representações abstratas para as representações linguísticas. Nessa passagem, é o centro atrator que assegura possíveis reorganizações do conteúdo proposicional frente às posições que estavam colocadas enquanto projeto na relação predicativa, mas que, na relação enunciativa, tendem a se constituir como posições de fato. É de princípio a não coincidência dos modos de ser do conteúdo de pensamento ou da proposição. A continuidade é resultado do investimento do sujeito, e não um fundamento da atividade significativa. A intuição de estabilidade enquanto *mesmice deve-se*, muitas das vezes, às aproximações (analogia com a memória enunciativa ou com projeções enunciativas) que uma disposição atual convoca para a apropriação de formas interpretáveis, caminho de acesso que são a uma “ambiguidade fundamental”<sup>92</sup> (CULIOLI, 1999a, p. 160). O trabalho do sujeito para passar de uma disposição à outra interessa-nos mais do que as descrições que podem ser feitas das aproximações em si.

FALSO é marca do trabalho do sujeito, uma disposição de S0, para passar de um modo de ser de *alguma coisa*, esboçado em SIT0 e projetado em SIT1, para um modo de ser outro-o-mesmo que a SIT2 lhe assegura. O mesmo em razão da identidade de forma que é localizada em relação a uma situação particular (Sit) e outro em razão da reorganização nocional que essa localização implica. A passagem de uma situação eventual (Sit\*) para uma situação particular (Sit) não é sem consequência. FALSO é, antes de tudo, marca da modalidade da dúvida sobre a posição dos sujeitos da Sit a respeito de *alguma coisa*. FALSO é marca de alteridade (dissociação) enunciativa. Em SIT2, S0 está dissociado da posição de um eventual locutor (S1\*), mas não da disposição de S0, projetada em SIT1, para uma eventual situação enunciativa (Sit\*).

No nosso enunciado de partida, é a alteridade enquanto o mesmo, mas em outro tempo-espaco, que coloca em dúvida a possibilidade de que *alguma coisa* se construa como uma ocorrência da noção /atestado de óbito/. FALSO está em consonância com

---

92 No original: *ambigüité foncière* (CULIOLI, 1999a).

(13) e em contraposição a (14). FALSO é a marca da dúvida de S1, excluída de SIT1, quanto à construção de *alguma coisa* como uma ocorrência da noção /atestado de óbito/. A negação da existência de *um atestado de óbito que existe como tal* é um pano de fundo que não se resolve com FALSO. FALSO marca o bloqueio à trajetória de construção de *atestado de óbito* que se esboçou em SIT0 e cuja existência se projetou SIT1. Esse bloqueio dá margem a todo tipo de especulação – que não é nosso objetivo fomentar – sobre a trajetória da representação a partir de Sit.

Em SIT2, S1 força a volta – como se isso fosse possível ou sem consequência – à situação zero, passando pela situação um, como uma trajetória possível. A volta, ou melhor, a sua tentativa, não é sem consequência para o enunciado. FALSO é a marca dessa consequência do movimento (trabalho) de construção da representação no contexto do enunciado, e não só para o fragmento *atestado de óbito*.

## Considerações finais

Depois de ter passado em revista um conjunto extenso de gramáticas brasileiras de 11 diferentes autores – todos eles apoiados no conceito aristotélico de classe – uma pesquisadora concluiu: “Todos eles apontam que o adjetivo indica ‘qualidade(s)’” (NEVES, 2011, p. 17). No avesso da tradição gramatical, observamos, na prática de construção de significação, que FALSO é marca da dúvida (modalidade) e do bloqueio (alteridade) à construção do termo *atestado de óbito*, na trajetória da construção do enunciado.

A lógica já apostou na derivação de subtipos como alternativa ao tratamento extensional (ILARI, 1993), que “falha” na descrição de adjetivos como FALSO. Uma razão plausível para a “falha” é o bloqueio do qual FALSO é o marcador, na construção do nome e na construção da classe de predicados que poderiam ser descritos pelo nome. Como a lógica trabalha com fragmentos de enunciado, fica difícil perceber tanto o movimento construtor da representação quanto os obstáculos que pode vir a encontrar. Buscamos aqui explicitar que esse movimento é muito maior do que o conteúdo que uma construção possa encapsular.

## Referências

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a.



- | A semântica operatória de “falso”

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999b.

CULIOLI, A. **Variations sur la linguistique**. Entretiens avec Frédéric Fau préface et notes de Michel Viel. Paris: Klincksiek, 2002.

DUCARD, D. O grafo do gesto mental na teoria enunciativa de A. Culioli. Tradução de Consuelo Vallandro Barbo. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 64-71, 2009.

DUCARD, D. Seuils, passages, sauts. In: DUCARD, D.; NORMARD, C. (Orgs.). **Antoine Culioli: un homme dans le langage**. Paris: Ophrys, 2006. p. 13-18.

ILARI, R. Alguns problemas semânticos na análise dos adjetivos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 24, p. 41-45, 1993.

MORAN, E. **O método 3**: conhecimento do conhecimento. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

NEVES, M. H de M. Uma amostra do tratamento concedido às classes de palavras na tradição gramatical do português. **Confluência**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 11-28, 2011.

PRIA, A. D. O diálogo, a significação e a enunciação na articulação da linguagem com as línguas naturais. In: PRIA, A. D.; MOTTA, A. L. A. R. da; RENZO, A. D.; MORALIS, E. G. **Linguagem, escrita e tecnologia**. Campinas: Pontes, 2013. p. 37-50.

REZENDE, L. M. A indeterminação da linguagem e o conceito de atividade no ensino de língua materna. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 707-714, 2011.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. 2000. 320 f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. Prefácio. In: VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. (Orgs.) **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. Tradução de Marcia Romero e Milenne Biasotto. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-13.

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:** PRA, Albano Dalla. Semântica operatória de falso. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 132-146, 2018. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v15i2.2066>

**Submetido em:** 15/11/2017 | **Aceito em:** 08/10/2018

---

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

Abertura dos Portos	33
Adjetivo	132
Análise	98
Carta Régia	33
Discurso	98
Discurso constituinte	117
Enunciação	98
Enunciado	98
Estruturas Simbólicas	85
Fala gay	50
Fonologia Cognitiva	85
Funcionalismo linguístico	50
Gênero gramatical	50
Gramática brasileira	61
Historiografia Linguística	61
Léxico	33
Mediação editorial	117
Microrregião de Quirinópolis	8
Operações	132
Origem do português	61

Paratopia criadora	117
Predicação	50
Representação	33
Ritos genéticos	117
Significação	132
Significado	85
Som	85
Sul Goiano	8
Texto	98
Toponímia	8
Topônimo	8

## *SUBJECT INDEX*

Adjective	132
Analysis	98
Brazilian grammar	61
Cognitive Phonology	85
Constitutive discourse	117
Creative paratopy	117
Discourse	98
Enunciate	98
Enunciation	98
Gay speech	50
Genetic rites	117
Grammatical gender	50
Lexicon	33
Linguistic functionalism	50
Linguistic Historiography	61
Meaning	85
Microregion of Quirinópolis	8
Operations	132
Origin of Portuguese	61
Ports Opening	33

Predication	50
Publishing mediation	117
Representation	33
Royal Charter	33
Signification	132
Sound	85
South of Goiás	8
Symbolic Structures	85
Text	98
Toponym Predication	8
Toponymy	8

## ÍNDICE DE AUTORES

Albano Dalla PRIA	132
Alison Felipe GESSER	50
Amanda Aparecida CHIEREGATTI	117
Arnaldo CORTINA	98
Eliane Nowinski da ROSA	85
Jean Pierre CHAUVIN	33
Jorge Gabriel SARTINI POPOFF	98
Luciana Salazar SALGADO	117
Marcelo Alessandro Limeira dos ANJOS	61
Meryane Sousa OLIVEIRA	61
Renato Rodrigues PEREIRA	8
Wenderson Phelipe da Silva SANTANA	50